



**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO – PPGEDU
MESTRADO PROFISSIONAL EM EDUCAÇÃO**

DINARTE TEIXEIRA JÚNIOR

**CALENDÁRIO LETIVO DAS ESCOLAS DO CAMPO: UMA PROPOSTA PARA A
REALIDADE DE SÃO GABRIEL/RS**

**JAGUARÃO
2026**

DINARTE TEIXEIRA JÚNIOR

CALENDÁRIO LETIVO DAS ESCOLAS DO CAMPO: UMA PROPOSTA PARA A REALIDADE DE SÃO GABRIEL/RS

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação – Mestrado Profissional em Educação, da Universidade Federal do Pampa, como requisito parcial para obtenção do Título de Mestre em Educação.

Orientador: Prof. Dr. Jefferson Marçal da Rocha

JAGUARÃO
2026

T266c Teixeira Júnior, Dinarte

Calendário letivo das escolas do campo: Uma proposta para a realidade de São Gabriel/RS / Dinarte Teixeira Júnior.

131 p.

Dissertação (Mestrado)-- Universidade Federal do Pampa,
MESTRADO EM EDUCAÇÃO, 2026.

"Orientação: Jefferson Marçal da Rocha".

1. Educação do Campo. 2. Pedagogia da Alternância. 3. São Gabriel/RS. I. Título.

DINARTE TEIXEIRA JÚNIOR

**CALENDÁRIO LETIVO DAS ESCOLAS DO CAMPO: UMA PROPOSTA PARA A REALIDADE
DE SÃO GABRIEL/RS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós Graduação em Educação - Mestrado Profissional da Universidade Federal do Pampa, como requisito parcial para obtenção do Título de Mestre em Educação.

Dissertação defendida e aprovada em: 17 de Julho de 2026.

Banca examinadora:

Prof. Dr. Jefferson Marçal da Rocha
Orientador
(Unipampa/UFRGS)

Prof. Dr. Antonio Marcos Teixeira Dalmolin
(UFRGS)

Profa. Dr^a Silvana Maria Gritti
(Unipampa)

Profa. Dr^a Rute Elena Alves de Souza
(EEEMPDP)



Assinado eletronicamente por **JEFFERSON MARCAL DA ROCHA, Professor Permanente do Programa Mestrado Profissional em Educação**, em 20/07/2026, às 10:50, conforme horário oficial de Brasília, de acordo com as normativas legais aplicáveis.



Assinado eletronicamente por **ANTONIO MARCOS TEIXEIRA DALMOLIN, Usuário Externo**, em 20/07/2026, às 11:24, conforme horário oficial de Brasília, de acordo com as normativas legais aplicáveis.



Assinado eletronicamente por **SILVANA MARIA GRITTI, Professor Permanente do Programa Mestrado Profissional em Educação**, em 20/07/2026, às 20:38, conforme horário oficial de Brasília, de acordo com as normativas legais aplicáveis.



Assinado eletronicamente por **Rute Elena Alves de Souza, Usuário Externo**, em 21/07/2026, às 09:20, conforme horário oficial de Brasília, de acordo com as normativas legais aplicáveis.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.unipampa.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **2098272** e o código CRC **A966BE0D**.

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho a todos os pensadores e pesquisadores da educação brasileira. Todas aquelas pessoas que, ao realizarem seus sonhos nos caminhos da pesquisa, perpetuam o idealismo de que a educação pública seja sempre gratuita e de qualidade. Mas, sobretudo, à minha família e aos meus melhores professores, que mesmo tão jovens entenderam e valorizaram cada direito conquistado e permanecem acreditando, cada um à sua maneira, em um mundo mais humanizado e feliz.

*“Sobre todo creo que
No todo está perdido
Tanta lágrima, tanta lágrima
Y yo, soy un vaso vacío
Oigo una voz que me llama
Casi un suspiro
Rema, rema, rema
Rema, rema, rema.”
(Jorge Drexler)*

AGRADECIMENTOS

À Unipampa/ Campus Jaguarão e seus professores por acolherem minha pesquisa, minhas curiosidades, anseios e proporcionar meu crescimento acadêmico e pessoal. Registro meu especial agradecimento aos colegas e amigos jaguarenses, que tão bem receberam e acolheram, não apenas a mim, mas a todos que vieram de longe.

Às escolas do campo de São Gabriel/RS e suas comunidades, lócus de pesquisa onde me reconheço como docente e curioso da Educação do Campo e aos sujeitos que participaram dessa pesquisa.

São construções coletivas que fazem um mundo melhor, a pluralidade de ideias desfaz conceitos e cria novos, mais contemporâneos e humanizados. Para cada relação de amizade verdadeiramente humana nascida nessa jornada, meu muito obrigado por me tornarem uma pessoa melhor. Francilene, Cristiano, agradeço todas as trocas de experiências e os laços firmados. Marisa, Everton, vocês são a síntese dos problemas enfrentados pelos educadores do campo. Só que os enfrentam com leveza e sabedoria, e isso faz uma enorme diferença. Jennifer, talvez não tenha percebido, mas você é o maior exemplo de resistência! Tua força de vontade e dedicação também me fortaleceu e fez ir mais longe. Maicon foi um privilégio conhecer um cara tão genial como você! Nossas formas de perceber o mundo são muito parecidas e, como você fala, talvez, realmente a gente tenha sido irmão em uma dessas voltas do mundo, vai saber... O que importa é que quando eu digo e repito que só a educação liberta, eu penso em gente como você meu amigo.

Jefferson, assim mesmo, com dois Fs e sem títulos para enunciar um ser humano na acepção da palavra: HUMANO! Obrigado por me aceitar como orientando nessa caminhada. Por deixar que a amizade crescesse e se fortalecesse para além da relação entre orientador e orientando. Mas principalmente por destinar sempre atenção aos que mais precisam de uma educação de qualidade. São as relações e interesses genuinamente humanos que fortalecem as conquistas da educação. Os melhores “eus” sempre serão interessados e disponíveis para questões humanas.

Mãe, por todas as orações quando eu pegava a estrada. Por pedir notícia nas chegadas e nas saídas desses 8000 Km, deu certo... Obrigado sempre, mãe!

Enfim, a todas as pessoas que de uma forma ou de outra contribuíram e estiveram presentes nessa caminhada, obrigado e seguimos...

RESUMO

Esta pesquisa investigou a viabilidade da Pedagogia da Alternância como estratégia para minimizar o problema dos dias letivos perdidos nas escolas do campo de São Gabriel/RS. Este problema decorre de condições climáticas adversas, precariedade das estradas rurais e outros fatores estruturais que comprometem sistematicamente o calendário escolar. O objetivo foi analisar a possibilidade de implementação de um calendário letivo fundamentado nos conceitos do regime de alternância. Como metodologia utilizou-se uma abordagem qualitativa com pesquisa-ação, realizando cinco encontros com professores, gestores e conselho escolar da EMCEF Ernesto José Annoni. Os resultados evidenciaram significativa apropriação conceitual pelos participantes e culminaram na construção coletiva de proposta contemplando periodicidade quinzenal para alternância entre tempo escola e tempo comunidade, destinação aos anos finais do ensino fundamental e participação comunitária via componente curricular específico. Concluiu-se que a Pedagogia da Alternância constitui alternativa pedagogicamente consistente e legalmente viável para o problema identificado, desde que articulada com compromisso político-administrativo da gestão municipal, com investimentos em infraestrutura e participação efetiva da comunidade escolar.

Palavras-chave: Educação no campo; Pedagogia da Alternância; São Gabriel/RS.

ABSTRACT

This research investigated the feasibility of the Pedagogy of Alternation as a strategy to minimize the problem of lost school days in rural schools of São Gabriel/RS. The problem stems from adverse weather conditions, precarious rural roads, and other structural factors that systematically compromise the school calendar. The objective was to analyze the possibility of implementing an academic calendar based on the concepts of the alternation regime. The methodology employed a qualitative approach with action research, conducting five meetings with teachers, administrators, and the school council of EMCEF Ernesto José Annoni. The results showed significant conceptual appropriation by participants and culminated in the collective construction of a proposal contemplating biweekly periodicity for alternation between school time and community time, targeting the final years of elementary education and community participation through a specific curricular component. It was concluded that the Pedagogy of Alternation constitutes a pedagogically consistent and legally viable alternative for the identified problem, provided it is articulated with political-administrative commitment from municipal management, infrastructure investments, and effective participation of the school community.

Keywords: Rural Education; Alternation Pedagogy; São Gabriel/RS.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Círculo contínuo de aprendizados mútuos.....	25
Figura 2 - Localização geográfica de São Gabriel/RS na mesorregião sudoeste do Rio Grande do Sul.....	26
Figura 3 – Localização das escolas municipais.....	27
Figura 4 - EMCEF Baltazar Teixeira da Silveira.....	30
Figura 5 - EMCEF Maria Manoela da Cunha Teixeira.....	31
Figura 6 – EMCEF Jerônimo Machado.....	32
Figura 7 – EMCEF Ernesto José Annoni.....	33
Figura 8 – EMCEF Mascarenhas de Moraes.....	34

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Distanciamento das escolas em relação ao centro urbano.....	28
Quadro 2 – Estudantes matriculados por escola estudada – Censo 2023.....	29
Quadro 3 – Média de chuvas em São Gabriel/RS, em milímetros, 2016/2023.....	36
Quadro 4 – Dias letivos perdidos nas escolas do campo de São Gabriel/RS em função das chuvas no ano de 2022.....	38
Quadro 5 – Classificação dos instrumentos pedagógicos na Pedagogia da Alternância.....	55
Quadro 6 – Cronograma das intervenções.....	65
Quadro 7 – Síntese da proposta inicial de implementação da Pedagogia da Alternância na EMCEF Ernesto José Annoni.....	77

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01 – Climatologia e histórico de previsão do tempo em São Gabriel/RS nos últimos 30 anos.....	20
Gráfico 02 – Temperaturas máximas e mínimas médias em São Gabriel/RS de 2016 a 2024.....	37

LISTA DE SIGLAS

EMCEF - Escola Municipal do Campo de Ensino Fundamental

MST - Movimento dos Trabalhadores Sem Terra

PPP - Projeto Político Pedagógico

Unipampa – Universidade Federal do Pampa

URCAMP – Universidade da Região da Campanha

FACISA – Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas

SOGIPA – Sociedade Ginástica de Porto Alegre

PNE – Plano Nacional de Educação

CONAE – Conferência Nacional de Educação

PRONERA – Programa nacional de Educação na Reforma Agrária

PRONACAMPO – Programa Nacional de Educação do Campo

CNE – Conselho Nacional de Educação

CEB – Câmara de Educação Básica

MEC – Ministério da Educação e Cultura

SECADI – Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão

CFR – Casa Familiar Rural

EFA – Escola Família Agrícola

CEFFA – Centro Familiar de Formação por Alternância

CME/SG – Conselho Municipal de Educação de São Gabriel

SME – Sistema Municipal de Educação

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	16
2 OBJETIVOS	23
2.1 Objetivo Geral	23
2.2 Objetivos específicos	23
3 REFERENCIAL TEÓRICO	24
3.1 Contexto da pesquisa.....	25
3.2 Diagnóstico da realidade	35
3.3 A Educação do Campo no Brasil.....	39
3.4 Histórico da Pedagogia da Alternância	46
3.5 A Pedagogia da Alternância no Brasil	48
3.6 Legislação brasileira e a Pedagogia da Alternância	50
3.7 Relação entre Pedagogia da Alternância e calendário escolar do campo	54
4 REFERENCIAL TEÓRICO-METODOLÓGICO	58
4.1 Método da Investigação	58
4.2 Sujeitos	61
4.3 Instrumentos	61
4.4 Triangulação dos Dados	62
4.4.1 Fontes confrontadas	62
4.4.2 Instrumentos e dados produzidos por segmento.....	62
4.4.3 Cruzamento entre as fontes	63
4.4.4 Contribuição da triangulação para a validade dos resultados	64
5 DESCRIÇÃO DA INTERVENÇÃO.....	65
5.1 Apresentação da proposta.....	65
5.2 Apropriação conceitual e legal.....	66
5.3 Diversidade de ideias e contribuições significativas	68
5.4 Envolvimento dos sujeitos e construção coletiva.....	69
5.5 Materialização da proposta.....	76
6 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	79
6.1 Apropriação inicial da proposta e sensibilização	79
6.2 Marco legal e conceitual	80
6.3 Percepções dos sujeitos: entre problemas reais e soluções possíveis	81
6.3.1 Os dias letivos perdidos e seus impactos	82

6.3.2 Compreensão sobre a Pedagogia da Alternância	82
6.3.3 Contextualização do ensino: anseios e proposições	83
6.3.4 Pedagogia da Alternância e calendário escolar	84
6.3.5 Viabilidade da proposta	84
6.4 Construção coletiva da proposta	86
6.4.1 Periodicidade dos tempos escola e comunidade	86
6.4.2 Público-alvo e implementação gradual	87
6.4.3 Participação das famílias	88
6.4.4 Infraestrutura e condições materiais	89
6.5 Validação e sistematização	89
6.5.1 Elementos centrais da proposta	90
6.5.2 Limitações e aspectos não contemplados	91
6.6 Contribuições, desafios e perspectivas	92
6.6.1 Confirmação do problema e urgência por solução	92
6.6.2 Entre avanços e lacunas: apropriação da Pedagogia da Alternância	93
6.6.3 Participação da comunidade escolar: entre retórica e prática	93
6.6.4 Viabilidade político-institucional.....	94
6.6.5 Contribuições da pesquisa-ação	95
6.6.6 Articulação com os objetivos da pesquisa	95
6.6.7 Perspectivas de futuro	97
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS	98
REFERÊNCIAS	105
APÊNDICES	110
ANEXOS.....	115

1 INTRODUÇÃO

Antes de tudo acredito ser oportuno pontuar que sou estudante oriundo de escolas públicas do município de São Gabriel, no interior do Rio Grande do Sul, cidade na qual nasci e onde vivo até hoje. Iniciei a caminhada escolar na, então pequena, Escola Estadual de Ensino Fundamental Dr. Pery da Cunha Gonçalves em 1985. E ali cursei as primeiras séries do ensino fundamental e guardo as melhores lembranças.

A escola era pequena, aberta, o bairro, ainda que urbano, era afastado da cidade naquela época, o que, por vezes, remetia a uma ideia de vida no campo. E nessas idas e vindas, enquanto os anos passaram foi nessa mesma escola, quis o destino, que realizasse meu estágio da graduação em Educação Física.

As séries finais do ensino fundamental foram cursadas em outra escola estadual, mais afastada do bairro e com uma estrutura maior. Escola Estadual Dr. Dacio de Assis Brasil, que me proporcionou, entre tantas coisas, uma maior interação com o mundo. Um convívio social mais abrangente e uma capacidade de interação social mais autônoma fora daquele pequeno universo que compreendia a escola anterior e ao bairro que morava.

O ensino médio foi cursado em escola estadual, a Escola Estadual de 2º Grau XV de Novembro, uma escola localizada no centro da cidade de São Gabriel. Anos em que, por questões de adaptação, troquei o ensino diurno pelo noturno. E também de onde trago boas lembranças e as primeiras referências para a vida profissional, sobretudo, para o ingresso na graduação em Educação Física.

Com relação à minha trajetória acadêmica, iniciei no ano de 2002 na graduação em Educação Física pela Universidade da Região da Campanha – URCAMP, concluída em 2005. Desde então passei a realizar cursos em nível de especialização em diferentes instituições de ensino superior, inicialmente, nesta mesma área como a Especialização em Educação Física: Saúde e Qualidade de Vida, da Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas – FACISA, concluído em 2007 e, posteriormente o curso de Gestão no Esporte realizado na Faculdade SOGIPA de Educação Física, terminado em 2013.

Atualmente sou professor da rede pública municipal do mesmo município há mais dez anos, sendo que a maior parte desse tempo estive trabalhando em escolas do campo com a disciplina de Educação Física nos anos finais do ensino

fundamental.

Por outro lado, em decorrência da atuação profissional, meu foco de pesquisa foi se alterando com a convivência e observação de alguns problemas concretos que circundam cotidianamente as instituições de ensino localizadas fora dos centros urbanos dos municípios. Desta maneira, ingressei no curso de mestrado acadêmico em educação na Universidad de La Empresa em Montevideu/UR. Curso este que consegui concluir no ano de 2022. E que, além de me permitir desenvolver uma pesquisa mais aprofundada, também me agregou conhecimentos em torno de questões ligadas a metodologia e me oportunizou ter um contato diário com um idioma diferente do português.

Neste momento já tendo a experiência de pesquisar e publicar alguns escritos sobre questões relacionadas com a Educação do Campo, como a temática em torno do abandono escolar ao final do ensino fundamental no campo, ou ainda sobre fatores que se articulam com o currículo e o contexto dos estudantes que vivem e frequentam escolas do campo.

Durante a fase de conclusão do mestrado acadêmico no Uruguai, tive a oportunidade de iniciar uma nova especialização. Passei a cursar a Especialização Escola da Terra na Universidade Federal do Rio Grande Sul. O curso era destinado, preferencialmente a professores que desempenhavam suas atividades em escolas do campo de diferentes cidades localizadas no interior do Rio Grande do Sul.

Durante este curso desenvolvi e apresentei como trabalho de conclusão uma pesquisa que já tratava de fatores inerentes ao calendário escolar das escolas do campo de São Gabriel. Trabalho este que obteve uma repercussão bastante satisfatória, e foi muito relevante na minha caminhada.

Os dias letivos perdidos em função de questões ligadas a intempéries climáticas, bem como possíveis soluções que viessem a minimizar tais problemas passaram cada vez mais a instigar minhas reflexões e estudos, tema que me levou ao Mestrado em Educação da Unipampa.

Desta maneira, estando eu com o foco totalmente voltado para as práticas e reflexões em torno da Educação do Campo, passei também a cursar a Licenciatura em Educação do Campo da Universidade Federal de Santa Maria. Curso este em que atualmente me encontro no oitavo semestre, e que percebo o uso de uma metodologia que incorpora de maneira bastante interessante conhecimentos

empíricos das populações campestres aliados aos trabalhos acadêmicos.

Dito isto, eu acredito que a ideia preponderante nesta instância seja a de dar continuidade às pesquisas iniciadas e desenvolvidas na especialização realizada na Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Ou seja, continuar a trilhar o caminho em torno de se propor alternativas para o calendário escolar das escolas do campo de São Gabriel.

Portanto, enquanto considero inclusive, as alterações climáticas pelas quais estamos passando, e que de forma incontestável, tantos transtornos tem nos causado, se tornou minha abordagem de pesquisa no âmbito do Curso de Mestrado Profissional em Educação da Universidade Federal do Pampa, sobretudo por investigar e vislumbrar soluções para fatores que causam danos reais aos processos educacionais. Nesse contexto observei um campo de possibilidades a serem exploradas, juntamente com diversas barreiras a serem transpostas. Sobretudo no que se refere às vivências que o meio rural proporciona, bem como às condições que ele impõe.

Logo, o problema central desta pesquisa pergunta: A utilização da Pedagogia da Alternância seria uma alternativa viável para solucionar o problema dos dias letivos perdidos nas escolas do campo ao longo do ano em função de condições climáticas adversas e outros fatores?

Feita esta apresentação, o objetivo desta pesquisa é analisar as alternativas de melhorias do calendário escolar nas escolas do campo na cidade de São Gabriel/RS. O estudo parte da ideia de que a adoção e regulamentação do regime de alternância no município viabilizaria a qualificação dos processos educacionais nestas escolas. Além de promover a oportunidade de um ensino de qualidade aos filhos e filhas dos moradores do campo deste município.

Desta maneira, busca-se por meio deste estudo, baseando-me na minha experiência como professor da EMCEF Ernesto José Annoni, e com a contribuição fundamental dos meus colegas desta escola, apresentar uma proposta de calendário letivo para uma das escolas do campo de São Gabriel/RS; creio também ser importante destacar que atuo como docente nas disciplinas de Educação Física e Ensino Religioso nos anos finais do ensino fundamental há treze anos.

Esta proposta que se fundamenta nos conceitos do regime de alternância aliado a experiência docente na escola e, teve como propósito promover uma

discussão junto a meus colegas professores, a fim de encontrarmos soluções para minimizar o problema dos dias letivos perdidos.

Visto que tal problema é uma realidade instituída nas escolas do campo do município e ainda carece de estudos que viabilizem uma forma de atenuar ou mesmo solucioná-lo. De tal maneira que estudantes e demais profissionais envolvidos nos processos educacionais deixem de ser prejudicados por condições alheias à suas vontades (interpéries do tempo, problemas de transporte, entre outros mais pontuais).

A Pedagogia da Alternância (Souza, 2015), entendida como uma estratégia metodológica que agrega aos conhecimentos teóricos da escola, os saberes empíricos e práticos passados de geração a geração nas comunidades rurais, poderia oferecer alternativa viável ao problema dos dias letivos perdidos, por meio da articulação entre o “tempo escola” e o “tempo comunidade”.

Além de responder à problemática das aulas perdidas, a Pedagogia da Alternância também difunde uma ideia de contextualização do ensino, ao trazer do cotidiano do estudante, problemas vivenciados por eles. E para estes, buscar soluções pautadas nas teorias já consagradas, articuladas com os saberes locais. Como nos traz o estudo de Lima; Hage; Souza, 2021:

No âmbito do Movimento Nacional de Educação do Campo, desde a sua criação, a Alternância constitui-se como uma estratégia teórico-metodológica de formação dos sujeitos do campo ancorada na relação Trabalho-Educação-Território, a qual tem como intencionalidade constituir-se como um processo educativo potencializador das dimensões que são estruturantes das formas de produzir e de reproduzir a existência no contexto do campesinato. Ela tem sido utilizada como uma referência para organizar o trabalho pedagógico na perspectiva de relacionar a escola com os sujeitos, as suas famílias e as suas organizações sociais, em seus diferentes espaços e temporalidades, o que deu origem aos termos “Tempo Escola”/“Universidade” e “Tempo Comunidade”. (Lima; Hage; Souza, 2021, p. 12).

Para tanto o estudo se desenvolve amparado no pensamento crítico acerca da Educação do Campo do município de São Gabriel/RS e na observação realizada ao longo dos anos de atuação docente do pesquisador.

Juntamente a estas observações se incorpora uma revisão bibliográfica que abarca o quadro histórico do município e os conceitos e o objetivos do regime de alternância. Na análise empírica se relata uma ação interventiva juntamente com meus colegas professores, gestores e conselho escolar da EMCEF Ernesto José

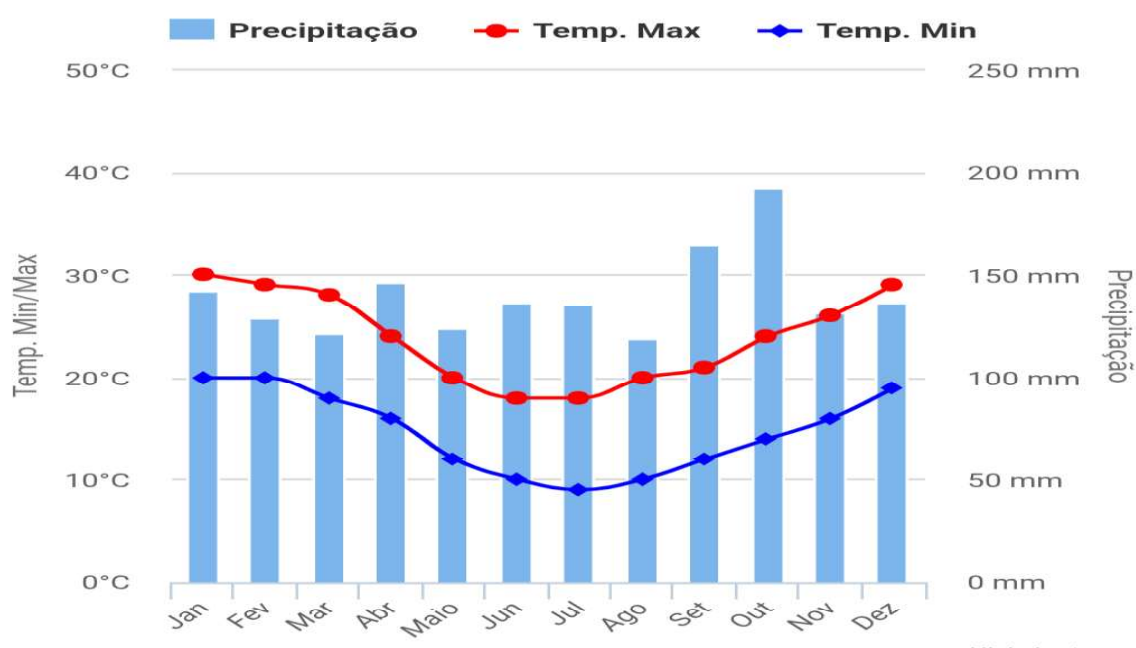
Annoni.

Esta discussão se justifica ainda sob diferentes aspectos abordados ao longo do texto. Primeiramente se aponta o problema dos dias letivos perdidos ao longo do ano em função das chuvas, neste sentido já foi constatado, pela experiência que vivemos na escola, que uma simples mudança na periodicidade das aulas não representaria ganho algum aos processos escolares. Visto que as chuvas na região são distribuídas de maneira uniforme durante todo o ano (Climatempo, 2026). Conforme podemos constatar no gráfico abaixo.

Gráfico 1 – Climatologia e histórico de previsão do tempo em São Gabriel/RS nos últimos 30 anos.

 **São Gabriel - BR**

compartilhar 



Fonte: Climatempo (2026).

Dito isto, a utilização de um calendário letivo no qual fosse utilizado o regime de alternância poderia vir a atenuar tal problema, além de potencializar as relações dos estudantes com as escolas nas quais estão inseridos. Outro fator relevante para este texto diz respeito a um tema recorrente nas publicações acerca da Educação do Campo: a necessidade de contextualização do ensino

Pois vejamos que enquanto se debate repetidamente sobre a

descontextualização do ensino no meio rural¹, não se observa o debate em torno de ações que promovam tal contextualização. Neste sentido, o regime de alternância viria a ser um elo entre as culturas locais e os saberes pedagógicos contruídos em cada realidade.

Nesse contexto Dias (2006), refere que a Pedagogia da Alternância poderia contribuir sob a ótica de que tal ideia visa a formação integral do jovem do campo, tanto no aspecto intelectual quanto profissional. Pois traz em seus princípios uma concepção metodológica que enfatiza a autonomia do estudante como sujeito principal de seu processo formativo. E por meio dessa premissa a Pedagogia da Alternância continua a se desenvolver na tentativa de proporcionar conhecimentos específicos aos jovens do campo.

Neste mesmo cenário de caminhada em direção à contextualização da Educação do Campo na cidade de São Gabriel/RS, outros significativos atores seriam incorporados e ganhariam visibilidade nos processos educativos: os diferentes membros das famílias dos estudantes, além dos demais membros das comunidades onde vivem estes jovens.

Em primeira análise, baseado nos contextos teóricos já consolidados, se considera que um regime de alternância, no qual questionamentos provenientes da vida real emergem de fora para dentro dos ambientes escolares, ganhará muita força os saberes empíricos, passados de geração para geração no seio das comunidades rurais². E justamente aí a importância de diferentes indivíduos inseridos nas realidades de povoados, vilas, aldeias e demais sociedades rurais passarão a ter seus papéis resignificados diante da educação dos jovens. Conforme apontam Oliveira; Dos Santos Feitosa; Ribeiro, 2020:

A educação contextualizada praticada pela Pedagogia da Alternância aflorou como ideal para a concretização dessa nova proposta de

¹ Em relação a escola do campo, a LDB (1996), em seu art. 28, aduz:
Art. 28. Na oferta da educação básica para a população rural, os sistemas de ensino promoverão as adaptações necessárias à sua adequação às peculiaridades da vida rural e de cada região, especialmente: I – conteúdos curriculares e metodologias apropriadas às reais necessidades e interesses dos alunos da zona rural; II – organização escolar própria, incluindo adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas; III – adequação à natureza do trabalho na zona rural (Brasil, 1996).

² Sabemos a diferença conceitual da palavra “rural” para o termo “campo”, no debate político entre concepções de educação, contudo optamos por deixar, em alguns tópicos, a palavra rural, pois esta é utilizada com mais frequência na região em estudo, o município de São Gabriel.

organização de articulação das experiências da população do campo e das suas famílias com os conhecimentos escolares, constituindo-se uma possibilidade para uma organização diferenciada dos espaços e tempos das escolas rurais, por quanto, na estrutura dos conteúdos de 1º e 2º graus, é possível, com a reforma educacional desses níveis, a inserção da parte diversificada no plano curricular de formação dos estudantes. Deste modo, essa Pedagogia poderia conjugar, em momentos de aprendizagens distintos, na família e na escola, meios pedagógicos concretos e diferentes do ensino urbano para a aprendizagem dos estudantes pertencentes às áreas rurais (Da Silva Oliveira; Dos Santos Feitosa; Ribeiro, 2020, p.129)

Contudo, diante do exposto, faz-se necessário se ter ciência de que uma alteração dessa magnitude representaria algumas rupturas e implicaria em novos movimentos por parte do poder público. Entre outras ações, por exemplo, haveria de se reconhecer o tempo comunidade também como parte das atividades escolares. E, justamente, por esse motivo a proposta se desenvolve, de forma inicial, em apenas uma (01) das escolas do campo mantidas pelo poder público municipal.

Nesta seara a implementação de forma prática da alternância em uma das escolas municipais representaria, sob esta ótica, uma solução hipotética para o problema da insuficiência de dias letivos em virtude de condições climáticas e outros fatores. Servindo, inclusive, como balizador para a utilização ou não desse formato nas demais escolas.

Do ponto de vista metodológico, o estudo se desenvolve sob a ótica da abordagem qualitativa, que segundo Sampiere; Collado; Lucio (2010) tem seu foco centrado na compreensão e interpretação dos dados, com especial atenção a sua profundidade das informações e sem se ater à sua quantificação. O método utilizado é a pesquisa-ação, o qual implica em envolvimento dos pesquisadores com o objeto pesquisado, incidindo em intervenções que contaram com colegas professores da EMCEF Ernesto José Annoni. Nesse tipo de pesquisa os pesquisadores estão junto à experiência, portanto, com grande grau de envolvimento e de responsabilidade (Thiollent; Colette, 2020).

As ações interventivas se baseiam em subsidiar aos participantes fontes bibliográficas relativas à Educação do Campo e a Pedagogia da Alternância para que possamos analisar experiências que enriqueçam e contribuam para a construção ou não de um projeto de alternância para as escolas do campo do município São Gabriel/RS.

2 OBJETIVOS

2.1 Objetivo Geral

Analisar a possibilidade de uma estratégia de calendário letivo para as escolas do campo de São Gabriel/RS, fundamentado nos conceitos do regime de alternância com o propósito de minimizar os dias letivos perdidos.

2.2 Objetivos específicos

- Estudar os fundamentos teóricos da proposta do regime de alternância;
- Identificar potenciais melhorias no campo educacional, decorrentes da adoção do regime alternância nas escolas do campo;
- Analisar aspectos que envolvem as práticas de ensino nas escolas do campo em São Gabriel/RS, considerando os dias letivos cancelados por diversos fatores;
- Apresentar necessidades imperativas para o sucesso do regime de alternância nas escolas do campo de São Gabriel/RS.

3 REFERENCIAL TEÓRICO

Este capítulo tem por intenção apresentar um diálogo teórico em torno das principais temáticas que envolvem este estudo. Para tanto o capítulo se organiza por tópicos de interesse que abarcam, inicialmente, o contexto da pesquisa e o diagnóstico da realidade estudada.

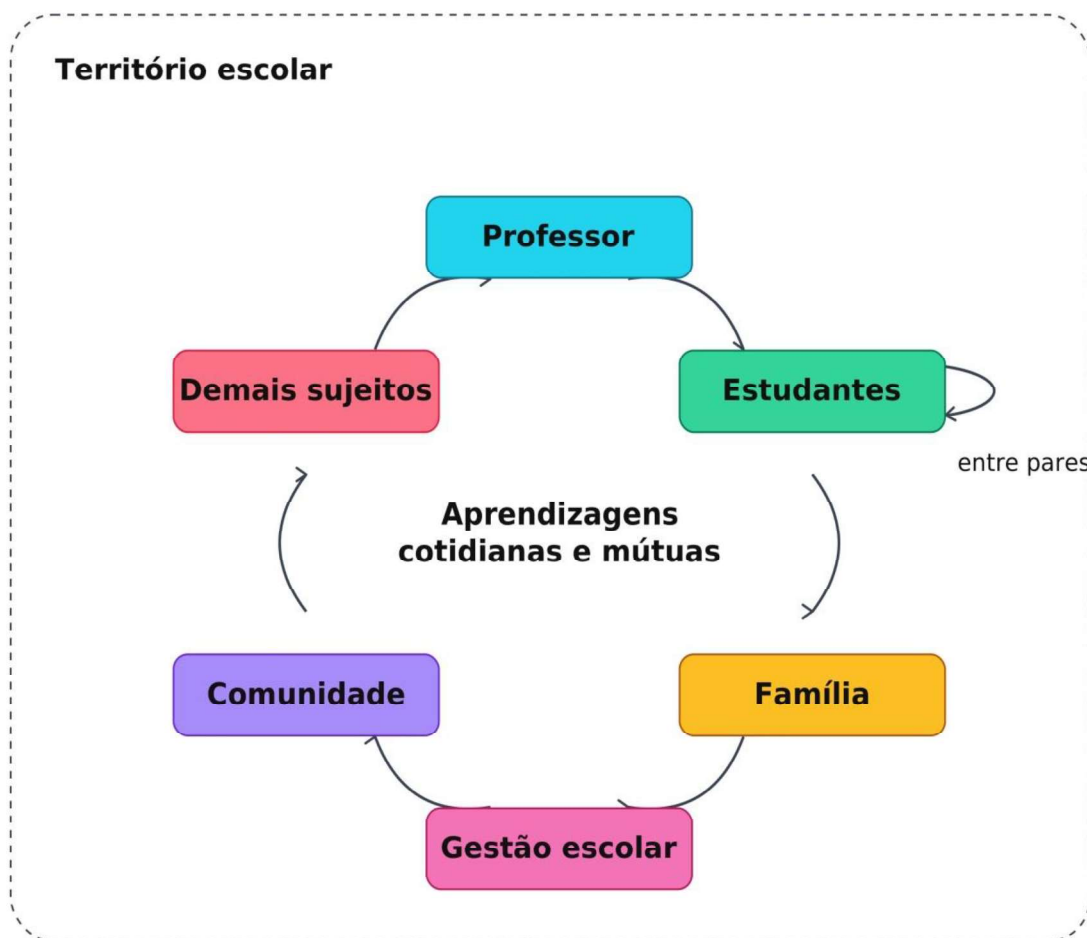
Na sequência, os conceitos que norteiam o que se entende sobre a Educação do Campo no Brasil. Pois a pretensão deste estudo de se criar uma proposta de calendário baseado nos preceitos da Pedagogia da Alternância a ser inserida no contexto das escolas do campo do município de São Gabriel/RS.

Aborda-se também neste tópico o histórico da Pedagogia da Alternância e sua trajetória no Brasil. Esta abordagem tem a intenção de proporcionar uma maior familiarização com esta temática de estudo a partir de um diálogo com autores que embazam o conceito e a intencionalidade dessa forma de se conduzir processos educacionais, sobretudo nas escolas do campo.

Tema que foi amplamente discutido com meus colegas professores da EMCEF Ernesto José Annoni; na intenção que pudéssemos a partir da nossa realidade, refletir sobre como a alternância nos processos educativos pode se tornar alternativa rica de aprendizagens e vivência humanizada; onde os aprendizados mútuos sejam compartilhados, enriquecendo-se as possibilidades de humanização do ensinar e do aprender.

Este círculo contínuo de aprendizados mútuos envolvem professor→estudantes, estudantes→estudantes, estudantes→família, família→professor, comunidade escolar→gestão, e todos os demais sujeitos ligados de alguma forma ao território da escola; na expectativa de que “as gentes” ensinam e aprendem no cotidiano de seus fazeres (*praxis*) (Freire, 2014). Relações estas que são ilustradas na figura a seguir.

Figura 1 – Círculo contínuo de aprendizados mútuos.



Fonte: Elaborado pelo autor em 22/07/2026.

Ainda no referencial se buscou apresentar a legislação que regulamenta a implantação e funcionamento de escolas sob o regime da Pedagogia da Alternância. Obviamente, passando pela legislação que rege e reconhece as particularidades e especificidades da Educação do Campo no Brasil.

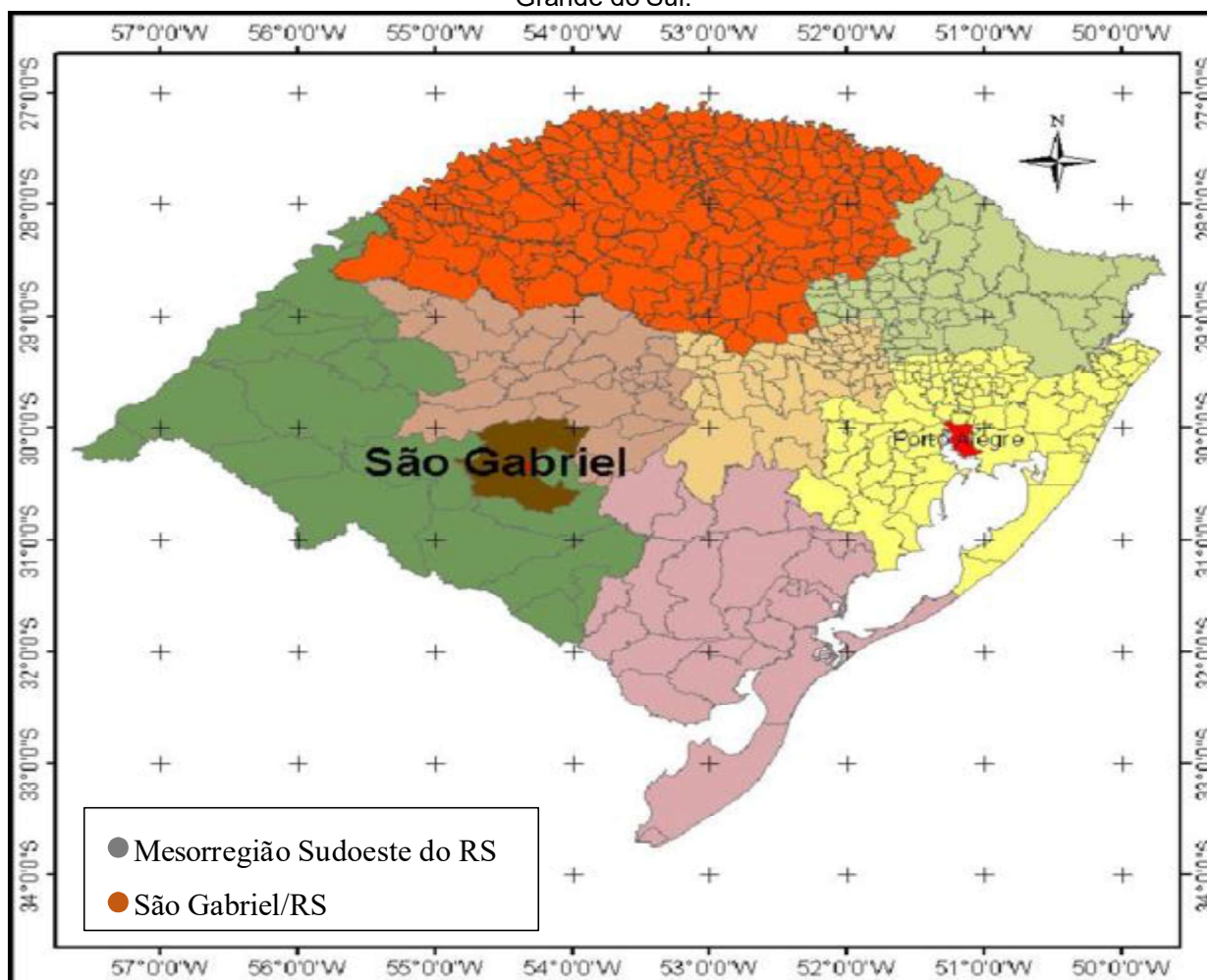
Ainda vale salientar que esta é uma primeira abordagem teórica, que utilizamos na dissertação e que se espera, naturalmente, que os temas levantados aqui continuem sendo debatidos com meus colegas da EMCEF Ernesto José Annoni em processos continuados de análises, pois sabemos que as discussões que trago para o texto final da dissertação, certamente, possui limites, aos quais são de minha responsabilidade.

3.1 Contexto da pesquisa

O contexto no qual se desenvolve a pesquisa é o município de São

Gabriel/RS, localizado geograficamente na mesorregião sudoeste do Estado do Rio Grande do Sul. Município que mantém sob sua gestão, entre outros estabelecimentos de ensino localizados em áreas rurais, cinco (05) escolas de ensino fundamental completo (Pastorio *et al.*, 2015). Sendo que uma (01) destas escolas, em seus diferentes segmentos, compreende o campo de observações e produção de dados necessários durante o transcorrer da pesquisa.

Figura 2 – Localização geográfica de São Gabriel/RS na mesorregião sudoeste do Rio Grande do Sul.



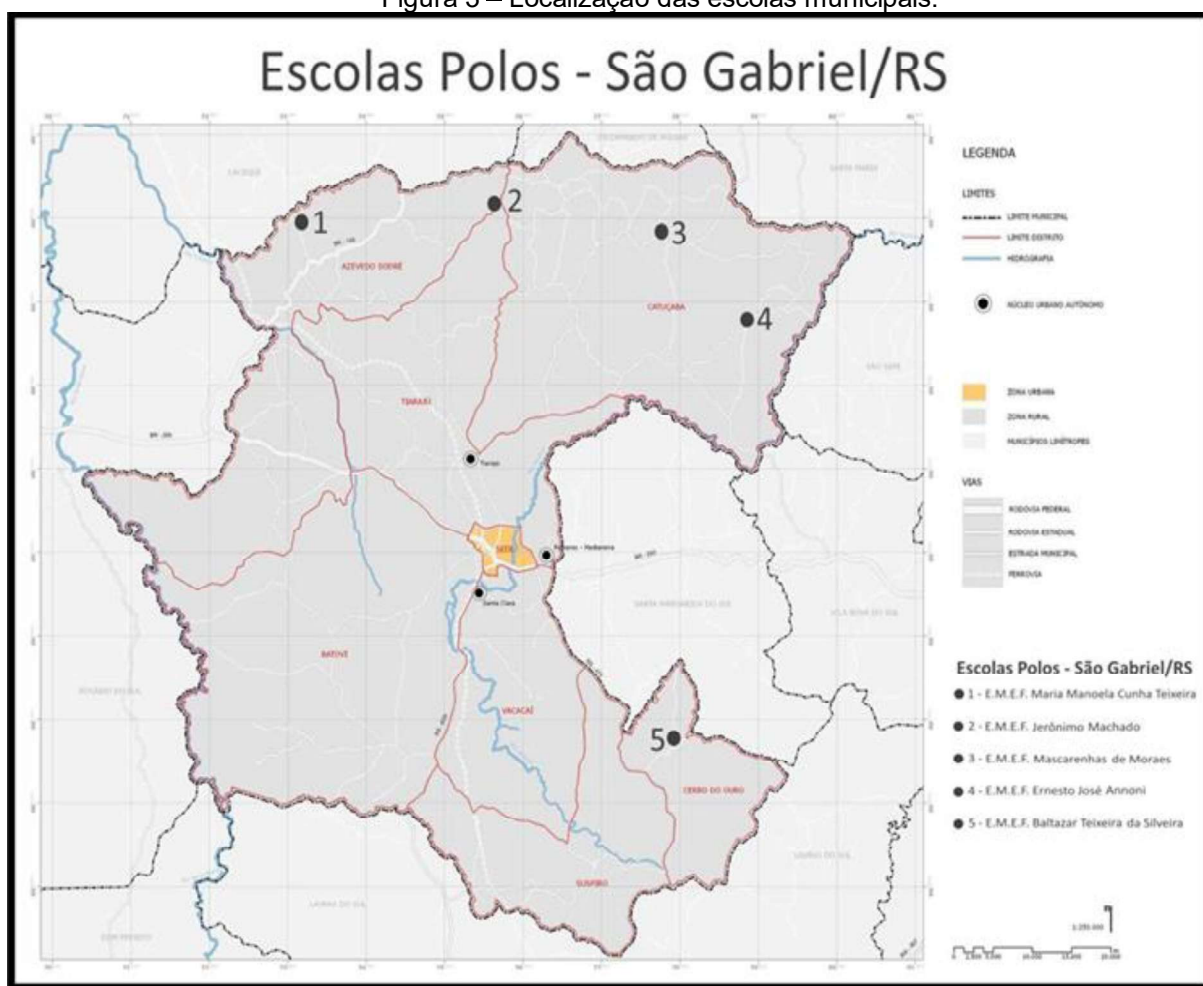
Fonte: Adaptado de Santos (2012).

Além da orientação geográfica apresentada acima, faz sentido nesse contexto, uma delimitação espacial das escolas do campo mantidas pelo município, pois compartilham de problemas semelhantes no que tange os seus calendários letivos. E também para estas escolas a proposta em curso poderá representar alternativa viável no futuro. Nessa mesma trilha, o município ainda abriga em seu

território outras escolas localizadas no campo sob a gestão do Estado e seus respectivos anexos, além de escolas municipais multisseriadas.

Devido à instabilidade de funcionamento presente nas escolas mantidas pelo Estado do Rio Grande do Sul, sobretudo em seus anexos, estas não estão inseridas no estudo. Assim como as escolas multisseriadas de primeiros anos do ensino fundamental mantidas pelo município. Sendo que estas não estão inseridas no estudo devido à Pedagogia da Alternância não se destinar a esta etapa da educação básica. Logo, a pesquisa mantém suas atenções voltadas para escolas municipais que oferecem ensino fundamental completo no campo (escolas polo).

Figura 3 – Localização das escolas municipais.



Fonte: Pastorio et al. (2015).

Na intenção de melhor contextualizar a pesquisa, consta entre as escolas da figura acima nosso *lôcus* de pesquisa. A saber, a Escola Municipal do Campo de Ensino Fundamental Ernesto José Annoni (4 no mapa acima). Porém, tendo em vista

da amplitude do problema em questão, entendemos que a proposta de alteração do calendário letivo por meio da Pedagogia da Alternância poderia ser uma hipótese passível de análise para estas escolas. Visto que todas elas se localizam em comunidades rurais e também convivem com o problema dos dias letivos perdidos.

Contudo, entende-se que uma proposta que busque solucionar ou mesmo atenuar um problema de tamanha magnitude deverá contar com as contribuições dos atores impactados por tal. Principalmente por serem estes os agentes capazes de mensurar a viabilidade da proposta e as necessidades imperativas que incidem em sua utilização ou não.

De acordo com Pastorio *et al.* (2015), estes cinco (05) estabelecimentos de ensino encontram-se a distâncias que variam de quarenta e oito (48) a setenta (70) km da sede do município. E tem seu funcionamento em dias alternados com aulas em nos turnos da manhã e tarde. Nas escolas com um contingente maior de estudantes existe uma alternância entre anos iniciais e finais do ensino fundamental. Em determinado dia da semana são atendidos estudantes dos anos iniciais em dois turnos, enquanto que no dia seguinte é a vez dos anos finais, e assim, sucessivamente. Periodicidade que de certa maneira lembra um dos princípios da Pedagogia da Alternância. Ou seja, as atividades escolares alternadas entre períodos na escola e períodos nas comunidades em que residem os estudantes.

Nas escolas com menor contingente de estudantes, todas as turmas frequentam a escola simultaneamente nos dois turnos em dias alternados.

Quadro 1 – Distanciamento das escolas em relação ao centro urbano.

Escola Municipal do Campo de Ensino Fundamental	Localidade/Distrito	Distância do centro urbano
Baltazar Teixeira da Silveira	Cerro do Ouro	48 km
Ernesto José Annoni	Cerrito/Catuçaba	62 km
Jerônimo Machado	Santo Antônio/Azevedo Sodré	70 km
Maria Manoela da C. Teixeira	Guajuviras/Azevedo Sodré	68 km
Mascarenhas de Moraes	Faxinal/Catuçaba	70 km

Fonte: Adaptado de Pastorio *et al.* (2015).

Feita a delimitação do contexto geográfico em que se distribuem as escolas, faz-se necessário estabelecermos uma conexão com o público atendido por esses estabelecimentos de ensino. Nesse sentido, para uma melhor orientação, faz-se

necessário apontar, primeiramente, que nestas escolas estavam regularmente matriculadas no ano letivo de 2023, entre cinquenta e dois (52) e noventa e quatro (94) estudantes. Distribuídos em etapas que compreendiam desde a educação infantil aos anos finais do ensino fundamental (QEdu, 2024).

E no que se refere a este contingente de estudantes torna-se importante trazer ao debate e relacionar com a proposta do estudo, a compreensão de que as escolas estão inseridas em comunidades que se diferem em suas relações com o trabalho, condição socioeconômica e aspectos culturais.

Quadro 2 – Estudantes matriculados por escola estudada – Censo 2023.

Escola Municipal do Campo de Ensino Fundamental	Estudantes matriculados
Baltazar Teixeira da Silveira	47
Ernesto José Annoni	73
Jerônimo Machado	94
Maria Manoela da C. Teixeira	52
Mascarenhas de Moraes	94

Fonte: Adaptado de QEdu (2024).

Feitas estas considerações, com a intensão de proporcionar uma melhor orientação quanto ao contexto em que se inserem estas escolas, torna-se oportuno elucidar que de forma geral, todas apresentam estruturas físicas adequadas para o desenvolvimento das atividades escolares.

E com relação ao funcionamento desses estabelecimentos, a gestão de todas as escolas mantidas pelo poder público municipal é feita por profissionais indicados pela secretaria municipal de educação do município. Ou seja, de acordo com Rocha; Valentini (2015), o município de São Gabriel/RS não implantou em suas escolas o sistema de eleições diretas para os cargos de gestão escolar.

Os gestores das escolas do campo no município de São Gabriel, como também os dirigentes das Secretarias Municipais, são escolhidos por indicação partidária da administração. Este quadro é preocupante na medida em que o município, por exemplo, na mesma administração 2009/2012, trocou três vezes o gestor da Secretaria de Educação (Valentini, 2014, p. 33).

Outrossim, ao se fazer um contraponto com essa realidade, fica evidente que o município ao não adotar o sistema de eleições para diretores de suas escolas distancia-se conceitual e factualmente dos princípios da gestão democrática em educação. Possibilitando, inclusive, presunções de que estas gestões poderão muito mais atender a conjecturas políticas do que educacionais.

Contudo, com relação à região na qual cada uma das escolas do campo mencionadas encontra-se inserida, podemos descrever que a EMCEF Baltazar Teixeira da Silveira localiza-se em um distrito com um relevo mais acidentado denominado Cerro do Ouro, no qual se difunde, prioritariamente, a criação de bovinos e ovinos. Tendo o manejo com estes rebanhos, em maior ou menor escala, como expoentes econômicos da região, presente nas proximidades da escola (Rocha; Valentini, 2015).

Figura 4 – EMCEF Baltazar Teixeira da Silveira.



Fonte: Acervo pessoal do autor (2026).

A EMCEF Maria Manoela da Cunha Teixeira, de acordo com Pastorio *et al.*

(2015), que está localizada no distrito de Azevedo Sodré, traz consigo a referência da agricultura familiar aliada ao contexto do primeiro assentamento da reforma agrária no município (Guajuviras).

Tendo inclusive proporcionado, durante as atividades da escola com a participação da comunidade escolar, a difusão de ações promotoras da economia solidária. Como por exemplo, a comercialização de produtos oriundos da agricultura familiar entre os membros da comunidade escolar e demais sujeitos presentes nos eventos da escola.

Figura 5 – EMCEF Maria Manoela da Cunha Teixeira.



Fonte: Acervo pessoal do autor (2026).

Segundo Pastorio *et al.* (2015), a EMCEF Jerônimo Machado carrega consigo, talvez, o traço identitário municipal mais relevante entre as escolas do campo. Localizada em uma região autodenominada como último reduto dos

carreiros no Estado do Rio Grande do Sul – Comunidade Santo Antônio. Procura manter viva e preservada através de suas práticas educacionais, a história e a herança cultural desses pequenos produtores rurais que costumavam migrar em caravanas do interior do município para a cidade, em carretas puxadas por bois, a fim de comercializarem produtos derivados da agricultura familiar.

Figura 6 – EMCEF Jerônimo Machado.



Fonte: Acervo pessoal do autor (2026).

As EMCEFs Ernesto José Annoni e Mascarenhas de Moraes estão localizadas no mesmo distrito (Catuçaba), mas em localidades diferentes. Sendo que a primeira delas está situada na localidade do Cerrito, enquanto que a segunda escola está situada na localidade do Faxinal.

Porém, compartilham de uma realidade semelhante, em que estão inseridos grandes produtores rurais de soja, arroz e criadores de bovinos. Junto a estes, alguns agricultores familiares e, durante as duas últimas décadas estas escolas

passaram a receber estudantes vindos de famílias assentadas da reforma agrária.

Figura 7 – EMCEF Ernesto José Annoni.



Fonte: Acervo pessoal do autor (2026).

Figura 8 – EMCEF Mascarenhas de Moraes.



Fonte: Acervo pessoal do autor (2026).

Detalhados os aspectos referentes à localização, público e contexto socioeconômico de cada uma das escolas municipais do campo de ensino fundamental (EMCEFs), voltamos nosso olhar para dois pontos centrais para este estudo: a questão dos dias letivos que são perdidos durante o ano e a potencial contribuição da Pedagogia da Alternância nesse cenário.

Os dias letivos perdidos são uma realidade presente e comum a todas as cinco (05) escolas descritas. Derivam, via de regra, de condições climáticas adversas, sobretudo às chuvas que inviabilizam a trafegabilidade por estradas do interior do município.

Inerente a este cenário são as longas viagens a que ficam condicionados tanto profissionais que se deslocam da cidade para as escolas, mas, sobretudo, os estudantes que são obrigados a transitar por estradas, e em veículos que nem sempre oferecem as condições ideais.

A precariedade dos veículos também é um fator que contribui pontualmente para que dias de aula sejam perdidos. Sejam por problemas mecânicos ou mesmo por manutenções periódicas. Além, é claro, de outras questões que ficam omissas no curso dessa pesquisa, mas que também incidem no diagnóstico final do problema.

Diante desta realidade, este estudo visa por meio de uma potencial utilização da Pedagogia da Alternância buscar soluções para problemas reais do cotidiano da vida no campo. Aliando saberes empíricos próprios de cada região ou localidade com a educação formal desenvolvida nas escolas. Conforme desta Gimonet (2007, p. 17), ao tentar descrever brevemente a Pedagogia da Alternância, “[...] mais que um simples método, devendo ser considerada como um verdadeiro sistema educativo”.

Pode ser entendida como um movimento pedagógico que articula o cotidiano dos estudantes e suas famílias com a teoria e a prática, alternando tempos e espaços educativos. Numa dinâmica que também reconhece o tempo comunidade como tempo que educa. E que na lógica pragmática das exigências legais, que obrigam ao cumprimento de cargas horárias pré-estabelecidas pelas escolas, a Pedagogia da Alternância viria a minimizar o transtorno dos dias letivos perdidos no formato atual em que a Educação do Campo vem sendo ofertada em São Gabriel/RS.

3.2 Diagnóstico da realidade

Em estudo anterior³, a ideia de uma alteração na periodicidade do calendário letivo das escolas do campo de São Gabriel/RS emergiu como potencial solução para o problema dos dias letivos perdidos ao longo do ano, em função de condições climáticas adversas entre outros fatores.

Contudo, esta alternativa não se configurou em alternativa viável para solucionar ou mesmo atenuar o problema instituído. Pois diante da constatação de que as chuvas são distribuídas na região de maneira uniforme durante todo o ano, tal ação não teria a eficácia necessária e desejada, conforme demonstrado no

³ Calendário escolar das escolas do campo: Observação de regras ou gestão de um tempo para o aprendizado? – Estudo de caso Município de São Gabriel/RS – Disponível em: <https://midas.unioeste.br/sgev/eventos/sifedoc#anais>

gráfico 1.

Vejamos ainda que as médias mensais de chuvas no município, em um recorte de tempo menor (entre os anos de 2018 e 2026), também corrobora a informação anterior, como demonstra a tabela a seguir. Ou seja, no município de São Gabriel/RS as precipitações normalmente ocorrem de maneira semelhante durante o ano inteiro (Weather Spark, 2026).

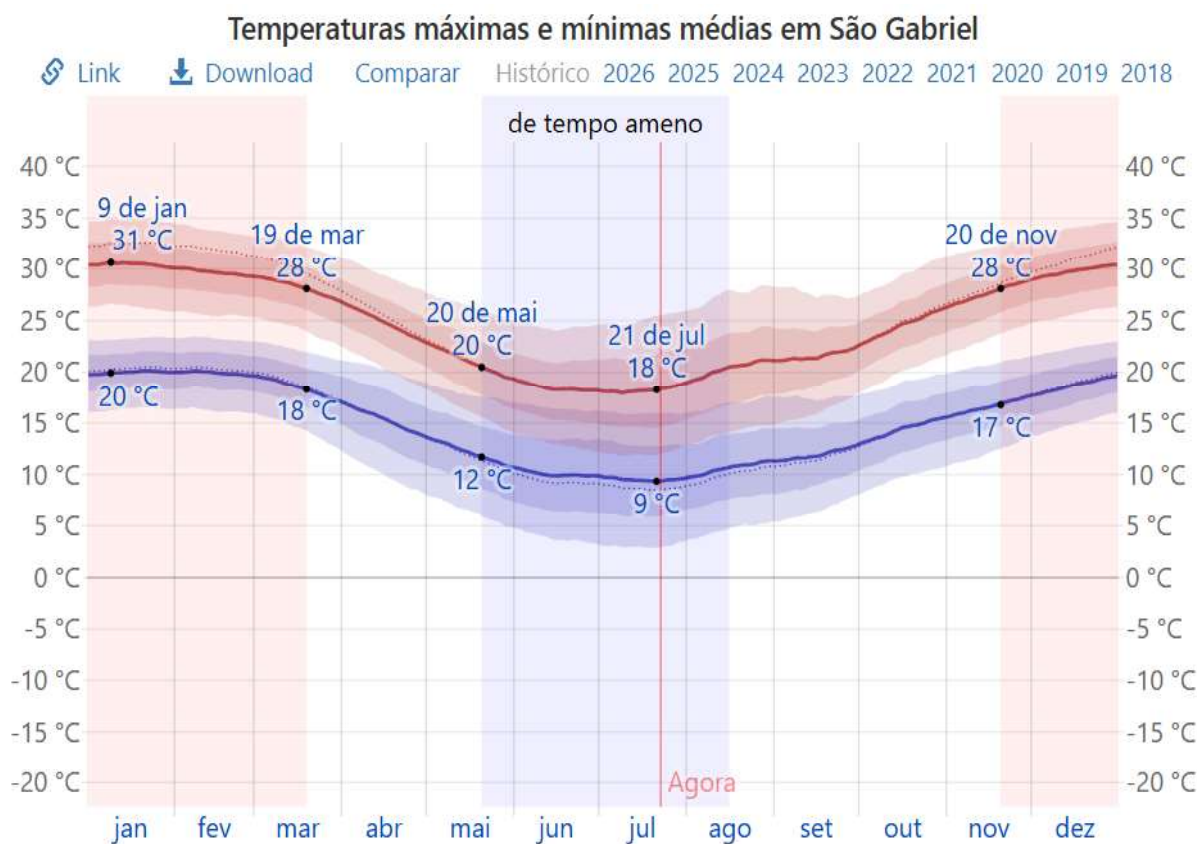
Quadro 3 – Média de chuvas em São Gabriel/RS, em milímetros, 2018/2026.

Meses	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maiο	Junho
Chuva	120,1	130,8	117,0	145,2	122,8	120,0
Meses	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro
Chuva	118,4	96,1	134,5	151,5	125,8	106,6

Fonte: Adaptado de Weather Spark (2026).

Logo, se considerarmos tão somente o fator chuva, aparentemente não haveria um ganho significativo com a alteração do calendário das escolas do campo. Enquanto isso, tal ação condicionaria, além de professores e funcionários das escolas, mas principalmente os estudantes, a utilizarem o transporte escolar sob condições de forte calor nos meses mais quentes do ano.

Gráfico 2 – Temperaturas máximas e mínimas médias em São Gabriel/RS de 2018 a 2026.



Fonte: Adaptado de Weather Spark (2026).

Além do mais, uma alteração na periodicidade do calendário letivo das escolas do campo de São Gabriel/RS implicaria em um difícil remanejamento de professores para atenderem de forma satisfatória estas escolas. Visto que, em grande parte dos casos, os mesmos docentes que trabalham em uma escola do campo também exercem suas em outra(s) instituições. Havendo ainda muitas circunstâncias em que o professor alterna sua rotina de trabalho semanal entre escola do campo e escola urbana.

Portanto, até o ano de 2026, o que se tem observado como realidade nas escolas localizadas no campo, no município de São Gabriel/RS, é um preocupante cenário. No qual, ano após ano, estudantes, professores e demais sujeitos da comunidade escolar são condicionados, a uma rotina de dias letivos perdidos em função de chuvas, más condições de trafegabilidade nas estradas do interior e que conduzem estes sujeitos até as escolas e demais fatores relacionados ao funcionamento destas escolas.

Quadro 4 – Dias letivos perdidos nas escolas do campo de São Gabriel/RS em função das chuvas no ano de 2022.

Escola	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Total
Baltazar T. da Silveira	00	02	02	03	02	00	01	02	00	00	00	12
Ernesto J. Annoni	00	02	02	06	03	05	05	02	03	03	00	31
Jerônimo Machado	00	02	03	01	03	02	02	01	01	01	00	16
M ^a Manoela C. Teixeira	00	03	00	01	01	01	01	00	01	01	00	09
Mascarenhas de Moraes	00	02	04	04	08	03	02	00	01	01	00	25

Fonte: Elaborado pelo autor em 20/01/2023.

Outro ponto passível de atenção nesse diagnóstico se refere à base econômica local, fundamentada na agricultura e na pecuária. O que, invariavelmente, representa trabalhos tipicamente rurais. O município se caracteriza por uma extensa produção de grãos, com ênfase à soja e ao arroz (32.000 e 30.000 hectares plantados, respectivamente), além da bovinocultura com um rebanho de cerca de 450.000 cabeças e ovinocultura com 32.000 cabeças (São Gabriel, 2024).

Sem nos distanciarmos dos objetivos e interesses da pesquisa, é neste contexto, em que se desenvolvem essas culturas, juntamente com a agricultura familiar, que está inserida a escola na qual se realizam as ações do presente estudo. Atendendo estudantes desde a pré-escola ao nono ano do ensino fundamental, e com diferentes origens: como filhos de agricultores assentados na região e ligados à agricultura familiar, estudantes com a família ligada ao agronegócio e também descendentes de famílias de trabalhadores das fazendas que exploram o plantio de grãos ou a criação de gado.

Então, ainda que não haja relatos significativos de estudantes que evadam da escola por contingências do trabalho, há que se considerar que tais atividades demandam de períodos de maiores e menores afazeres. Ou seja, devem impactar diretamente nas rotinas familiares e, conseqüentemente, nas rotinas escolares. Até mesmo porque não se prevê alteração na rotina escolar que seja relacionada a períodos de safra e entressafra.

E, justamente, nesse ponto que se acredita que a adoção do regime de alternância pedagógica, inicialmente na EMCEF Ernesto José Annoni, mas que poderá se estender às demais escolas do campo de São Gabriel/RS, poderá contribuir para a melhoria das condições de acesso e permanência dos estudantes nas escolas do campo do município, bem como agregar significativos valores nos processos de ensino e aprendizagem.

3.3 A Educação do Campo no Brasil

A história da Educação do Campo no Brasil se confunde com a própria história da educação nacional. Nesse sentido, são encontrados relatos que relacionam o surgimento da educação organizada no meio rural com a própria sistematização do ensino regular na Brasil. Esta relação fica evidenciada, por exemplo, no texto da Lei de 15 de outubro de 1827, que traz em seu artigo primeiro a afirmação de que: “[...] em todas as cidades, vilas e lugares mais populosos, haverá as escolas de primeiras letras que forem necessárias”(Brasil, 1827). Sendo que estas escolas corresponderiam ao primeiro nível da educação.

Rangel; Carmo (2013) contam que o percurso trilhado para a criação das primeiras escolas no meio rural constitui parte importante para o fortalecimento da sociedade brasileira. Sobretudo, no que se refere a sua organização entre o período colonial e o início do século XX, quando a população brasileira era predominantemente rural. Como destaca Calazans (1993) apud Rangel; Carmo (2013):

Inicia-se, então, observando que, historicamente, os primeiros indícios de visibilidade da educação no meio rural remontam ao século XIX. No entanto, apenas nos anos 30 do século XX começaram a surgir modelos de educação rural, baseados em projetos de modernização do campo, patrocinados por organismos de cooperação norte-americana e difundidos por meio do sistema de assistência técnica e extensão rural (Calazans, 1993 apud Rangel; Carmo, 2013, p. 206).

Vejamos então que este projeto de pesquisa se dá no âmbito da Educação do Campo, e está alinhado com uma proposta vinculada à Pedagogia da Alternância, articulando-se com a legislação vigente em relação a esta modalidade de ensino e a regulamentação da Pedagogia da Alternância.

Feita esta breve contextualização, é necessário compreender que, sob nossa ótica, a Educação do Campo encontra fundamentação teórica e conceitual em Arroyo; Caldart; Molina (2011), ao enunciarem que esta modalidade precisa ser específica e diferenciada, isto é, alternativa. Mas, sobretudo deve ser educação, no sentido amplo de processo de formação humana, que constrói referências culturais e políticas, para a intervenção das pessoas e dos sujeitos sociais na realidade, visando uma humanidade mais plena.

Com relação às finalidades da Educação do Campo, Arroyo; Caldart; Molina (2011, p.151), elucidam que “a perspectiva da educação do campo é exatamente a de educar este povo, esta pessoas que trabalham no campo, para que se articulem, se organizem e assumam a condição de sujeitos da direção de seu destino”.

Em Arroyo; Fernandes (1999), este conceito parece ser ampliado no sentido de valorizar os contextos locais. Seus acervos culturais e suas formas de se relacionar com o mundo e com suas sociedades. Sendo assim, a Educação do Campo deverá incorporar uma compreensão mais específica dos processos educacionais, favorecendo a formação de sujeitos independentes e com a capacidade de interagir em diferentes meios.

Um projeto de educação básica do campo tem de incorporar uma visão mais rica do conhecimento e da cultura, uma visão mais digna do campo, o que será possível se situamos a educação, o conhecimento, a ciência, a tecnologia, a cultura como direitos e as crianças e jovens, os homens e mulheres do campo como sujeitos desses direitos (Arroyo; Fernandes, 1999, p. 17).

Porém, entendemos que o caminho percorrido para que se chegue até a realidade atual da Educação do Campo no Brasil passa por diferentes entendimentos sobre suas finalidades e intenções. Mancini; Monarcha (2017), por exemplo, descrevem que a compreensão sobre Educação do Campo nas décadas de 1930 e 1940 era pautada por uma intensionalidade de fixação da população rural no campo. Freando a migração para as cidades e fundamentando suas ações nos preceitos do ruralismo pedagógico que difundia a ideia de que as escolas deveriam atender as necessidades de cada localidade.

Rangel; Carmo (2013) descrevem que este cenário do êxodo rural permaneceu inalterado nas décadas de 1950 e 1960. Deixando evidente que apenas políticas educacionais não seriam capazes de fazer com que as famílias

permanecessem no campo. Então é nesse mesmo período que se adota a política de municipalização das escolas localizadas em áreas rurais. O que acelerou o processo de sucateamento destes estabelecimentos diante dos poucos recursos dos municípios ou ainda da sua má distribuição.

Neste período ganham evidência os movimentos sociais no campo, que apesar da toda instabilidade política do país durante esta época, deixam como legado de suas pressões a aprovação do Estatuto da Terra em 1964, que regulamenta e modifica a distribuição e posse de terras com fins de reforma agrária, e a disseminação das ideias de Paulo Freire através dos grupos de alfabetização de adultos e educação popular (Rangel; Carmo, 2013). A educação popular, de acordo com Gadotti (2012), mantinha um formato diferenciado da proposta governamental, com o ensino baseado no respeito aos saberes populares e no senso comum. Problematisando-os e incorporando um pensamento mais rigoroso, científico e humanitário.

O Brasil dos anos de 1970, ainda durante o regime militar, experimentava a entrada de investimentos vindos de exterior. Sobretudo em decorrência de uma aproximação com os Estados Unidos no pós-guerra. E nessa seara, com a Educação do Campo não foi diferente: a importação do formato estadunidense de educação desenvolvida no meio rural induzia e financiava a prática de nucleação de pequenas escolas localizadas em comunidades rurais. Esta prática consistia no fechamento de pequenas escolas localizadas em comunidades rurais para a criação novas escolas maiores e mais bem estruturadas em locais considerados estratégicos. Aos estudantes passou a ser oferecido o uso indiscriminado do transporte escolar e, às suas famílias não se oportunizou a discussão do tema (Rangel; Carmo, 2013; Hage, 2008). Demonstrando, nesse sentido, uma clara conotação de dominância hegemônica do sistema liberal sobre a diversidade dos espaços sociais instituídos, conforme destaca Rocha *et al.* (2019).

Portanto, é possível verificar a existência de um entrelaçamento intenso entre a ordem econômica vigente e as desigualdades sociais, que não decorrem, apenas, de elementos específicos de cada comunidade. Aliás, os fatores de ordem econômica surgem como elemento relevante para a produção de disparidades das mais diversas naturezas inclusive naqueles países tidos como desenvolvidos (Rocha *et al.*, 2019, p. 6).

Importante ressaltar que este cenário em muito se relaciona com o ambiente de pesquisa. Onde foram fechadas quarenta e uma (41) escolas multisseriadas⁴ na década de 1980, para a criação de outras cinco (05) escolas consideradas polo⁵, com ensino fundamental completo. Capazes de atender um maior contingente de estudantes e com um maior quadro de professores e demais profissionais necessários à rotina escolar (Rocha; Valentini, 2015).

Os anos de 1980 chegam com a iminente democratização do país e com uma série de ações com a finalidade de melhorar as condições da Educação do Campo. Porém mesmo com a criação de programas governamentais e planos setoriais, questões referentes à formação específica de professores para atuarem no campo, a preparação de material didático específico e as melhorias das condições físicas das escolas foram deixadas de lado (Rangel; Carmo, 2013).

Fundado em janeiro de 1984 o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST se destaca entre os movimentos com atuação junto aos povos do campo. Mesmo que o foco do movimento fosse a luta pela terra e a reforma agrária, sempre existiram questões ligadas à educação. E nesse sentido, Ribeiro (2015) elucida que as ações do MST também se traduziam na defesa de uma adaptação da Pedagogia da Alternância à realidade brasileira, como uma alternativa à Educação do Campo, sobretudo nas décadas de 1980 e 1990.

E neste ponto, novamente, a temática da pesquisa se alinha com a trajetória da Educação do Campo, dos movimentos sociais e da própria Pedagogia da Alternância. Pois transcorridos estes anos de intensa atuação do MST, no que tange a luta pela terra e por uma educação contextualizada, no início dos anos 2000, centenas de agricultores sem-terra se deslocaram em marcha e acamparam na cidade.

A marcha teve seu início no dia 10 junho de 2003, no município de Pântano Grande, reunindo acampamentos do MST de Arroio dos Ratos, Pântano Grande, Capão do Leão, Santana do Livramento e Julio de Castilhos, que totalizavam aproximadamente oitocentas famílias que, lentamente, deslocaram-se pela BR-290 rumo a cidade de São Gabriel. O nome Sepé Tiarajú foi atribuído pela simbologia que o herói guarani, assassinado em 1756, nas terras que, hoje, fazem parte do município de

⁴ Nesse contexto, escolas que atendiam os primeiros anos do ensino fundamental em turma única, com a orientação de apenas uma professora.

⁵ Escolas com melhores infraestruturas e com oferta de ensino fundamental completo e seriado. Localizadas em áreas consideradas estratégicas pela gestão municipal.

São Gabriel, adquiriu no contexto da luta pela terra (Dos Santos; De David, 2012, p. 186).

Posteriormente começaram ocupações de supostas terras improdutivas. Organizados pelo MST e La Via Campesina, tais ocupações se deram sob um clima de muita tensão, hostilidade e violência entre agricultores sem terra, policiais militares e produtores rurais ligados ao agronegócio. A partir de então e diante da crescente tensão na cidade o Estado adquire as terras e dá início aos assentamentos da reforma agrária no município.

No cenário nacional, a Educação do Campo nas décadas de 1990 e 2000 foi marcada por uma contínua presença dos movimentos sociais no campo e o surgimento de um significativo número de conferências que tratavam do tema nas mais variadas esferas. Contudo, se solidifica neste período a política de fechamento das pequenas e isoladas escolas ou classes multisseriadas localizadas em comunidades que contavam com um reduzido número de estudantes. Estas escolas encerravam suas atividades sob a orientação do Plano Nacional de Educação (PNE), que foi sancionado através da Lei nº 10.172/2001 e que teria vigência de 2001 a 2010 (De Souza, 2014).

Na vigência do Plano Nacional de Educação (PNE) 2001/2010 são aprovadas as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo⁶, estas diretrizes, dentre outras deliberações, determinavam uma identidade para as escolas do campo. Identidade esta que deveria compreender as particularidades inerentes a cada escola, como os conhecimentos prévios dos estudantes, a cultura local, a temporalidade e a sazonalidade. E sob a contemplação destes fatores deveriam ser desenvolvidos e construídos os mais variados processos educacionais.

A Conferência Nacional de Educação (CONAE) de 2010, organizada pelo Ministério da Educação apresentava como objetivo de suas deliberações a formulação de um documento que propusesse um conjunto de políticas educacionais que servissem de horizonte para a criação do Plano Nacional de Educação 2011/2020. Persistia, porém, uma relação entre as reivindicações da conferência de 2004 e as proposições desta conferência, as quais ficavam

⁶ Parecer CNE/CEB nº 36/2001, aprovado em 04 de dezembro de 2001.
Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo.
Resolução CNE/CEB nº 1, de 03 de abril de 2002.

Institui Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo (Farias, 2016).

expressas, por exemplo, na preocupação manifestada com relação à qualificação do docente da escola do campo, as infraestruturas das escolas, o uso abusivo do transporte escolar, a falta de material didático específico e acervo bibliográfico, falta de quadras esportivas, laboratórios científicos e de informática e acesso à internet com qualidade (Oliveira *et al.*, 2011).

Das pressões exercidas pelos movimentos sociais ligados ao campo, especialmente o Movimento Educação do Campo, é sancionado no ano de 2010 o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA), que reconhece e legitima a necessidade de universalização do direito a educação, considerando e respeitando as peculiaridades e especificidades dos sujeitos do campo. E diante dessa expansão da oferta educacional aos povos do campo, surgem nesse mesmo período os primeiros cursos de Licenciatura em Educação do Campo nas universidades públicas.

Molina; De Abreu Freitas (2015), apontam ainda que apenas por meio da criação de uma política específica para a Educação do Campo (PRONACAMPO) no ano de 2012, que a cobrança dos movimentos sociais por profissionais com formação específica para atuação nas escolas do campo é absorvida pelo governo. Com a criação do Programa de Apoio a Formação Superior em Licenciatura em Educação do Campo, que posteriormente passaria a contribuir para a formação de grupos de pesquisa que deram origem a cursos de mestrado e doutorado em linhas de pesquisa específicas em algumas instituições.

O Programa Nacional de Educação do Campo (PRONACAMPO), criado no âmbito do MEC/SECADI contou ainda com a colaboração de diversas instituições interessadas nas discussões sobre a Educação do Campo e incluiu nos seus objetivos a intenção de fornecer suporte técnico e financeiro aos estados e municípios, além do Distrito Federal. O foco estava na ampliação do acesso à escola e na qualificação da oferta educacional no meio rural (Brasil, 2013).

No final de 2010, o novo Plano Nacional de Educação - PNE passa a tramitar no Congresso Nacional. Caminho este marcado por um longo período de discussões no Congresso Nacional e, que somente no ano de 2014 transforma o PNE na Lei Ordinária 13005/2014, que delimita as diretrizes e metas da educação nacional até o ano de 2024 (Brasil, 2014).

No que tange a realidade da Educação do Campo nas diretrizes do PNE 2014/2024, observa-se que propostas como a erradicação do analfabetismo ou a universalização do atendimento escolar, exigem uma oferta maior de educação no meio rural. Ou ainda, que a superação das desigualdades educacionais, a melhoria da qualidade do ensino, a promoção humanística, científica e tecnológica do país, bem como a valorização dos profissionais deixam implícita a ideia da necessidade de se oferecer um ensino público com maior propriedade no meio rural. Enquanto que a contextualização do ensino aparece nas diretrizes ao serem mencionadas questões referentes à formação para o trabalho, a promoção da sustentabilidade sócio-ambiental ou ainda a difusão dos princípios da equidade, do respeito à diversidade e a gestão democrática da educação.

De forma mais objetiva, o PNE determina que Estados, Distrito Federal e Municípios contemplem em seus planos educacionais às necessidades específicas das populações do campo. Dentre estas, a oferta educação infantil e o ensino fundamental de nove anos às crianças do campo, por meio de um redimensionamento territorial que limita a permanência das crianças nos transportes e a nucleação das escolas. Além de expandir o atendimento do ensino médio, vinculado à formação profissional em consonância com os interesses dos estudantes a partir do desenvolvimento sustentável e preservação da identidade cultural.

O PNE promove a reestruturação das escolas do campo através da aquisição de equipamentos e produção de material didático especial, bem como, implementa programas de formação e qualificação de professores, promovendo o desenvolvimento de pedagogias que possibilitem a articulação entre atividades na escola e no ambiente comunitário, de forma a adequar o calendário escolar às mais variadas realidades locais e a condições climáticas de cada região (Brasil, 2014).

Nesta mesma linha, Molina; De Abreu Freitas (2015) estabelecem uma relação entre a importância de se viabilizar a permanência do estudante do campo na escola com a necessidade que se tem em aumentar a oferta de vagas no ensino público, especialmente em nível médio. Fato este que possibilita, inclusive, uma associação entre esta ideia e a questão da universalização do atendimento escolar, pauta recorrente desde a conferência de 2010 e uma das diretrizes do Plano Nacional de Educação. Portanto, o estudo da trajetória de Educação do Campo no Brasil possibilita constatar que não foram poucos os acontecimentos que fizeram

com que a escolarização no meio rural evoluísse significativamente desde o século XIX.

Por outro lado, não foram poucas as lutas, sobretudo dos movimentos sociais, para que esta realidade chegasse ao estágio atual. E apesar do processo de nucleação ou de problemas como os longos períodos que alguns estudantes passam no transporte intracampo e da política de cooperação entre União, Estados e Municípios, que na prática parece não ocorrer; a Educação do Campo aparenta ser ofertada, de modo geral, em escolas melhor estruturadas e com possibilidade de oferecer melhores condições para o desenvolvimento dos processos pedagógicos.

3.4 Histórico da Pedagogia da Alternância

Para compreendermos aspectos que envolvem a implementação de uma proposta de regime de alternância pedagógica em determinado contexto educacional se faz necessário entendermos, inicialmente, onde se insere e a quem se destina tal estratégia metodológica. Nesse sentido, em um breve histórico cabe lembrar que a Pedagogia da Alternância tem sua origem na França, entre as duas grandes guerras, em meados dos anos 1930.

A intenção era oferecer aos jovens que desejassem permanecer no campo uma educação formadora de cidadãos participativos. Mas que também agregasse saberes da agricultura francesa e permitisse que os estudantes continuassem no campo (Nosella, 2014). Em outras palavras, a Pedagogia da Alternância é uma metodologia formativa que visa articular problemáticas da vida real com os saberes formais desenvolvidos nos ambientes escolares. Trata-se, portanto, de uma formação voltada para o trabalho ligado à vida vivida, não necessariamente mercantil, em que o estudante alterna períodos na instituição de ensino e períodos nas comunidades em que vivem.

[...] ela surge com a tarefa de enfrentar o problema colocado de que a terra seria o oposto da sabedoria, da ciência, e de que ao jovem de origem rural não restaria outra alternativa a não ser sair do campo se quisesse alcançar 'a sabedoria'. A oposição entre a terra e a sabedoria, ciência e sucesso exigia, portanto, que fosse criada uma nova educação (De Lima Araujo, 2015).

Ou seja, é uma proposta destinada aos sujeitos do campo, com o intuito de

garantir o seu direito à educação, bem como a oferta de condições para que se constituam cidadãos críticos e participativos em suas comunidades, sem a necessidade de migrarem para centros urbanos em busca de melhores condições de vida (Rodrigues; Oliveira; Costa, 2020).

Entendida como método, a Pedagogia da Alternância pode ser descrita fundamentalmente pela divisão dos processos educacionais entre os períodos que os estudantes permanecem na escola e o tempo que ficam em suas comunidades. A construção de conhecimentos oriunda deste modelo baseava-se na identificação de problemas relativos às suas comunidades, durante o tempo que os estudantes permaneciam em seus locais de origem. Problemas estes que posteriormente se transformavam em objetos de estudo nos períodos de internato, quando os educandos permaneciam nas escolas, cabendo-lhes colocar em prática os conhecimentos adquiridos na próxima vez que retornarem às suas comunidades (Ribeiro, 2015).

Mais além, Gimonet (2007), define a Pedagogia da Alternância como um movimento pedagógico que articula o cotidiano dos estudantes e suas famílias com a teoria e a prática, alternando tempos e espaços educativos. De acordo com Rodrigues; Oliveira; Costa (2020), após se consolidar na França por meio de ações articuladas entre agricultores e a igreja católica, a proposta educacional que visava oferecer condições para que os jovens franceses permanecessem no campo e tivessem uma formação ligada à agricultura chegava à Itália no início dos anos de 1960 e depois na África. Desde então as ideias da Pedagogia da Alternância se difundiram pelo mundo incorporando características inerentes a cada região.

Para entender o papel do professor na Pedagogia da Alternância, Gimonet (2007) afirma que tal função deve ser permeada por conhecimentos que favoreçam a construção de um sujeito autônomo e ciente de seus direitos e deveres. Sob esta ótica, os professores deverão ser capazes de acompanhar rotineiramente as variantes relativas às atividades propostas em sala de aula, bem como estarem atentos às tarefas referentes ao tempo em que o estudante permanece na sua comunidade.

Condição esta que nos permite atribuímos significativa importância aos cursos de Licenciatura em Educação do Campo, já mencionados anteriormente. Visto que tais graduações deverão promover a formação de docentes com

conhecimentos e habilidades intimamente ligadas à vida no campo.

3.5 A Pedagogia da Alternância no Brasil

Trazidas pelo pesquisador italiano Paolo Nosella, as ideias e conceitos da Pedagogia da Alternância no Brasil e começaram a se difundirem durante os anos de 1970. Foram criadas no Estado do Espírito Santo as primeiras CFRs (Casa Familiar Rural), que em seguida se espalharam pela Região Nordeste (Rodrigues; Oliveira; Costa, 2020).

Em contraponto ao conceito original da Pedagogia da Alternância, Nosella (2014), refere que no contexto brasileiro há que se ter uma maior abertura para outras formas de educação, deixando implícita a necessidade de articulação e diálogo. Opondo-se então, a uma concepção de formação integralmente rural, do ensino fundamental a universidade. Conceito que para o autor iria no sentido oposto aos ideais de liberdade contidos nas propostas da pedagogia da Alternância. “Logo, é um processo educativo em que a relação estabelecida pelo centro de formação se dá em teias ou redes, envolvendo diferentes sujeitos e entidades, articulando campo e cidade” (Conte, 2022).

Mais além, e com a experiência no Espírito Santo em curso, busca-se a regulamentação de um plano pedagógico. Plano este que é reconhecido e aprovado pelo Conselho Estadual de Educação do Estado do Espírito Santo em 1971 para quinta (5ª) e sexta (6ª) séries e, para o primeiro (1º) grau completo em 1974. Inicialmente, entendia-se como ensino supletivo, em que os estudantes deveriam, no mínimo, catorze (14) anos de idade para estarem matriculados (Nosella, 2014).

Ainda segundo o autor, a duração dos estudos nas Escolas da Família Agrícola levaria três (03) anos. O que representaria as séries finais do primeiro grau, e o ano letivo teria treze (13) sessões de seis (06) dias cada, no tempo escola, em que os estudantes permaneceriam em regime de internato. E outras 12 alternâncias, de 15 dias cada, vividas em casa com a proposta de que sejam dedicadas, pelo menos, duas (02) horas de estudo.

Passados esses primeiros anos, em maio de 1975, em Dakar é realizado o primeiro Congresso Internacional das Escolas da Família Agrícola, o qual funda, oficial e juridicamente, a “Associação Internacional das Escolas-Famílias Rurais” (Nosella, 2014). Ou seja, cria-se uma organização internacional para regulamentar e

instruir a atuação dos estabelecimentos de ensino adeptos da Pedagogia da Alternância.

No ensino público ainda são raras as tentativas de se implantar a Pedagogia da Alternância, restringindo-se, basicamente, aos estados do Espírito Santo, Mato Grosso e Rondônia. Contudo, durante a revisão bibliográfica, encontramos um conflito descrito durante o processo de oferta da Pedagogia da Alternância no sistema público de ensino do Estado do Espírito Santo. Pois diante da obrigatoriedade de oferta educacional desde a pré-escola no âmbito dos municípios, o formato inicial teve de ser adaptado para o amplo acesso à educação. Enquanto que nas escolas mantidas pelo governo do referido Estado o formato adotado pode manter-se conforme a ideia original (Conte, 2022).

Cabe ressaltar também que não se teve acesso a muitos trabalhos em nível de teses e dissertações que relacionam a Pedagogia da Alternância ao ensino público. Constituindo uma dificuldade na construção do referencial teórico e restringindo a pesquisa a iniciativas pontuais.

Outro ponto destacado por Ribeiro (2015), inerente à proposta pedagógica em pauta diz respeito à necessidade de formação específica de professores. Valorizando e qualificando assim as propostas dos cursos de Licenciatura em Educação do Campo desenvolvidas no âmbito das universidades públicas.

Tomando-se como base o ano de 2018, e de acordo com Rodrigues; Oliveira e Costa (2020), o país totalizava cento e cinquenta e sete (157) EFA's (Escola Família Agrícola) em dezesseis (16) estados diferentes e em mil trezentos e oitenta e dois (1382) municípios, totalizando em torno de dezessete mil (17.000) estudantes em curso e cem mil (100.000) egressos. Quase metade destas escolas está localizada na Região Nordeste. As autoras destacam que atualmente os Centros Familiares de Formação por Alternância (CEFFAs) mantêm sua estrutura de maneira que possam preservar a identidade do movimento, mas adaptando-se às necessidades e especificidades de cada região, aspecto este que também é uma característica da organização por alternância.

No Rio Grande do Sul, de acordo com Neto *et al.* (2024), a Pedagogia da Alternância está presente desde o ano de 2002 com a fundação da Casa Familiar Rural Santo Isidoro, na cidade de Frederico Westphalen. E a utilização desta

metodologia vive um processo de expansão no estado desde o ano de 2010, com a multiplicação de EFAs (escolas famílias agrícolas) e CFRs (casas familiares rurais).

De acordo com os autores estas escolas já estão presentes em regiões como a Serra Gaúcha, Vale do Rio Pardo e na Região Sul, ofertando aos seus estudantes um ensino médio com uma proposta de difundir a agricultura familiar e a diversidade na produção de alimentos. Colocando-se em oposição à ideia das monoculturas em larga escala. Observa-se nestas escolas uma semelhança quanto à forma como desenvolvem suas práticas, contudo, é possível perceber que os instrumentos pedagógicos são adequados ao contexto de cada estabelecimento (Neto *et al.*, 2024).

3.6 Legislação brasileira e a Pedagogia da Alternância

Na intenção de apresentar as políticas públicas vigentes que apresentam relação com a problemática de pesquisa, primeiramente se faz necessária uma breve retomada da contextualização da pesquisa. Desta maneira, o projeto que se desenvolve trata da temática do calendário letivo das escolas do campo do município de São Gabriel/RS, marcado pela perda de dias letivos em função, sobretudo, de condições climáticas adversas.

Considerando esses dias letivos perdidos como problema de pesquisa, busca-se apresentar uma proposta de calendário para uma destas escolas fundamentado nos princípios da Pedagogia da Alternância. Sendo este o objetivo principal do estudo e com a crença de que tal formato poderá, senão solucionar, pelo menos, minimizar um problema instituído e posteriormente ser replicado nas outras escolas do campo mantidas tanto no município pesquisado como em outros de realidades similares.

Vejamos então que o projeto de pesquisa se dá no âmbito da Educação do Campo, fato que o condiciona a estar em conformidade com a legislação vigente para tal modalidade de ensino. Por outro lado, também se desenvolve sob uma proposta vinculada à Pedagogia da Alternância, que apresenta em sua legislação específica um conjunto de ideias que a entende como um movimento pedagógico que articula o cotidiano dos estudantes e suas famílias com a teoria e prática, alternando tempos e espaços educativos.

Dito isto, entende-se que todo projeto que tenha por objetivo a pesquisa ou um potencial interferência no campo educacional deverá articular suas propostas e ações a partir da compreensão da lei maior da educação brasileira. Sendo assim, inicialmente remetemos ao artigo 1º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional:

Art. 1º A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais. § 1º Esta Lei disciplina a educação escolar, que se desenvolve, predominantemente, por meio do ensino, em instituições próprias. § 2º A educação escolar deverá vincular-se ao mundo do trabalho e à prática social (Brasil, 1996).

Ainda no texto da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira, que replica o artigo 205 da Constituição Federal, e com referência aos princípios e fins da Educação Nacional encontramos no artigo segundo, a concepção de que a educação é dever da família e do Estado, e tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. E no artigo terceiro, parágrafos III, X e XI, respectivamente, incluem o pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas; a valorização da experiência extraescolar e a vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais.

E com relação à organização da educação nacional, o artigo oitavo estabelece que os sistemas de ensino devam organizar-se em regime de colaboração entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os municípios. E, ademais, os sistemas de ensino terão liberdade de organização nos termos desta Lei (Brasil, 1996).

Adiante, as Diretrizes Complementares para a Educação do Campo (Brasil, 2008), que complementam a normatização anterior, ou seja, as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo (Brasil, 2002). E por sua vez permite que os entes federados, entre outras coisas, possam organizar seus calendários letivos de acordo com as necessidades e especificidades inerentes a cada contexto.

Ainda na intenção de situar o ordenamento constitucional, legal e institucional da política educacional em que está situado o projeto de pesquisa, é necessário reafirmar que a proposta é marcada por uma ideia de adoção de um calendário letivo

fundamentado na Pedagogia de Alternância. E assim, deverá, invariavelmente, respeitar e cumprir ainda as Diretrizes Curriculares da Pedagogia da Alternância na Educação Básica e na Educação Superior (Brasil, 2023). As quais, entre outras normas, definem que:

Art. 1º: § 1º A Pedagogia da Alternância é uma forma de organização da educação e dos processos formativos que objetivam atender as comunidades do campo, do cerrado, dos rios, das florestas, de outros biomas e de comunidades urbanas específicas. § 2º A Pedagogia da Alternância aplica-se aos estudantes da Educação Básica, Ensino Fundamental do 6º ao 9º ano e Ensino Médio, e aos estudantes da Educação Superior.

Art. 3º Cabe aos sistemas de ensino regulamentar a Pedagogia da Alternância, observando os seus princípios e valores conforme disposto nestas Diretrizes.

Entendida esta legislação, e sem perder de vista o objetivo do estudo de encontrar um caminho para propor um calendário letivo, inicialmente, para a Escola Ernesto José Annoni, em São Gabriel/RS, fundamentado nos conceitos da Pedagogia da Alternância como alternativa ao problema dos dias letivos perdidos, compreende-se a necessidade de um alinhamento legal também nas esferas estadual e municipal.

Sendo assim, no que se refere à legislação estadual, a utilização de um calendário escolar diferenciado, bem como a adoção da Pedagogia de Alternância em determinados estabelecimentos de ensino encontra amparo legal, primeiramente, no Artigo 206 da Constituição do Estado do Rio Grande do Sul que trata da organização do sistema estadual de ensino (Rio Grande do Sul, 2023).

O referido artigo descreve que o sistema estadual de ensino, entre outras atribuições, atuará em regime de colaboração com os sistemas municipais e federal. Além de que, na organização do sistema estadual de ensino, o Estado definirá com os municípios formas de colaboração, de modo a assegurar a universalização do ensino obrigatório.

Mais além, o Artigo 207 da Constituição Estadual reconhece o Conselho Estadual de Educação como órgão consultivo, normativo, fiscalizador e deliberativo do sistema estadual de ensino, terá autonomia administrativa e poderá delegar parte de suas atribuições e manter diálogo com os Conselhos Municipais de Educação (Rio Grande do Sul, 2023).

Compreendidas estas afirmações é possível entender que nos municípios em

que há um sistema municipal de ensino existe possibilidade de alteração na maneira pela qual as escolas atendem seus estudantes. Bem como, existe possibilidade de alteração no formato desta oferta educacional. Lembremos, contudo, que este tópico trata especificamente do amparo legal para uma potencial utilização da Pedagogia da Alternância em uma escola do campo do município de São Gabriel/RS.

Então vejamos que no sentido de oferecer resposta à necessidade de amparo legal para a proposta em curso, a Lei Orgânica de São Gabriel/RS no artigo 112 diz que, nos termos da lei, o município organizará o Conselho Municipal de Educação (São Gabriel, 1990). No ano de 2014, por meio da Lei Ordinária 3.629/14 o município cria e organiza o Sistema Municipal de Ensino em conformidade com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Compreendendo em sua estrutura, entre outras instituições, as escolas de ensino fundamental, nas modalidades ofertadas pelo município e o Conselho Municipal de Educação. Tendo na Secretaria Municipal de Educação seu órgão administrativo (São Gabriel, 2014).

Nessa seara, no ano de 2019, por meio da Lei 4066/19 o poder público municipal reestrutura o Conselho Municipal de Educação – CME/SG e dá outras providências. No que se refere à temática do estudo, constam no texto do Artigo 10 desta lei atribuições que dão conta de normatizar o credenciamento e/ou descredenciamento dos estabelecimentos pertencentes ao SME, bem como a autorização para o funcionamento de seus cursos e a cessação de suas atividades, a elaboração dos regimentos escolares, a construção do projeto político pedagógico e dos planos de estudos das instituições escolares e o processo de democratização do ensino público municipal. Cabendo ao CME/SG ainda a posterior aprovação ou não destes estabelecimentos para funcionamento e seus respectivos documentos (São Gabriel, 2019).

Art. 1º Fica reestruturado o Conselho Municipal de Educação de São Gabriel – CME/SG, como órgão de natureza colegiada, de caráter deliberativo, consultivo, normativo, fiscalizador, propositivo, mobilizador e de acompanhamento e controle social no que se refere ao cumprimento das normas legais do Sistema Municipal de Ensino, com dotação orçamentária própria, que lhe assegure eficiente funcionamento e autonomia administrativa para agir e decidir em conformidade com as atribuições conferidas pela legislação federal, estadual e municipal vigentes (São Gabriel, 2019, p. 01).

Dito isto, acredita-se que, do ponto de vista legal, existe a viabilidade de

adoção da Pedagogia da Alternância nas escolas do campo do município de São Gabriel/RS. Respeitando-se, obviamente, os trâmites necessários para tal e, contando com a participação efetiva e necessária dos órgãos que detêm as prerrogativas para deliberar sobre uma alteração tão importante no funcionamento destas escolas e dos anseios da comunidade escolar.

3.7 Relação entre Pedagogia da Alternância e calendário escolar do campo

Este tópico tem por objetivo apresentar a ideia que relaciona a possibilidade de adoção da Pedagogia da Alternância, inicialmente, em uma escola do campo de São Gabriel/RS. Como proposta metodológica, que prevê auxiliar como alternativa aos dias letivos perdidos ao longo do ano em função de diferentes fatores.

Entendemos, todavia, as implicações que tal proposta acarretaria na organização atual da Educação do Campo no município. Pois pensamos que para tanto não bastaria uma simples alteração na periodicidade das aulas e o reconhecimento dos tempos escola e comunidade como letivos, mas também pela capacitação de professores, potenciais adaptações da escola, além dos trâmites legais necessários e inerentes à proposta.

No que se refere à capacitação de docentes, por exemplo, compreende-se a necessidade de conhecerem e dominarem o trabalho com os diferentes instrumentos pedagógicos utilizados pela Pedagogia da Alternância. Tendo ciência que conforme descrevem Rodrigues; Oliveira; Costa (2020, p. 20):

Os Instrumentos Pedagógicos permitem a organização do tempo escola e tempo comunidade, de modo que a ausência dos mesmos compromete a organização da Pedagogia da Alternância. Assim sendo, podem ser definidos como ferramentas apropriadas que garantem a realidade efetiva da alternância, sendo a ausência destes, ou manuseio inadequado, fator comprometedor.

Além do mais, Gimonet (2007) afirma ainda que o entendimento destes instrumentos pedagógicos caracteriza-se como uma prática essencial para a atuação nas escolas que se utilizam desta metodologia e para a formação crítica e participativa dos estudantes. E que tais instrumentos asseguram ação-reflexão-ação, marca da Pedagogia da Alternância.

Rodrigues; Oliveira; Costa (2020) descrevem quinze (15) instrumentos pedagógicos e suas finalidades específicas, estando todos estes classificados em

instrumentos e atividades de pesquisa, instrumentos e atividades de comunicação/relação, instrumentos didáticos e instrumentos de avaliação.

Quadro 5 – Classificação dos instrumentos pedagógicos na Pedagogia da Alternância.

Classificação	Instrumentos Pedagógicos
Instrumentos e atividades de pesquisa	Plano de estudo Folha de observação Estágios
Instrumentos e atividades de comunicação/relação	Colocação em comum Tutoria Caderno de acompanhamento da alternância Visita à famílias e comunidade
Instrumentos didáticos	Visitas e viagens de estudo Serão de estudo Intervenções externas Cadernos didáticos para as aulas/ cursos Atividades retorno experiências Projeto profissional
Instrumentos de avaliação	Avaliação semanal Avaliação formativa

Fonte: Adaptado de Rodrigues; Oliveira; Costa (2020).

Porém, Gimonet (2007) descreve o “plano de estudo” (que está entre os instrumentos e atividades de pesquisa) como o principal elo entre o tempo escola e o tempo comunidade. Pode assumir diferentes formatos, mas sem se distanciar da busca por informações que darão suporte a todo processo de aprendizado.

Outro instrumento chave no processo de formação por alternância é o “plano de formação”, inserido entre os instrumentos de avaliação, esta ferramenta concretiza a inter e transdisciplinaridade pela qual atua a Pedagogia da Alternância. Em síntese, o plano de formação consiste na apresentação dos conteúdos e sua articulação com os temas dos planos de estudo, numa sequência lógica a partir dos temas geradores.

Considerando-se que a Pedagogia da Alternância caracteriza-se pela articulação entre tempo escola e tempo comunidade, a escola inserida neste estudo certamente necessitaria de adequações para acolherem os estudantes e demais profissionais inseridos no processo. Pois se considerarmos a necessidade de permanência de estudantes durante períodos específicos nas escolas, haveria de se

oferecer alojamentos e demais condições estruturais para a promoção de uma estadia condizente com a intenção da proposta.

Além desses fatores descritos acima, no curso dessa pesquisa há que se estudar, sobretudo nas intervenções, se comunidade e EMCEF Ernesto José Annoni comportam a Pedagogia da Alternância. Aspectos como a permanência dos estudantes na escola, bem como a duração desses períodos e a necessidade de alterações na rotina e forma de trabalho de professores e demais profissionais envolvidos com os processos educacionais devem ser estudados de forma conjunta entre os segmentos já mencionados. E sem perder de vista a possibilidade de que esta proposta pedagógica não seja considerada ideal para o contexto local.

Igualmente, importa para nosso contexto que tal proposta restrinja-se aos anos finais do ensino fundamental. Feita esta elucidação, lembremo-nos que o foco do estudo trata de propor uma solução ou um atenuante ao problema dos dias letivos perdidos nas escolas do campo. Ou seja, neste momento, o foco está na questão inerente ao calendário destas escolas, sobretudo da escola em que se desenvolvem as ações deste trabalho.

Sendo assim, a proposta parte da ideia de que enquanto os estudantes permanecem na escola não haverá dia letivo perdido durante este período, ainda que a grande maioria, ou a totalidade dos professores, tenha que se deslocar da cidade ao campo para as aulas. Pois se considera também a hipótese, que está contida nos pressupostos da Pedagogia da Alternância, ou seja, da presença dos tutores no transcorrer das atividades escolares.

Por outro lado, enquanto os estudantes permanecem em suas casas também existe o desenvolvimento e acompanhamento de propostas previamente estabelecidas. Sendo, por conseguinte, reconhecidas como letivas e, da maneira como o presente projeto se apresenta, garantiria as oitocentas (800) horas letivas anuais exigidas na legislação relativa à Educação do Campo em todas as turmas. Eliminando ainda o transtorno recorrente das recuperações de dias letivos, os quais são realizados comunmente aos sábados e marcados por insatisfações de professores e infrequência de estudantes.

Nas últimas décadas, acumularam-se importantes instrumentos de garantia ao direito à Educação do Campo, dentre eles as Diretrizes Operacionais para Educação Básica nas Escolas do Campo de 2002, o Parecer n. 1/2006 que reconhece os dias de alternância também como letivos e o Decreto n.

7.352/2010 que dispõe sobre a Política Nacional de Educação do Campo e sobre o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Molina; Freitas, 2011 *apud* Neto *et al.*, 2024, p. 19).

Por fim, enquanto entendemos que este referencial não está encerrado, pois se aguardam outras contribuições em momento oportuno, também apontamos a dificuldade enfrentada na busca por bibliografia que estabelecesse relação entre Pedagogia da Alternância e calendário escolar, sobretudo em escolas do campo.

4 REFERENCIAL TEÓRICO-METODOLÓGICO

Este capítulo tem por objetivo apresentar os métodos e as técnicas que foram utilizados durante a produção dos dados. Considerando que estes devem estar alinhados com os objetivos propostos pela investigação. Nesta direção, Marconi; Lakatos (2017, p. 83), afirmam que “não há ciência sem o emprego de métodos científicos.”

Assim, esta pesquisa apresenta uma abordagem qualitativa, que conforme Sampiere; Collado; Lucio (2010) se caracteriza por não se restringir a representatividade numérica e sim com o objetivo do estudo e a profundidade dos dados coletados. Tal escolha se justificou ainda pela relação de proximidade entre as pesquisas em educação com a abordagem qualitativa. Ainda nesse sentido, de acordo com o problema central da pesquisa que se refere aos dias letivos perdidos ao longo do ano nas escolas do campo de São Gabriel/RS, esta abordagem pode ser considerada de melhor aplicabilidade.

As pesquisas qualitativas estão fundamentadas na interpretação centrada e na compreensão do significado das ações de indivíduos em seus contextos ou ambientes naturais, sobretudo dos humanos e suas instituições. Os dados são produzidos de maneira não padronizada, tampouco, são completamente predeterminados. Buscam alcançar as emoções, prioridades, significados e outras subjetividades presentes nas perspectivas e pontos de vista dos participantes (Sampiere; Collado; Lucio, 2010).

4.1 Método da Investigação

Com relação ao método utilizado nesta pesquisa se faz necessário apontar que o mesmo se desenvolve orientado pelos conceitos da pesquisa-ação. Sendo que este enfoque é definido por Thiollent (1986, p. 14) da seguinte maneira:

A pesquisa-ação é um tipo de pesquisa social com base empírica que é concebida e realizada em estreita associação com uma ação ou com a resolução de um problema coletivo e no qual os pesquisadores e os participantes representativos da situação ou do problema estão envolvidos de modo cooperativo ou participativo.

Tripp (2005) ainda menciona a importância de que a pesquisa seja

reconhecida como um dos muitos métodos de investigação. Trata-se de um termo genérico para se referir a processos que seguem um caminho em que se aprimora a prática através da oscilação sistemática entre o agir no campo da prática e investigar acerca desta.

Mais além, o mesmo autor descreve que a pesquisa-ação educacional é uma estratégia para que professores e pesquisadores possam desenvolver e utilizar suas pesquisas em prol da melhoria de suas formas de ensinar e, conseqüentemente, melhorem o aprendizado dos estudantes (Tripp, 2005).

Dito isto, enquanto retomamos o objetivo principal do estudo de se analisar a possibilidade de uma estratégia de calendário letivo para as escolas do campo de São Gabriel/RS, fundamentado nos conceitos do regime de alternância com o propósito de minimizar o problema dos dias letivos perdidos e cientes de que os dias letivos perdidos em virtude de condições climáticas adversas e outros fatores são um problema instituído na Educação do Campo do município, se entende como viável um estudo em que se abarquem diferentes atores envolvidos no processo educacional de uma das escolas do campo do município de São Gabriel/RS.

No Brasil, ao longo da última década, observou-se que a pesquisa-ação é praticada em maior escala, tanto em projetos de pesquisa – dissertações e teses – como de extensão, e em áreas sociais e técnicas cada vez mais diversificadas. As áreas mais frequentes continuam as de educação e saúde, mas adota-se também o método de pesquisa-ação em áreas vistas como mais técnicas, como engenharia de produção, ergonomia, informática, agronomia, agroecologia, etc. (Thiollent; Colette, 2020, p. 47).

Assim, a presente proposta foi organizada em duas etapas distintas. A primeira etapa referia-se à apresentação do diagnóstico e do contexto em que se estabelece o problema. Bem como a delimitação de um plano de ação que viabilizasse a elaboração de uma proposta que objetivasse a solução ou mesmo um atenuante para o problema instuído. Neste momento foram inseridas todas as ações e estudos realizados desde o início dos trabalhos até a qualificação do projeto.

As ações realizadas nesta primeira etapa concentraram-se em uma revisão bibliográfica que teve por objetivo apresentar o diagnóstico do problema estudado e o contexto no qual está inserido. A fundamentação teórica construída nesta etapa buscou apresentar a história e os conceitos que balizam a Educação do Campo, a Pedagogia da Alternância e a relação entre estas em favor da solução do problema

estudado.

A análise documental manteve o foco nas legislações (Federal, Estadual e Municipal) que regulamentam e amparam as propostas de utilização da Pedagogia da Alternância nos sistemas de ensino.

Na segunda etapa, durante a construção desta dissertação, foram realizadas as interações com sujeitos de diferentes segmentos envolvidos nos processos inerentes ao funcionamento da escola do campo na qual se realizou a pesquisa. Estas interações tiveram por finalidade a apresentação da Pedagogia da Alternância, a observação da receptividade da proposta pelos envolvidos e a recepção de ideias e contribuições que poderiam fortalecer a elaboração de uma proposta de utilização de um calendário escolar fundamentado nos conceitos da Pedagogia de Alternância como produto educacional apresentado ao Curso de Mestrado Profissional da Unipampa - Jaguarão/RS.

Sendo assim, a proposta se deu mediante interações no formato de rodas de conversa com professores da EMCEF Ernesto José Annoni, com a gestão escolar e com conselho escolar (comunidade). Essas interações iniciais tiveram por objetivo apresentar os conceitos e a legislação que regulamenta a Pedagogia da Alternância, as alternativas de funcionamento quanto à periodicidade das aulas e as principais ideias contidas em sua proposta metodológica. E para este momento foi utilizado também material informativo previamente elaborado e impresso como forma de auxílio para o melhor entendimento e assimilação da proposta.

Foi também por meio destes encontros que se viabilizou uma observação inicial acerca da receptividade da ideia por parte de professores e gestores. Esta percepção inicial importou para o estudo, pois na forma pela qual a proposta de intervenção foi estruturada, acabaria por impactar diretamente na organização do trabalho destes profissionais. Além de acarretar em potenciais alterações futuras em suas rotinas pessoais. Fato que, por conseguinte ofereceu resposta ao objetivo específico de analisar aspectos que envolvem as práticas de ensino nas escolas do campo em São Gabriel/RS, considerando os dias letivos cancelados por diversos fatores.

Observou-se ainda que estas interações proporcionadas pela pesquisa foram ao encontro dos objetivos específicos da pesquisa. Sobretudo, no que se refere a estudar fundamentos teóricos da proposta do regime de alternância, ainda

que estes também tenham sido abordados durante a construção do referencial teórico.

Mas também se possibilitou vislumbrar a possibilidade de que as rodas de conversa poderiam contribuir para apontar dificuldades na adoção da Pedagogia da Alternância, bem como apresentar ideias que viessem a favorecer sua utilização. Perspectiva que se alinha aos objetivos de identificar potenciais melhorias no campo educacional, decorrentes da adoção do regime alternância nas escolas do campo e também apresentar necessidades imperativas para o sucesso do regime de alternância nas escolas do campo de São Gabriel/RS.

4.2 Sujeitos

Os sujeitos inseridos na pesquisa são os professores, equipe diretiva e conselho escolar da EMCEF Ernesto José Annoni. Todos com participação voluntária, cientes de que poderiam se retirar da pesquisa a qualquer tempo, com identidades preservadas e tendo preenchido o termo de consentimento livre e esclarecido (conforma apêndice A).

A escolha por esta escola como locus de pesquisa se deu pela atuação profissional do pesquisador junto a esta comunidade escolar e também por vivenciar e reconhecer os impactos do problema ao longo dos anos.

O critério para a seleção dos sujeitos teve a intenção de contemplar diferentes segmentos envolvidos nos processos escolares. Cabendo à equipe diretiva o convívio e a gestão do problema instituído e descrito ao longo do texto, professores que são impactados diretamente na continuidade e fluidez de seus processos pedagógicos e conselho escolar por dar representatividade à comunidade no curso da pesquisa.

4.3 Instrumentos

Para desenvolver a pesquisa foram utilizados como instrumentos de produção de dados rodas de conversa para apresentação da proposta e recebimento de contribuições, smartphone para captura e armazenamento de áudios e imagens, diário de campo e um questionário aberto.

4.4 Triangulação dos Dados

Considerando a natureza qualitativa da pesquisa-ação adotada neste estudo, fez-se necessário recorrer à triangulação dos dados como estratégia de validação metodológica, buscando conferir maior consistência e credibilidade às interpretações produzidas ao longo da investigação. Segundo Sampiere; Collado; Lucio (2010), a combinação de diferentes fontes e instrumentos de coleta permite compensar as limitações inerentes a cada técnica isoladamente, ampliando a compreensão do fenômeno estudado a partir de múltiplos ângulos de observação.

4.4.1 Fontes confrontadas

A triangulação realizada neste estudo articulou quatro conjuntos principais de dados. A revisão bibliográfica, que produziu o referencial teórico sobre Educação do Campo e Pedagogia da Alternância, oferecendo a base conceitual para interpretação dos demais dados. A análise documental, centrada nas legislações Federal, Estadual e Municipal que regulamentam e amparam a utilização da Pedagogia da Alternância nos sistemas de ensino, fornecendo o embasamento normativo e institucional do problema investigado. As rodas de conversa, realizadas junto a três segmentos distintos da comunidade escolar da EMCEF Ernesto José Annoni (professores, equipe diretiva e conselho escolar), produzindo dados sobre a receptividade, as expectativas e as contribuições desses sujeitos em relação à proposta. E por fim o questionário aplicado no terceiro encontro, produzindo dados complementares aos relatos verbais, possibilitando registro individualizado e mais sistematizado das percepções dos sujeitos participantes.

4.4.2 Instrumentos e dados produzidos por segmento

Cada instrumento produziu um tipo específico de dado, correspondendo a diferentes dimensões do problema estudado. A revisão bibliográfica produziu dados de natureza teórico-conceitual, situando historicamente a Educação do Campo e a Pedagogia da Alternância. A análise documental produziu dados de natureza normativo-institucional, evidenciando o amparo legal para a adoção do regime de alternância. As rodas de conversa produziram dados qualitativos de natureza

dialógica, obtidos por meio da interação direta e da observação da receptividade da proposta. O questionário produziu dados de caráter mais individualizado e sistematizado, permitindo captar de forma pontual as percepções de cada sujeito sobre a periodicidade das aulas, os impactos na rotina pessoal e profissional e as expectativas quanto à adoção do regime de alternância, complementando e permitindo a comparação com os relatos coletivos emergidos nas rodas de conversa anteriores.

4.4.3 Cruzamento entre as fontes

O cruzamento entre os conjuntos de dados ocorreu de forma processual, acompanhando as duas etapas descritas anteriormente. Na primeira etapa, o diagnóstico do problema foi construído a partir da confrontação entre o referencial teórico sobre Pedagogia da Alternância e a análise documental da legislação vigente, permitindo verificar em que medida o regime de alternância encontrava amparo normativo para sua adoção nos sistemas de ensino Federal, Estadual e Municipal.

Na segunda etapa, os dados produzidos nas rodas de conversa foram confrontados entre si, comparando percepções de professores, gestão e conselho escolar sobre um mesmo conjunto de temas. E, no terceiro encontro, complementados pela aplicação do questionário, cujos resultados foram confrontados com os relatos verbais já produzidos.

Essa comparação cumpriu uma dupla função: por um lado, permitiu verificar a convergência entre o que havia sido manifestado coletivamente nas rodas de conversa e o que cada sujeito registrava de forma mais reservada no questionário. Por outro, possibilitou identificar nuances e divergências que não haviam emergido no debate coletivo, mas que se tornaram visíveis a partir das respostas individuais. Tal procedimento é coerente com o que Thiollent (1986) descreve como a condição cooperativa e participativa da pesquisa-ação, na qual pesquisadores e sujeitos envolvidos no problema atuam de modo articulado na produção e na interpretação dos dados, e também com a noção de Tripp (2005) de que a pesquisa-ação se caracteriza pela oscilação sistemática entre o agir no campo da prática e a investigação sobre essa prática.

Por fim, os dados empíricos produzidos nas rodas de conversa e no

questionário foram, em conjunto, confrontados com o referencial teórico-normativo construído na primeira etapa, permitindo identificar convergências como o reconhecimento comum do problema dos dias letivos perdidos e divergências como distintas percepções sobre os impactos da proposta nas rotinas de cada segmento, estas últimas especialmente relevantes para qualificar os objetivos específicos relativos às dificuldades de adoção da Pedagogia da Alternância e às necessidades imperativas para seu sucesso nas escolas do campo do município.

4.4.4 Contribuição da triangulação para a validade dos resultados

A triangulação fortaleceu a validade dos resultados na medida em que reduziu a dependência de uma única fonte, de um único instrumento ou de um único segmento de sujeitos para sustentar as conclusões do estudo. Conforme Sampiere; Collado; Lucio (2010), a diversificação de fontes e instrumentos de coleta contribui para a maior confiabilidade dos achados, na medida em que possibilita a verificação cruzada das informações obtidas por diferentes vias.

Ao confrontar a fundamentação teórica, o amparo documental-legislativo, os relatos coletivos das rodas de conversa e os dados individualizados do questionário, tornou-se possível verificar a convergência entre o que a literatura e a legislação preconizam e o que de fato é vivenciado e percebido pelos sujeitos diretamente envolvidos no problema. Esse procedimento é coerente com a lógica da pesquisa-ação descrita por Thiollent (1986) e por Tripp (2005), que pressupõe a articulação cooperativa entre pesquisador e participantes e a oscilação sistemática entre prática e investigação, conferindo às conclusões da pesquisa um caráter mais consistente do que aquele que seria obtido a partir de uma única fonte de evidência, além de subsidiar de forma mais robusta a elaboração do produto técnico-tecnológico apresentado ao Curso de Mestrado Profissional da Unipampa – Jaguarão/RS.

5 DESCRIÇÃO DA INTERVENÇÃO

Conforme descrito no desenho metodológico, o estudo está organizado em duas etapas diferentes e, neste sentido, de forma bastante didática, cabe apontar que a intervenção propriamente dita refere-se à segunda etapa desta pesquisa. Na qual foram realizados cinco encontros na forma de roda de conversa com o propósito de apresentar os objetivos do trabalho e receber as contribuições da comunidade escolar, conforme detalhado no quadro abaixo.

Quadro 6: Cronograma das intervenções.

Data Base	Tema	Participantes	Recursos
Mai./2025	Apresentação da proposta aos professores, gestores e conselho escolar da EMCEF Ernesto José Annoni.	Professores, gestores e membro(s) do conselho escolar.	Material impresso sobre a Pedagogia da Alternância.
Jun./2025	Debater o problema dos dias letivos perdidos e a legislação que rege escolas que utilizam a Pedagogia da Alternância.	Professores, gestores e membro(s) do conselho escolar.	Roda de Conversa
Jun./2025	Coletar dados para a construção da proposta: visão dos participantes sobre o problema, compreensão da Pedagogia da Alternância, relação entre Pedagogia da Alternância e calendário escolar, viabilidade da proposta para a escola e sugestões.	Professores, gestores e membro(s) do conselho escolar.	Roda de Conversa e questionário
Jul./2025	Construção de uma proposta de calendário letivo para a EMCEF Ernesto José Annoni com utilização ou não da Pedagogia da Alternância.	Professores, gestores e membro(s) do conselho escolar.	Roda de conversa
Jul./2025	Apresentação dos resultados para a aprovação, rejeição ou para realização de alterações na proposta.	Professores, gestores e membro(s) do conselho escolar.	Roda de Conversa e versão impressa da proposta aos participantes.

Fonte: elaborado pelo autor em 02/04/2025.

5.1 Apresentação da proposta

O primeiro encontro teve por objetivo apresentar a proposta da pesquisa aos professores e conselho escolar da EMCEF Ernesto José Annoni. A ideia inicial foi realizar este primeiro momento durante uma das reuniões ordinárias que a escola organiza ao longo do ano letivo com a presença dos diferentes segmentos da comunidade escolar. Desta maneira, o referido encontro ocorreu ao final do mês de

maio/2025 em um sábado letivo destinado à reuniões pedagógicas e outras discussões inerentes ao cotidiano escolar.

No tocante à pesquisa, cabe destacar que um aspecto que talvez possa limitar o alcance das informações transmitidas é o fato de que esta reunião não foi realizada nas dependências da EMCEF Ernesto José Annoni, mas sim em uma escola urbana com o propósito de conter custos com deslocamento. Tal aspecto, em nosso entendimento, merece destaque, pois dificulta a presença do segmento comunidade do conselho escolar, ficando este reduzido aos membros da equipe diretiva e professores.

Contudo, neste encontro foram apresentadas informações referentes à temática dos dias letivos que são perdidos durante o ano em função de fatores diversos, com apresentação dos dados de anos anteriores referentes ao problema. Dados da climatologia do município e informações relativas às possibilidades e alternativas de funcionamento da escola por meio da Pedagogia da Alternância.

De acordo com o planejamento inicial e para melhor familiarização dos sujeitos com a temática foi disponibilizado neste encontro um texto de apoio sobre a Pedagogia da Alternância para melhor subsidiar o encontro seguinte (conforme apêndice B). A opção por este formato inicial na intervenção se deu na intenção de promover uma maior interação dos sujeitos envolvidos no contexto escolar com a temática da pesquisa e a proposta que se desenvolve, sobretudo no que se refere à redução de potenciais constrangimentos que uma pesquisa entre sujeitos que interagem no mesmo ambiente possa causar.

5.2 Apropriação conceitual e legal

No mês de junho/2025 foi realizado o segundo encontro entre pesquisador, professores e gestores da EMCEF Ernesto José Annoni. Este encontro foi realizado nas dependências da escola em um dos intervalos entre os turnos das aulas. A roda de conversa manteve um caráter informal e iniciou com a retomada das informações apresentadas no encontro anterior para desenvolver um diálogo em torno do problema instituído e da proposta do estudo.

Foi possível observar que existiu um bom entendimento acerca da Pedagogia da Alternância por parte de todos. De tal maneira que o momento pareceu estar se adiantando em relação ao cronograma planejado. Havendo inclusive menções que

explicitavam um rol de conhecimentos prévios sobre a metodologia e manifestações de colegas que deixavam clara a confiança na adoção da Pedagogia da Alternância como alternativa mais viável para a contextualização do ensino no campo e a solução do problema dos dias letivos perdidos.

Por outro lado, também houve relatos no sentido da desconfiança em relação à utilização desta metodologia e às potenciais necessidades de melhorias estruturais na escola e a contratação de um maior contingente de pessoas para o bom andamento das atividades escolares neste formato.

Durante a segunda parte do encontro a temática foi uma abordagem sobre a legislação que regulamenta o funcionamento de escolas que utilizam como metodologia a Pedagogia da Alternância. A intenção inicial era de que estas ações pudessem dar início a um diálogo que favorecesse a apropriação de conhecimentos relativos aos parâmetros legais que regem a utilização da Pedagogia da Alternância nas esferas nacional, estadual e municipal de acordo com as informações mencionadas no referencial teórico. Todavia, em virtude das menções realizadas na primeira parte do encontro e do curto espaço de tempo para este encontro, nos ativemos, prioritariamente, à legislação municipal.

Desta maneira, o diálogo se desenvolveu a partir da premissa de se compreender quais seriam os passos para uma possível utilização da Pedagogia da Alternância em uma escola do campo de São Gabriel/RS. E nesse sentido ficou claro que em municípios que contam com seus próprios sistemas municipais de ensino existe essa possibilidade nos termos da lei.

Então, de forma prática e democrática e, amparados pelo mesmo referencial teórico contido nesse trabalho, se compreendeu que para a adoção da Pedagogia da Alternância em determinada escola do município, o caminho deverá passar primeiramente, pela formulação de uma proposta oriunda do poder público, passando na sequência, obrigatoriamente, pela aprovação da comunidade escolar. Sendo necessário fazer com que a população local tenha amplo conhecimento sobre as implicações que uma alteração tamanha acarretaria no cotidiano familiar e na educação dos jovens.

Acreditou-se então que o passo seguinte seria a construção conjunta de um novo projeto político pedagógico com a participação dos diferentes segmentos da comunidade escolar, além da secretaria municipal de educação como mantenedora e

conselho municipal de educação como órgão credenciador dos estabelecimentos de ensino pertencentes ao sistema municipal de ensino. A adequação das estruturas físicas e a contratação de profissionais viriam a seguir.

5.3 Diversidade de ideias e contribuições significativas

Ainda no mês de junho/2025 foi possível realizar o terceiro encontro entre pesquisador e comunidade escolar. Da mesma forma que no encontro anterior, este aconteceu nas dependências da escola e entre os turnos das aulas. A ideia central foi de tornar o problema em estudo um tema mais familiar para os participantes da pesquisa e produzir dados relevantes para a construção de uma proposta fundamentada no conceito da Pedagogia da Alternância. Sendo assim, esta interação buscou abordar os seguintes tópicos de discussão:

- A percepção que os participantes da pesquisa têm sobre o problema dos dias letivos perdidos ao longo do ano e seu respectivo impacto nos processos educacionais dos estudantes;
- A compreensão acerca da Pedagogia da Alternância e suas possibilidades e periodicidades;
- A relação estabelecida entre Pedagogia da Alternância e calendário escolar como proposta para solucionar ou minimizar o problema dos dias letivos perdidos nas escolas do campo de São Gabriel/RS;
- A viabilidade e a aceitação da pedagogia da Alternância na EMCEF Ernesto José Annoni como proposta pedagógica;
- Sugestões de alteração do calendário escolar com ênfase na solução do problema dos dias letivos perdidos.

Para tanto este encontro, devido à necessidade de armazenamento das informações que na elaboração do projeto previa um grande volume de contribuições, como de fato ocorreu, disponibilizou aos participantes um questionário impresso (conforme apêndice C) para a transcrição de ideias, percepções e posicionamentos a ser entregue ao pesquisador em momento posterior ao encerramento do encontro.

Cabe destacar que mesmo antes da leitura destas transcrições ou recebimento dos questionários já era possível perceber uma diversidade de ideias e de

posicionamentos. Sobretudo no que se referia à forma pela qual se adotaria a Pedagogia da Alternância. Levantando-se pontos como a duração dos períodos em que os estudantes deveriam permanecer na escola e a faixa etária destes, pois havia percepções, por exemplo, de que estudantes de sexto ano ainda poderiam ser muito jovens e imaturos para enfrentarem períodos distantes de suas famílias.

5.4 Envolvimento dos sujeitos e construção coletiva

Já estávamos no mês de julho de 2025, e o quarto encontro ocorreu novamente na escola, entre um turno e outro de trabalho. Contudo, lembro-me das mensagens recebidas de colegas, antes de realizarmos o encontro, informando que seus aportes e contribuições haviam sido deixados em meu armário na sala dos professores.

Então, considerando os relatos e contribuições provenientes do encontro anterior, este momento se destinava à análise e elaboração de uma proposta inicial de alteração do calendário escolar e adoção da Pedagogia da Alternância como estratégia metodológica na EMCEF Ernesto José Annoni.

Neste momento, enquanto se considera o aporte de ideias e contribuições dos sujeitos envolvidos na pesquisa, também se tinha presente o entendimento de que poderiam existir resistências e/ou rejeições por parte destes mesmos atores inseridos no processo.

Contudo, inicialmente, o que se pode observar foram o interesse e envolvimento de grande parte dos sujeitos com a proposta de estudo. Principalmente em relação aos dias letivos em que a escola deixa de atender os estudantes em função de fatores alheios à vontade da comunidade escolar.

“A perda de dias letivos ao longo do ano prejudica a continuidade do ensino, o cumprimento do planejamento e o desenvolvimento das aprendizagens. Essas interrupções afetam principalmente os alunos com mais dificuldades, pois quebram o ritmo dos estudos e enfraquecem o vínculo com a escola (Professor 1).”

E ainda manifestando opiniões que confrontam as ações do poder público em relação ao problema intitulado, principalmente no que se refere às condições de trafegabilidade das estradas em períodos chuvosos. Ou, sob outro ponto de vista, considerando essa realidade uma situação histórica no município devido à

característica de longas distâncias e as condições das estradas.

De forma geral, o encontro tornou explícita uma relação de permanente preocupação da comunidade escolar com o problema dos dias letivos perdidos. Fato que, por vezes, acaba gerando conflitos entre a população local, gestão escolar, mantenedora e empresas de transporte. Sobretudo, devido às divergências em relação aos cancelamentos de aulas.

Outro aspecto a ser mencionado é o acervo de conhecimentos prévios ou mesmo desenvolvidos durante os encontros, que foi demonstrado pelos sujeitos sobre a Pedagogia da Alternância e suas periodicidades e intencionalidades, como exposto no relato de uma colega:

“A Pedagogia da Alternância combina períodos de estudo na escola com vivências práticas na comunidade, integrando teoria e prática. Essa metodologia valoriza os saberes locais e torna o aprendizado mais significativo. Sua implementação pode ocorrer com semanas alternadas entre escola e comunidade, conforme o projeto pedagógico e a realidade dos alunos (Professor 1).”

De outra maneira bastante didática foi enunciado por um dos sujeitos participantes da pesquisa: *“Pelo pouco que entendo sobre pedagogia da alternância, é que o aluno coloca em prática o que aprende na escola, até porque a teoria orienta, mas é na prática que as coisas acontecem (Equipe Diretiva 1).”*

Enquanto os debates evoluíam, emergiu a questão da necessidade de se articular os saberes locais (empíricos) e problemáticas cotidianas com os conhecimentos escolares. A qual concentrou um apoio quase que total entre os sujeitos participantes do estudo. E para tanto as sugestões apontavam para o estabelecimento de maiores conexões entre escola na comunidade. No sentido de conhecer os aspectos que envolvem as problemáticas cotidianas, os desafios enfrentados e formas de resolução de problemas. O incentivo à participação das famílias na escola e a articulação dessas ações sendo feita por meio de projetos com objetivos bem claros. O depoimento da colega abaixo salienta este aspecto:

“Viável e necessário. Isso exige muito da gestão e dos professores, em conseguir conhecer sua comunidade escolar e todos os aspectos que os envolvem. Acredito que conhecer os saberes locais e as problemáticas cotidianas deveriam ser procedimentos comuns ao contexto escolar, sendo base para todo e qualquer planejamento pedagógico (Professor 2).”

Do diálogo em torno da relação que a pesquisa estabeleceu entre Pedagogia da Alternância, o atual calendário escolar utilizado nas escolas do campo de São Gabriel/RS e o problema dos dias letivos perdidos, talvez tenham surgido os aportes mais contundentes para a construção de uma proposta. Logo, nesse diálogo muitos pontos foram levantados pelos sujeitos e que devem ser considerados em uma potencial alteração na forma de funcionamento da escola pesquisada. Vejamos que diante do envolvimento dos sujeitos com a pesquisa, pontos como a necessidade de professores que atuem exclusivamente no campo, adaptação curricular, ampliação da previsão de dias letivos e flexibilização para início e fim do ano letivo.

Por outro lado, se fez muito presente a compreensão de que, na realidade de São Gabriel/RS, a Pedagogia da Alternância pode ser entendida muito mais que uma metodologia de ensino, mas também como uma alternativa para se reorganizar o calendário escolar com maior flexibilidade, minimizar impactos dos dias perdidos e preservar uma aprendizagem contínua, além de facilitar a articulação entre conhecimentos empíricos e científicos.

“Entendo que a pesquisa defende que a Pedagogia da Alternância não é apenas uma metodologia, mas uma forma de reorganizar o tempo escolar, criando um calendário mais flexível, contextualizado e que reconhece as especificidades da vida rural em São Gabriel/RS. Dessa forma, ela se apresenta como uma solução concreta para minimizar as interrupções do ano letivo e garantir a continuidade da aprendizagem, mesmo diante das limitações próprias do território (Professor 3).”

Sendo que sua utilização, inclusive, foi considerada pela grande maioria dos sujeitos como uma alternativa viável para o contexto da escola Ernesto José Annoni. E, mais além, estiveram quase sempre presentes, considerações alinhadas a aspectos legais como a necessidade de aprovação pelo Conselho Municipal de Educação – CME, a formação e/ou capacitação de docentes e a organização de atividades que efetivamente articulem o tempo escola e o tempo comunidade. Ou ainda diante de menções que apontavam a Pedagogia da Alternância como uma alternativa viável e interessante como proposta pedagógica e não unicamente como alternativa para o cumprimento do calendário escolar.

“Sim, considero viável, essa metodologia dialoga diretamente com as características das escolas do campo e com as necessidades específicas enfrentadas pela comunidade escolar, como dificuldades de transporte, longas distâncias, condições climáticas adversas, ela pode se tomar não

apenas uma solução para minimizar dias letivos perdidos, mas também uma oportunidade de fortalecer uma educação mais viva, contextualizada e significativa para todos os estudantes (Professor 3)."

Realizadas essas abordagens que evidenciaram o envolvimento dos sujeitos com a pesquisa e suas apropriações em torno das temáticas que circundam o estudo, o encontro passou a direcionar a atenção para outro ponto de interesse. Ou seja, a aceitação ou não da comunidade escolar diante de uma potencial alteração na forma de funcionamento da EMCEF Ernesto José Annoni. Mudança esta que, na prática, significa uma proposta de migração do atual formato de funcionamento em dias alternados e turno integral para a adoção da Pedagogia da Alternância.

Abordagem que entre os sujeitos da pesquisa se traduziu no principal ponto de diálogo, principalmente por considerarem uma potencial resistência por parte das famílias em relação à Pedagogia da Alternância. Sobretudo em virtude de um provável desconhecimento sobre esta metodologia ou mesmo decorrente da crença de que não daria certo por se tratar de algo culturalmente distante.

Ou seja, no tocante a este ponto, observou-se uma grande incerteza (não rejeição) por parte dos sujeitos em relação à viabilidade da proposta na escola. Principalmente em relação à aceitação das famílias, tanto pelo desconhecimento ou mesmo por julgarem uma ideia potencialmente inadequada para a realidade local.

Por outro lado, praticamente na mesma proporção, houve participantes da pesquisa que consideraram que a proposta seria amplamente aceita pela comunidade escolar. Destacando sua forte ligação com a Educação do Campo e, além da efetiva valorização dos saberes locais a característica de se articular com a forma de viver e produzir da população onde se inserem as escolas que fundamentam suas ações na Pedagogia da Alternância.

Mas ainda no tocante a este questionamento, quase sempre esteve presente nos discursos dos sujeitos, a compreensão de que uma mudança dessa magnitude nas rotinas da escola e das famílias não pode ser feita de maneira assodada. Requer tempo, análise de diferentes alternativas, escuta dos diferentes segmentos envolvidos e o entendimento de que a Pedagogia da Alternância não pode ser vista apenas como um paliativo aos dias letivos perdidos. Mas sim entendida como metodologia educacional permeada por intencionalidades claras e objetivas. Em síntese, o que se ouviu dos sujeitos pesquisados foi a percepção de que esta proposta necessita de muito estudo para que se torne viável e que não deve ser aceita ou rejeitada sem um

vasto diálogo com a comunidade escolar.

“Inicialmente o conceito precisaria ser profundamente apropriado pelas equipes pedagógicas da mantenedora e da escola, havendo clareza da proposta, com planejamento cuidadoso e com objetivos concretos, com destaque os benefícios da implantação. Depois disso, realizar um trabalho com participação ativa da comunidade escolar, de consultas, debates e construção coletiva da proposta, para que juntos, possam definir os caminhos de implantação (ou não) da nova proposta (Professor 2).”

Ainda na perspectiva de observar aspectos da proposta que relacionam possibilidades da Pedagogia da Alternância com a realidade local, a questão da periodicidade dos “tempos escola” e “tempos comunidade” também recebeu atenção durante os diálogos. E desse questionamento resultaram opiniões que indicavam a preferência dos sujeitos pesquisados, invariavelmente, por períodos semanais ou quinzenais para a permanência dos estudantes, tanto na escola quanto em suas comunidades. Opiniões estas sempre manifestadas com forte carga de preocupação com os processos de aprendizagem dos estudantes e, por vezes, se sobrepondo à própria questão da periodicidade.

E nessa mesma seara a grande maioria dos participantes da pesquisa considerou viável a utilização da Pedagogia da Alternância nos anos finais do ensino fundamental. Ou seja, do sexto ao nono ano do ensino fundamental, e justificando tal colocação, tanto pela faixa etária quanto pela maturidade que percebem nestes estudantes. Com menções à autonomia e à possibilidade de permanecerem por períodos de tempo distantes das famílias. *“A partir do 6º ano do ensino fundamental com ciclos quinzenais, devido a autonomia, maturidade e capacidade de organização dos estudantes dessa idade (Professor 3).”*

Contudo, vale destacar que houveram menções à possibilidade de que desde cedo se comece a trabalhar a proposta com os estudantes mais jovens, de maneira que a transição do formato regular para a Pedagogia da Alternância ao final dos anos iniciais seja um processo natural nas suas trajetórias escolares.

“O foco seria aos estudantes dos anos finais do Ensino Fundamental, podendo ser com propostas diferentes para cada ano, de acordo com a idade, o currículo e os conteúdos programáticos, mas sem descartar uma implantação, em menor carga horária, aos anos iniciais (Professor 2).”

No que se referia ao pensamento dos sujeitos em relação à presença e

participação das famílias durante uma potencial implantação da Pedagogia da Alternância na EMCEF Ernesto José Annoni o encontro evidenciou posicionamentos que consideravam o engajamento familiar fundamental para o sucesso da proposta. E para que houvesse efetivamente esta participação, os sujeitos da pesquisa propuseram diferentes ações que, na maioria das vezes, partia da escola para a comunidade. No sentido de flexibilizar e organizar visitas durante os períodos em que os estudantes estivessem na escola ou mesmo incorporar a comunidade nos processos escolares, de forma que se promovesse o equilíbrio entre a formação escolar e a preservação dos vínculos familiares.

“Pensar a implantação da Pedagogia da Alternância, em regime de internato na escola, seria um grande desafio. O maior deles, inicialmente, ao contexto da infraestrutura. Caso fosse estruturado, teria uma componente curricular que seria ministrado pelos membros da comunidade escolar. Poderia ser uma disciplina como “Ação Integradora” ou “Família na Escola”, que após um amplo debate com a comunidade escolar, selecionaria os temas que seriam debatidos e convidaria membros da comunidade para contribuir no processo formativo (Professor 2).”

De forma prática, estes relatos consideraram a necessidade de que a escola crie ações contínuas e colaborativas que integrem a comunidade e dêem suporte para garantir segurança e afeto aos estudantes durante os “períodos escola”. Encontros periódicos, canais de comunicação contínua, palestras, oficinas e rodas de conversa também foram mencionados. Mas a elaboração de projetos visando a integração das famílias nos processos sempre esteve presente, considerando disponibilidades e sugestões dos envolvidos.

“Mesmo que os estudantes estejam internos é totalmente possível e desejável promover a participação das famílias, desde que a escola crie ações contínuas e colaborativas que valorizem o conhecimento local, fortaleçam o diálogo e integrem a comunidade ao processo formativo (Professor 3).”

Deste encontro ainda resultaram sugestões na direção de se promover um calendário escolar mais flexível. Considerando condições climáticas adversas e estabelecendo previamente potenciais períodos para recuperação de aulas, além de atividades que incluam e considerem letivas ações desenvolvidas com a participação das famílias.

“Considero a utilização da Pedagogia da Alternância uma proposta plausível

para adequação do calendário escolar às particularidades do campo, já que traz alternativas e possibilidades que oferece formação integral do educando através de um currículo integrado sem a dependência da imprevisibilidade das intempéries climáticas (Professor 4).”

Ao considerarmos a importância destas colocações, cabe detalhar que algumas sugestões foram à direção da elaboração de propostas que levassem em consideração os períodos mais críticos de chuvas. Enquanto outras mencionaram a busca por um calendário escolar fundamentado na Pedagogia da Alternância que contemplasse os períodos agrícolas ou de maior demanda de trabalho no campo, como os ciclos de plantio e colheita.

Diante das contribuições e reflexões dos sujeitos e, de acordo com a proposta inicial do encontro, foi possível delinear uma proposta preliminar de calendário escolar mediante a adoção da Pedagogia da Alternância como estratégia metodológica na EMCEF Ernesto José Annoni, conforme objetivo inicial do encontro. Sendo assim, ainda que não se tenha abordagens sobre os instrumentos pedagógicos específicos da Pedagogia da Alternância durante os relatos, outras colocações possibilitaram a formulação de uma ideia inicial.

Dito isto, devemos ter presente que os sujeitos da pesquisa compreendem que uma transformação dessa magnitude não pode e não deve ser realizada de uma hora para outra ou mesmo de forma assodada. Logo, essa proposta preliminar passa, inicialmente, pela necessidade de adaptação e adequação das instalações da escola para que possa receber estudantes em regime de internato. Sobretudo alojamentos e banheiros que ofereçam as condições necessárias à permanência prolongada dos estudantes na escola. Igualmente, é entendida como fundamental e lógica a necessidade de permanência de profissionais (monitores, que inclusive, podem ser da comunidade) na escola durante estes períodos. De forma a oferecer segurança e suporte aos estudantes e respaldo às famílias envolvidas no processo.

Tomadas tais medidas, a maioria dos sujeitos da pesquisa entendeu que a proposta deverá ser destinada aos estudantes dos anos finais do ensino fundamental, ou seja, do 6º ao 9º ano. Podendo, inclusive, ser desenvolvida de forma gradual, ano a ano, começando pelos estudantes de maior faixa etária até chegar aos mais jovens.

Os tempos escola e comunidade deverão ser alternados em períodos quinzenais, com os estudantes permanecendo por duas semanas em regime de internato na escola, com aulas diárias de segunda à sexta-feira em período integral.

Com possibilidade de visitas dos familiares nesse período e com a inserção, na grade curricular, de disciplinas ministradas por membros da comunidade e que tenham íntima relação com a cultura e forma de produzir na localidade. Considerando, obviamente, aptidões, disponibilidade e habilidade para tal função.

5.5 Materialização da proposta

Ainda em julho de 2025 foi apresentado o resultado do trabalho coletivo realizado nos encontros que precederam este momento. Esse encontro, como em outras vezes, foi realizado entre os turnos da manhã e tarde da escola e teve caráter informal e rápido. Resultou dos encontros e leituras realizados anteriormente uma proposta inicial que visa contemplar diferentes aspectos que envolvem a formulação de uma ideia de calendário escolar fundamentado nos conceitos da Pedagogia da Alternância.

Para cada aspecto observado durante os encontros anteriores foi considerada para a elaboração desta proposta a escolha da maioria dos sujeitos envolvidos na pesquisa. Da mesma forma, procurou-se considerar nessa etapa as sugestões e necessidades expressadas nas rodas de conversa. E, portanto, este encontro configurou-se como momento adequado para a aprovação, rejeição ou ainda para a realização de melhorias na proposta de alteração do calendário escolar mediante a utilização da Pedagogia da Alternância na EMCEF Ernesto José Annoni. Compreendendo ainda potenciais (e prováveis) pontos omissos nesta proposta que somente poderão ser sanados no curso da implementação da proposta.

Feitas essas considerações, é importante ressaltar que nesse encontro partiu dos sujeitos da pesquisa a iniciativa de estabelecer que, de acordo com a ideia central da proposta, não seria adequada ou mesmo necessária nenhuma alteração no período de início e término do ano letivo. Ou seja, mantendo-se o início das atividades com estudantes em meados de fevereiro e o término das aulas aproximadamente na metade de dezembro.

Na ótica da maioria destes mesmos sujeitos, os quais compreenderam como viável e positiva uma ideia de adoção de um calendário letivo fundamentado nos conceitos da Pedagogia da Alternância na escola, ficou estabelecido que a proposta em curso fosse destinada aos estudantes dos anos finais do ensino fundamental (6º ao nono 9º ano). Levando-se em consideração que tal mudança não deverá ocorrer de

maneira abrupta e sendo necessária uma série de melhorias e adaptações na infraestrutura da escola. Tais como reformas e ampliações de banheiros e construção de alojamentos com mobiliário adequado.

Outro aspecto apontado nessa proposta inicial em acordo com a maioria foi em relação à duração do tempo escola e tempo comunidade. Ficando estabelecidos períodos alternados de duas semanas para a permanência dos estudantes em regime de internato na escola e outras duas para os estudos a serem realizados em suas comunidades. Existindo, obviamente, a necessidade imperativa de contratação de profissionais capacitados para atenderem as demandas destes estudantes durante o tempo escola. Sobretudo no que se refere a questões que envolvem alimentação e acompanhamento das rotinas dos jovens na escola, antes do início e após o término das atividades escolares.

Por último, mas não menos importante, ficou estabelecido que a proposta de alteração do calendário letivo e consequentemente o funcionamento da EMCEF Ernesto José Annoni para um formato fundamentado na Pedagogia da Alternância, deverá obrigatoriamente, passar por uma alteração na grade curricular. De maneira que se viabilise a participação ativa da comunidade. Seja por meio da criação de disciplinas inerentes aos contextos locais ou mesmo atividades de extensão sob o formato de oficinas ministradas por membros das comunidades, conforme detalha o quadro abaixo que foi entregue em via impressa aos participantes da pesquisa.

Quadro 7 – Síntese da proposta inicial de implementação da Pedagogia da Alternância na EMCEF Ernesto José Annoni.

ASPECTOS	ESPECIFICAÇÕES DA PROPOSTA
Calendário	Início em meados de fevereiro e término em meados de dezembro, sem alterações no calendário municipal vigente.
Público-Alvo	Estudantes dos anos finais do ensino fundamental (6º ao 9º ano).
Funcionamento	Internato durante o tempo escola, com estudantes permanecendo na escola em período integral.
Periodicidade da Alternância	Tempo Escola: Duas semanas consecutivas em regime de internato, com aulas de segunda a sexta-feira em período integral. Tempo Comunidade: Duas semanas nas comunidades, com atividades de pesquisa e aplicação prática dos conhecimentos escolares.
Adequações de Infraestrutura	• Construção de alojamentos com mobiliário adequado; • Reforma e ampliação de banheiros;

	• Adequação de espaços de convivência e estudo;
Recursos Humanos Necessários	• Monitores para acompanhamento dos estudantes nos períodos que antecedem e sucedem as aulas; • Profissionais de alimentação; • Potencial contratação de membros da comunidade.
Organização Curricular	• Criação de disciplinas específicas relacionadas aos contextos locais; • Atividades de extensão no formato de oficinas; • Participação da comunidade em temas específicos; • Integração de saberes tradicionais e científicos.
Estratégia de Implementação	Implementação gradual e progressiva, evitando mudanças abruptas. Possibilidade de início pelas turmas de maior faixa etária (9º ano) com posterior incorporação dos demais anos.
Participação das Famílias	• Participação em disciplinas específicas; • Visitas durante o tempo escola; • Acompanhamento durante tempo comunidade; • Participação em encontros, palestras e oficinas na escola.
Objetivos Principais	• Minimizar/eliminar a perda de dias letivos por intempéries climáticas; • Contextualizar o ensino às realidades do campo; • Valorizar saberes tradicionais e empíricos; • Promover formação integral dos estudantes; • Fortalecer vínculos entre escola, família e comunidade.
Pré-requisitos Essenciais	• Aprovação pela comunidade escolar em processo democrático e participativo; • Elaboração de novo Projeto Político-Pedagógico; • Regulamentação pelo Conselho Municipal de Educação; • Investimentos em infraestrutura e recursos humanos.

Fonte: Elaborado pelo autor em 12/12/2025.

6 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Este capítulo apresenta a análise e discussão dos resultados produzidos durante o processo de intervenção realizado na Escola Municipal do Campo de Ensino Fundamental Ernesto José Annoni, no município de São Gabriel/RS. A partir da metodologia da pesquisa-ação, foram desenvolvidos cinco encontros com professores, gestores e membros do conselho escolar, com o objetivo de analisar a viabilidade de implementação da Pedagogia da Alternância como estratégia para minimizar o problema dos dias letivos perdidos e, simultaneamente, promover a contextualização do ensino no campo.

A análise dos resultados está organizada em seções correspondentes aos encontros realizados, seguidas de uma discussão integrada que articula os achados da pesquisa com o referencial teórico e os objetivos propostos no estudo.

6.1 Apropriação inicial da proposta e sensibilização

O primeiro encontro constituiu-se como momento fundamental para a apresentação da proposta e sensibilização dos sujeitos em relação à problemática dos dias letivos perdidos. De acordo com a descrição no referencial teórico-metodológico, este encontro ocorreu durante uma reunião pedagógica da escola, envolvendo professores e gestores.

O material de apoio sobre Pedagogia da Alternância, entregue impresso aos participantes (Apêndice B) configurou-se como estratégia importante para subsidiar as discussões subsequentes. Gimonet (2007) enfatiza que a compreensão dos fundamentos teórico-metodológicos da alternância é fator imprescindível para sua implementação qualificada. De maneira que a opção por um processo gradual de apropriação dos conceitos pelos participantes demonstrou ser coerente com os princípios da pesquisa-ação e com a ideia de construção coletiva do conhecimento.

Alguns aspectos importantes relacionados com o contexto institucional da Educação do Campo do município de São Gabriel/RS foram revelados nesse primeiro momento: por exemplo, a realização deste evento em escola urbana, ainda que devidamente justificada sob a ótica da contenção de gastos, explicita contradições de uma logística que impactam diretamente a participação da comunidade. De tal forma que Rocha; Valentini (2015) já haviam destacado a

instabilidade administrativa e a fragilidade dos processos democráticos na gestão das escolas do campo de São Gabriel/RS,

A ausência de representantes da comunidade neste encontro limitou a discussão as percepções dos profissionais da educação. Fato que merece reflexão crítica, pois a Pedagogia da Alternância, conforme defendem Arroyo; Caldart; Molina (2011), pressupõe a participação ativa dos sujeitos envolvidos nos processos educacionais. Nesse sentido, uma dificuldade de engajamento da comunidade desde a fase inicial da proposta pode indicar desafios futuros para sua implementação efetiva.

Em contrapartida, a receptividade dos professores e gestores presentes foi positiva. A apresentação dos dados sobre dias letivos perdidos em anos anteriores, articulada às informações climatológicas do município nos últimos anos favoreceu a compreensão dos participantes sobre a dimensão estrutural do problema. Visto que, por exemplo, os dados do quadro 4 desta dissertação contribuem com esta narrativa ao evidenciar que, somente no ano de 2022, as cinco escolas municipais do campo com ensino fundamental completo do perderam entre nove(09) e trinta e um (31) dias letivos, sendo a EMCEF Ernesto José Annoni a mais afetada.

6.2 Marco legal e conceitual

O segundo encontro, realizado nas dependências da escola marcou um avanço significativo no processo de estudo e formulação da proposta coletiva. Ao analisarmos este momento encontramos, primeiramente, que o material de apoio distribuído anteriormente cumpriu seu papel. Pois possibilitou que os sujeitos chegassem ao encontro com uma compreensão prévia sobre os conceitos fundamentais da Pedagogia da Alternância.

Outro aspecto relevante observado nessa análise foi a presença de conhecimentos prévios sobre a metodologia pela maioria dos participantes. Manifestações de confiança na alternância como alternativa mais viável para a contextualização do ensino no campo indicam que os participantes reconhecem as limitações do modelo educacional vigente.

Todavia, emergiram também manifestações de desconfiança, particularmente relacionadas às necessidades de adequação da infraestrutura e ampliação do quadro de profissionais envolvidos nos processos. Tais preocupações encontram

respaldo em Ribeiro (2015), onde a autora adverte que a Pedagogia da Alternância não pode ser implementada sem as condições materiais adequadas, sob risco de fracassar e desacreditar a proposta. Nesse sentido, as inquietações dos participantes demonstram consciência crítica sobre as necessidades e exigências desta modalidade educacional.

O diálogo em torno da legislação vigente revelou-se particularmente produtivo. Os participantes compreenderam que a existência do Sistema Municipal de Ensino (SME) em São Gabriel/RS, regulamentado pela Lei Ordinária 3.629/2014, oferece o amparo legal necessário para a utilização da Pedagogia da Alternância em seus estabelecimentos de ensino. Conforme estabelecido no referencial teórico desta dissertação, as Diretrizes Curriculares da Pedagogia da Alternância (Brasil, 2023) determinam que é prerrogativa dos sistemas de ensino regulamentar esta modalidade, observando seus conceitos, princípios e valores.

Ou seja, a proposta consiste na formulação de um novo calendário escolar fundamentado na Pedagogia da Alternância. Com intenção de minimizar o problema dos dias letivos perdidos e para isso, envolvendo diferentes segmentos da comunidade escolar. Porém, há que se ter claro que mesmo com a proposta concluída, o caminho legal tem seu início com a sua apresentação por um dos segmentos do poder público (neste caso, executivo ou legislativo).

Sendo necessária na sequência a aprovação pela comunidade escolar, a construção coletiva do projeto político-pedagógico com participação da Secretaria Municipal de Educação e do Conselho Municipal de Educação. E posteriormente as adequações estruturais e contratação de profissionais. A compreensão destes trâmites é fundamental, pois evidencia que a implementação da Pedagogia da Alternância transcende a dimensão pedagógica, exigindo compromisso político-administrativo da gestão municipal.

6.3 Percepções dos sujeitos: entre problemas reais e soluções possíveis

O terceiro encontro representou momento crucial na pesquisa ao organizar sistematicamente as percepções dos participantes sobre múltiplas dimensões da proposta. A utilização de questionário impresso (Apêndice C) possibilitou que os sujeitos registrassem reflexões mais elaboradas, enriquecendo substancialmente os dados produzidos durante a pesquisa.

6.3.1 Os dias letivos perdidos e seus impactos

As manifestações dos participantes evidenciaram significativa preocupação em relação aos prejuízos decorrentes da perda repetida de dias letivos. Esta percepção alinha-se com estudos sobre continuidade pedagógica e equidade educacional. Hage (2008) argumenta que as interrupções frequentes do calendário escolar constituem fator agravante das desigualdades educacionais no campo, penalizando especialmente estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica. A referência explícita aos alunos com maiores dificuldades demonstra que os sujeitos reconhecem a dimensão ética e política do problema, para além de seus aspectos técnicos e administrativos.

Foi possível observar também uma crítica contundente dos sujeitos às ações do poder público municipal, particularmente quanto à manutenção das estradas do interior do município. Depoimentos apontaram para conflitos recorrentes entre comunidade escolar, gestão, mantenedora e empresas de transporte relacionadas à decisão de cancelamento de aulas. Tal tensão revela que o problema dos dias letivos perdidos insere-se em um contexto mais amplo de negligência histórica com a infraestrutura rural, conforme identificado anteriormente por Pastorio *et al.* (2015) em estudo sobre as escolas do campo de São Gabriel/RS.

6.3.2 Compreensão sobre a Pedagogia da Alternância

A análise das respostas sobre a compreensão da Pedagogia da Alternância revelou uma apropriação conceitual significativa pelos participantes. Destacando-se a compreensão acerca de elementos centrais da alternância como a articulação teoria-prática, valorização de saberes empíricos, flexibilidade organizacional e contextualização. Compreensão que se aproxima da definição de Gimonet (2007).

Da mesma forma, foi possível observar nas manifestações a internalização do princípio fundamental da práxis na alternância, evidenciando compreensão intuitiva sobre a relação dialética entre conhecimento teórico e experiência prática.

Compreende-se então que o processo desenvolvido nos encontros anteriores foi capaz de promover uma apropriação conceitual básica sobre a temática. Contudo, não houve aprofundamento sobre os instrumentos pedagógicos específicos da alternância. Aspecto pouco mencionado pelos sujeitos durante os

depoimentos e interlocuções. Sendo que o domínio de instrumentos como plano de estudo, caderno de acompanhamento, visitas às famílias, entre outros, são fatores imprescindíveis para a efetivação da alternância, conforme elucidam Rodrigues; Oliveira; Costa (2020) configurando-se, portanto, como uma lacuna a ser contemplada em processos futuros.

6.3.3 Contextualização do ensino: anseios e proposições

A questão da contextualização do ensino emergiu como ponto de convergência entre os participantes, havendo consenso sobre a necessidade de articular saberes locais com conhecimentos escolares. A ênfase no conhecimento profundo da comunidade e na utilização dos saberes locais como base para as ações pedagógicas alinham-se com os princípios defendidos por Arroyo; Caldart; Molina (2011), ao argumentarem que a Educação do Campo deve ser específica e diferenciada, construindo referências culturais a partir da realidade dos sujeitos.

As proposições dos sujeitos no sentido de promover a contextualização do ensino, na grande maioria das vezes estiveram direcionadas ao estabelecimento de maiores conexões entre escola e comunidade. Em uma clara intenção de incentivar a participação das famílias por meio de uma articulação que viabilize projetos com objetivos bem definidos e valorize as problemáticas cotidianas. Sendo tais ações o ponto de partida para diferentes processos de ensino-aprendizagem. Sugestões estas que demonstram a apropriação do conceito de Pedagogia da Alternância como educação contextualizada, conforme destacam Da Silva Oliveira; Dos Santos Feitosa; Ribeiro (2020).

Todavia, observa-se que as proposições concentraram-se predominantemente em ações da escola em direção à comunidade, sendo menos evidentes iniciativas que prevejam o protagonismo comunitário nos processos educacionais. Esta tendência pode indicar a permanência de concepções hierárquicas na relação escola-comunidade, aspecto que merece atenção em processos formativos futuros para não manter uma ideia de escola como única detentora do conhecimento. E indo na contramão da essência da Pedagogia da Alternância, que pressupõe horizontalidade nas relações e reconhecimento da comunidade como produtora legítima de conhecimentos (Gimonet, 2007).

6.3.4 Pedagogia da Alternância e calendário escolar

A articulação entre Pedagogia da Alternância, reorganização do calendário escolar e minimização dos dias letivos perdidos foi compreendida pelos participantes como possibilidade concreta e multidimensional. Reconhecendo a presente proposta, simultaneamente como solução para o problema específico dos dias letivos perdidos, e como possibilidade de transformação qualitativa dos processos educacionais. Perspectiva que supera a compreensão meramente instrumental da Pedagogia da Alternância. Alinhando-se ao que Lima; Hage; Souza (2021) caracterizam como estratégia teórico-metodológica potencializadora das dimensões estruturantes das formas de produzir e reproduzir a existência no campo.

A referência à formação integral do estudante e ao currículo integrado a realidade do campo, não sujeito às intempéries climáticas, indica que os participantes enxergam a Pedagogia da Alternância como possibilidade factível para além da resolução de problema operacional instituído, mas reconhecendo também suas potencialidades pedagógicas mais amplas. Dias (2006) argumenta que a Pedagogia da Alternância contribui para a formação integral do jovem do campo nos aspectos intelectual e profissional, enfatizando a autonomia do estudante como sujeito principal de seu processo formativo.

6.3.5 Viabilidade da proposta

A questão da viabilidade da implementação da Pedagogia da Alternância na EMCEF Ernesto José Annoni revelou-se como ponto mais complexo e divergente nas percepções dos sujeitos. Foram observados posicionamentos que variavam entre a aceitação entusiasta e a aceitação mais cautelosa, além da incerteza quanto à receptividade comunitária.

Entre as perspectivas mais otimistas o pensamento está ancorado no reconhecimento de uma relação direta entre princípios da Pedagogia da Alternância e demandas concretas do contexto em que se desenvolve a pesquisa. A referência feita por um dos participantes a uma educação mais viva ecoa as descrições de Freire (2014) sobre educação libertadora. Sugerindo que os participantes vislumbram na Pedagogia da Alternância uma possibilidade de superação de modelos educacionais bancários e descontextualizados.

Contudo, predominou entre os sujeitos participantes da pesquisa uma postura de aceitação cautelosa, marcada pela ênfase nos pré-requisitos necessários para uma implementação bem-sucedida. A internalização e domínio do conceito da Pedagogia da Alternância pelas equipes pedagógicas da mantenedora e da escola, além da necessidade de uma proposta clara, com planejamento cuidadoso e objetivos concretos, além de uma participação ativa da comunidade envolvida são menções que evidenciam essa cautela.

Esta colocação evidencia maturidade política e compreensão dos processos democráticos necessários para transformações educacionais significativas. Esta ênfase na apropriação conceitual, planejamento cuidadoso e participação comunitária alinha-se com a literatura sobre implementação de inovações educacionais. Nosella (2014) adverte que a Pedagogia da Alternância não pode ser imposta verticalmente, sob risco de descaracterização e fracasso, mas sim de forma horizontal e participativa.

A incerteza quanto à receptividade da proposta pela comunidade requer análise cuidadosa. Alguns sujeitos expressaram preocupação com potencial resistência decorrente do desconhecimento sobre a metodologia ou à percepção de inadequação da proposta ao público atendido pela escola. Inquietação que não deve ser desconsiderada, pois a Pedagogia da Alternância, especialmente em regime de internato, implica alterações significativas nas rotinas familiares, sobretudo no distanciamento que o regime de internato impõe.

Todavia, é importante problematizar se esta incerteza não reflete, em alguma medida, uma projeção das próprias dúvidas dos participantes da pesquisa sobre as famílias. Arroyo; Caldart; Molina (2011) alertam para o risco de subestimação das capacidades reflexivas e decisórias das comunidades camponesas. Comumente tratadas como objeto das políticas educacionais e não como sujeitos de direitos e protagonistas de suas histórias.

A constatação de que a proposta não pode e não deve ser realizada de uma hora para outra ou mesmo de forma precipitada, presente nos depoimentos, indica consciência sobre a complexidade de uma transformação tamanha. Esta prudência, portanto, é necessária, mas não deve impedir a continuidade do processo. Conforme argumenta Freire (2014), a tensão entre prudência e ousadia é parte da práxis educativa transformadora.

6.4 Construção coletiva da proposta

O quarto encontro marcou a transição da discussão conceitual para a elaboração concreta da proposta de reorganização do calendário escolar e alteração no funcionamento da escola. Durante a análise deste momento ficou evidente que os encontros anteriores propiciaram amadurecimento coletivo suficiente para que os participantes pudessem posicionar-se de forma mais propositiva.

Por parte dos sujeitos, foi possível observar um significativo interesse e envolvimento com a pesquisa. Aspecto evidenciado pelas contribuições escritas entregues espontaneamente ao pesquisador antes do encontro. Comportamento este que deixa transparecer que a escolha pela utilização da pesquisa-ação foi acertada na medida em que promoveu engajamento e sentimento de coautoria da proposta. Thiollent; Colette (2020) destacam que uma das características da pesquisa-ação é justamente o grau elevado de envolvimento e responsabilidade dos participantes.

6.4.1 Periodicidade dos tempos escola e comunidade

O debate sobre a periodicidade dos tempos escola e tempos comunidade foi objeto de debate aprofundado. Os sujeitos manifestaram preferência por períodos quinzenais para ambos os tempos, justificando tal escolha pela necessidade de equilíbrio entre continuidade pedagógica e manutenção dos vínculos familiares. Esta articulação entre períodos de mesma duração demonstra tanto uma preocupação pedagógica quanto um interesse em preservar o bem-estar dos jovens.

A opção por períodos quinzenais alinha-se com experiências consolidadas de Escolas Família Agrícolas no Brasil. Rodrigues; Oliveira; Costa (2020) identificaram que a maioria das EFAs brasileiras adota alternância quinzenal, considerada adequada para equilibrar aprofundamento dos estudos escolares e desenvolvimento de atividades nas comunidades. Períodos muito curtos (semanais) tenderiam a fragmentar os processos pedagógicos, enquanto períodos muito longos (mensais) poderiam fragilizar os vínculos familiares, especialmente com estudantes mais jovens.

Houve ainda ponderações de alguns participantes no sentido de se considerar a possibilidade de diferenciação da periodicidade conforme a escolaridade faixa etária dos estudantes. Esta sugestão merece consideração, pois reconhece que estudantes de sexto (6º) e nono (9º) anos apresentam níveis diferentes de maturidade e autonomia. Gimonet (2007) argumenta que a Pedagogia da Alternância deve ser suficientemente flexível para adaptar-se às características específicas de cada grupo de estudantes.

6.4.2 Público-alvo e implementação gradual

Com relação à destinação da proposta em construção formou-se consenso entre os sujeitos participantes da pesquisa de que esta deveria ser destinada aos estudantes dos anos finais do ensino fundamental (6º ao 9º ano). Esta definição fundamenta-se em fatores como a faixa etária dos estudantes, maior maturidade e autonomia e capacidade de permanecerem distantes das famílias por períodos mais prolongados.

A exclusão dos anos iniciais do ensino fundamental justifica-se pelas especificidades do desenvolvimento infantil. Conforme estabelecido nas Diretrizes Curriculares da Pedagogia da Alternância (Brasil, 2023), esta modalidade aplica-se ao Ensino Fundamental do 6º ao 9º ano (anos finais) e Ensino Médio, reconhecendo que estudantes mais jovens necessitam de maior proximidade com o ambiente familiar.

Cabe destacar ainda a sugestão de uma implementação gradual da proposta, iniciando pelos estudantes de maior faixa etária (9º ano) e progressivamente incorporando os demais anos. Esta estratégia demonstra prudência e compreensão de que transformações educacionais desta magnitude requerem tempo de maturação institucional e social. Ademais, a implementação gradual permitiria ajustes processuais a partir da avaliação das experiências iniciais.

Todavia, alguns participantes da pesquisa sugeriram que os estudantes mais jovens, dos anos iniciais, também fossem preparados para a futura transição. Esta sugestão é bastante interessante, pois reconhece que a Pedagogia da Alternância pressupõe desenvolvimento de competências específicas (autonomia, organização e capacidade de pesquisa) que podem ser gradualmente cultivadas e internalizadas desde cedo.

6.4.3 Participação das famílias

A participação familiar durante o internato apareceu como uma das principais preocupações dos participantes. Mencionando que a permanência dos estudantes na escola por períodos prolongados poderia ter reflexos negativos nos vínculos familiares. Diante destas percepções e, enquanto consideram como um desafio especialmente complexo a questão da adequação da infraestrutura, foram indicadas diferentes estratégias para promover a participação familiar. Considerando a possibilidade de reformulação da grade curricular uma estratégia sugerida foi a inclusão de um componente ministrado por membros da comunidade escolar. Podendo ser em formato de disciplina como “Ação Integradora” ou “Família na Escola”, que após debate com a comunidade escolar, seriam selecionados os temas a serem abordados e definidas as pessoas para contribuir nos processos formativos.

Esta proposição é inovadora no contexto local por vislumbrar a institucionalização da participação da comunidade via componente curricular específico. Ademais, a sugestão de inclusão de disciplinas como as citadas acima se alinha com o princípio basilar da Pedagogia da Alternância de reconhecer diferentes espaços e sujeitos como educadores. Gimonet (2007) argumenta também que a Pedagogia da Alternância rompe com a monopolização do ato educativo pela escola, redistribuindo responsabilidades formativas entre instituição escolar, família e comunidade.

Outras estratégias incluíram a flexibilização para visitas familiares durante os períodos escolares, estabelecimento de canais de comunicação contínua, realização de encontros periódicos, promoção de palestras e oficinas com participação das famílias. Estas proposições evidenciaram a compreensão de que a participação familiar não pode restringir-se a momentos pontuais e formais, devendo constituir-se como elemento fundamental e permanente do processo educacional.

Vale mencionar que tais estratégias parecem estar alinhadas com as ideias de Arroyo; Caldart; Molina (2011) em que os autores advertem que a participação comunitária não pode ser reduzida a contribuições pontuais em atividades escolares. Devendo implicar em protagonismo em decisões e na definição dos rumos da educação superando efetivamente a tradicional divisão hierárquica entre escola (espaço do saber legítimo) e comunidade (espaço do saber popular).

6.4.4 Infraestrutura e condições materiais

A discussão sobre a infraestrutura da escola esteve presente durante todo o quarto encontro, evidenciando preocupação dos sujeitos com relação às exigências materiais da Pedagogia da Alternância. As necessidades imperativas identificadas que incluíam a construção de alojamentos, ampliação e reforma de banheiros, adequação de espaços de convivência e aquisição de mobiliário apropriado.

Igualmente, reconheceu-se como imprescindível a contratação de profissionais para o atendimento aos estudantes durante os períodos que antecedem e sucedem as atividades escolares diárias. A referência a monitores que inclusive, podem ser da comunidade sugere abertura para integração de membros da comunidade na equipe escolar, perspectiva coerente com os princípios da alternância.

As demandas infraestruturais apontadas pelos sujeitos são realistas e fundamentadas. Ribeiro (2015) enfatiza que a implementação da Pedagogia da Alternância não pode prescindir de condições materiais adequadas. Alojamentos insalubres, alimentação inadequada ou ausência de profissionais capacitados comprometem não apenas a qualidade pedagógica, mas também a segurança e dignidade dos estudantes.

Todavia, a análise das demandas infraestruturais aponta para contradição importante: enquanto o município alega dificuldades orçamentárias para manutenção adequada das estradas rurais, a implementação da Pedagogia da Alternância exigiria investimentos significativos em infraestrutura escolar. Esta tensão evidencia que a proposta, embora pedagogicamente viável e desejável, depende de compromisso político-administrativo da gestão municipal com a Educação do Campo, aspecto sobre o qual a comunidade escolar possui limitado poder de influência.

6.5 Validação e sistematização

O quinto e último encontro teve um caráter de validação e sistematização da proposta construída coletivamente. A análise deste momento revela que o processo coletivo desenvolvido ao longo dos encontros anteriores resultou em uma proposta

concreta e de consenso. Por outro lado, são reconhecidas suas limitações e necessidades de maior aprofundamento.

6.5.1 Elementos centrais da proposta

A proposta de alteração do calendário escolar da EMCEF Ernesto José Annoni, elaborada de forma conjunta por diferentes seguimentos da comunidade escolar apresenta os seguintes elementos estruturantes:

- Manutenção do calendário anual: início em meados de fevereiro e término em meados de dezembro, preservando a conformidade com o calendário municipal;
- Público-alvo: estudantes dos anos finais do ensino fundamental (6º ao 9º ano);
- Periodicidade: alternância quinzenal entre tempo escola (duas semanas em regime de internato) e tempo comunidade (duas semanas de estudos e atividades nas propriedades familiares);
- Organização do tempo escola: aulas diárias de segunda a sexta-feira em período integral;
- Participação comunitária: criação de componente curricular específico para integração de saberes locais, ministrado por membros da comunidade;
- Pré-requisitos infraestruturais: construção de alojamentos, reforma de banheiros, aquisição de mobiliário adequado;
- Pré-requisitos de pessoal: contratação de monitores e outros profissionais para atendimento aos estudantes durante o período de internato;
- Implementação gradual: início pelo 9º ano, com progressiva incorporação dos demais anos;
- Flexibilização para visitas: possibilidade de visitas familiares durante os períodos escolares.

Esta proposta articula-se coerentemente com os fundamentos da Pedagogia da Alternância e com as especificidades do contexto de São Gabriel/RS. A opção pela alternância quinzenal, conforme já discutido, alinha-se com experiências consolidadas em EFAs brasileiras. A ênfase na participação comunitária via

componente curricular específico representa avanço em relação a modelos que restringem o envolvimento das famílias a momentos pontuais.

A opção por uma estratégia de implementação gradual demonstra cautela e entendimento de que transformações desta magnitude exigem tempo de maturação. Ademais, permite uma avaliação contínua do processo e ajustes a partir de situações concretas, aspecto essencial em contextos de inovação educacional.

6.5.2 Limitações e aspectos não contemplados

Embora a proposta construída possa representar um avanço significativo no contexto local, é necessário reconhecer suas limitações e aspectos que demandam aprofundamento em processos futuros. Nesse sentido destacam-se:

- Formação docente: embora reconhecida como necessária, não foram especificadas estratégias de formação continuada para apropriação dos fundamentos e instrumentos da Pedagogia da Alternância como plano de estudo, caderno de acompanhamento, visitas às famílias, entre outros essenciais à efetivação da metodologia;
- Estimativa de custos: não foram realizados cálculos dos investimentos necessários à melhoria das condições infraestruturais e contratação de pessoal, aspecto crucial para viabilidade da proposta;
- Cronograma de implementação: embora prevista implementação gradual, não foi estabelecido cronograma específico;
- Avaliação e monitoramento: não foram definidos indicadores e mecanismos de avaliação da implementação e dos resultados da Pedagogia da Alternância.

Estas limitações não invalidam a proposta, mas indicam necessidade de maiores aprofundamentos nestes aspectos. Rodrigues; Oliveira; Costa (2020) alertam que o domínio dos instrumentos pedagógicos, por exemplo, é essencial para que a Pedagogia da Alternância não se reduza apenas a um mecanismo de reorganização de atividades, mas constitua-se efetivamente como metodologia formativa diferenciada.

A ausência de estimativa de custos e cronograma detalhado pode relacionar-se com o entendimento dos participantes de que estes aspectos extrapolam suas atribuições e competências. Deixando para a gestão municipal estas demandas. Todavia, esta percepção pode revelar limitações na compreensão sobre participação democrática, aspecto que deveria estar presente durante toda a elaboração da proposta, inclusive em questões que envolvem previsões orçamentário-financeiras.

6.6 Contribuições, desafios e perspectivas

A análise integrada dos cinco encontros realizados permite identificar contribuições significativas do estudo, bem como desafios persistentes e perspectivas para futuro. Esta seção articula os achados da pesquisa com o referencial teórico e os objetivos propostos, oferecendo uma síntese interpretativa do processo investigativo.

6.6.1 Confirmação do problema e urgência por solução

Os encontros confirmaram que o problema dos dias letivos perdidos constitui uma questão central e urgente na Educação do Campo de São Gabriel/RS. Os participantes reconheceram os prejuízos pedagógicos, psicossociais e organizacionais decorrentes das interrupções frequentes do calendário escolar, validando o diagnóstico apresentado no início da pesquisa.

Todavia, a pesquisa evidenciou que o problema não se restringe a fatores climáticos, inserindo-se nesse contexto a precariedade histórica da infraestrutura rural. Conforme destacado por Hage (2008) e reafirmado pelos sujeitos desta pesquisa, as situações desfavoráveis das estradas rurais, as condições de trafegabilidade e manutenção dos veículos que realizam o transporte escolar e a ausência de planejamento preventivo agravam o problema e revelam uma concepção equivocada que naturaliza a precariedade como característica inerente ao campo.

Nesse sentido, a Pedagogia da Alternância, embora se caracterize como solução viável para minimizar o problema dos dias letivos perdidos não pode ser compreendida como substituta da responsabilidade estatal em garantir condições adequadas para o funcionamento das escolas do campo. A alternância apresenta-se

simultaneamente como solução para problema específico e como possibilidade de qualificação pedagógica, mas não exime o poder público de investimentos em infraestrutura rural.

6.6.2 Entre avanços e lacunas: apropriação da Pedagogia da Alternância

A investigação evidenciou significativa apropriação conceitual sobre a Pedagogia da Alternância pelos participantes. Os depoimentos revelaram compreensão sobre princípios fundamentais como articulação entre teoria e prática, valorização de saberes empíricos, flexibilidade organizacional e contextualização do ensino. Esta apropriação possibilitou que os sujeitos se posicionassem de forma propositiva na construção da proposta.

Porém, permaneceram lacunas importantes, particularmente quanto aos instrumentos pedagógicos específicos da alternância. Rodrigues; Oliveira; Costa (2020) enfatizam que instrumentos como plano de estudo, caderno de acompanhamento, visitas às famílias e colocação em comum são essenciais para a efetivação da alternância. Sua ausência ou manuseio inadequado compromete a proposta, reduzindo-a a mera reorganização temporal.

Esta lacuna aponta para a necessidade imperativa de formação continuada e aprofundada dos sujeitos envolvidos na implementação da proposta. Transcendendo a apropriação conceitual básica e contemplando dimensões práticas e instrumentais da Pedagogia da Alternância. Nesse sentido, Molina; De Abreu Freitas (2015) argumentam que a formação específica de educadores do campo, especialmente em metodologias diferenciadas, constitui um dos grandes desafios contemporâneos da Educação do Campo brasileira. Estando nestas licenciaturas a possibilidade de superar esta lacuna formativa e promover uma Educação do Campo realmente alinhada aos contextos locais.

6.6.3 Participação da comunidade escolar: entre retórica e prática

A questão da participação da comunidade escolar permeou todos os encontros, deixando evidente o reconhecimento de seu papel central na Pedagogia da Alternância. Cientes desta importância, os sujeitos propuseram diferentes estratégias de engajamento familiar, além da criação de componente curricular

específico para integração de saberes locais ao cotidiano escolar. Estas proposições demonstram avanço em relação a modelos educacionais que distanciam as comunidades camponesas das rotinas das escolas.

Todavia, persistem contradições e tensões como a dificuldade de inserir a comunidade nas discussões. Tendo ficado esta participação restrita ao conselho escolar. Aspecto que, inclusive na percepção dos participantes, deixa uma incerteza quanto à receptividade das famílias à proposta. Incerteza esta que poderá ser resultado de estratégias que partem da escola para a comunidade (e não o contrário), deixando transparecer a manutenção de relações verticalizadas entre escola e comunidade.

Arroyo; Caldart; Molina (2011) advertem que a participação comunitária não pode reduzir-se a contribuições pontuais ou subordinadas. A Pedagogia da Alternância, em sua essência, pressupõe horizontalidade nas relações e reconhecimento da comunidade como produtora legítima de conhecimentos, não como mera beneficiária ou colaboradora eventual de processos decididos exclusivamente por educadores profissionais.

Nesse sentido, o processo de consulta e deliberação comunitária sobre a proposta, ainda não realizado no momento de conclusão desta pesquisa, configurar-se-á como momento crucial para avaliar se a participação comunitária efetivamente concretizar-se-á ou permanecerá como dimensão retórica.

6.6.4 Viabilidade político-institucional

A análise da viabilidade político-institucional da proposta revela um cenário de ambiguidade. Por um lado, existe amparo legal suficiente nas legislações federal, estadual e municipal para implementação da Pedagogia da Alternância na escola estudada. A existência do Sistema Municipal de Ensino e do Conselho Municipal de Educação em São Gabriel/RS oferece condições institucionais necessárias para regulamentação da proposta.

Por outro lado, persistem lacunas quanto à perenidade das políticas voltadas à Educação do Campo. Estudos anteriores (Rocha; Valentini, 2015) já sinalizavam que a rotatividade em funções estratégicas e os critérios de provimento de cargos na rede de São Gabriel/RS podem impactar a estabilidade da gestão escolar. O que

pode comprometer a consolidação de projetos de longo prazo, sugerindo a necessidade de uma maior estabilização institucional nas escolas do campo.

Ademais, a implementação da Pedagogia da Alternância, conforme evidenciado pela proposta materializada, demanda investimentos significativos em infraestrutura e pessoal. Nesse contexto, o compromisso do poder público em viabilizar financeiramente a proposta torna-se questão crítica. Pois sem esse compromisso efetivo, a proposta corre o risco de permanecer como documento sem concretização prática.

6.6.5 Contribuições da pesquisa-ação

A opção pela utilização da pesquisa-ação como estratégia metodológica revelou-se acertada e produtiva. O envolvimento direto dos sujeitos em todas as etapas da investigação possibilitou não apenas produção de dados, mas principalmente construção coletiva de conhecimentos e empoderamento dos participantes.

Conforme elucidam Thiollent; Colette (2020), a pesquisa-ação segue justamente esta trilha. Ou seja, o envolvimento e a participação efetiva dos sujeitos durante o curso da pesquisa, aspectos claramente observados nesta investigação. A entrega espontânea de contribuições durante os encontros, o aprofundamento progressivo das discussões e a apropriação conceitual evidenciada nos depoimentos demonstram que os participantes efetivamente assumiram a posição de coautores da proposta, superando uma condição passiva de meros informantes.

Além do mais, o processo investigativo contribuiu para a formação crítica dos participantes sobre Educação do Campo, Pedagogia da Alternância e participação democrática. Independentemente da concretização futura da proposta, este processo constitui legado importante da pesquisa, potencialmente repercutindo em outras práticas e reflexões dos educadores e demais sujeitos envolvidos nos processos.

6.6.6 Articulação com os objetivos da pesquisa

A análise dos resultados permite afirmar que a pesquisa alcançou os objetivos, ainda que tenham sido constatadas limitações que merecem

reconhecimento. O objetivo geral de analisar a possibilidade de uma estratégia de calendário letivo para as escolas do campo de São Gabriel/RS, fundamentado nos conceitos do regime de alternância com o propósito de minimizar os dias letivos perdidos foi alcançado. De forma que a investigação confirmou a viabilidade pedagógica e legal da Pedagogia da Alternância como estratégia de reorganização do calendário escolar, resultando em proposta concreta e consensuada pela comunidade escolar da EMCEF Ernesto José Annoni.

Quanto aos objetivos específicos:

- Estudar os fundamentos teóricos da proposta do regime de alternância: Tal objetivo foi amplamente contemplado no referencial teórico e nas discussões dos encontros, resultando em apropriação conceitual significativa pelos participantes;
- Identificar potenciais melhorias no campo educacional, decorrentes da adoção do regime alternância nas escolas do campo: com relação a este objetivo, os sujeitos identificaram diferentes potencialidades, incluindo contextualização do ensino, valorização de saberes locais, participação da comunidade, formação integral dos estudantes e minimização dos dias letivos perdidos;
- Analisar aspectos que envolvem as práticas de ensino nas escolas do campo em São Gabriel/RS, considerando os dias letivos cancelados por diversos fatores: a análise evidenciou que o problema está inserido em um contexto amplo que envolve precariedade infraestrutural (sobretudo das estradas), negligência histórica e fragilidade das políticas públicas para o campo;
- Apresentar necessidades imperativas para o sucesso do regime de alternância nas escolas do campo de São Gabriel/RS: foram identificadas necessidades relativas à infraestrutura, pessoal, formação docente, participação comunitária, amparo legal e compromisso político-administrativo.

Contudo, faz-se necessário apontar que o alcance dos objetivos contemplou predominantemente dimensões pedagógicas e conceituais, permanecendo lacunas quanto a aspectos orçamentário-financeiros, cronogramas detalhados de implementação e mecanismos de avaliação. Estas lacunas apontam para necessidade de desdobramentos futuros da investigação.

6.6.7 Perspectivas de futuro

A proposta materializada nesta pesquisa constitui-se como ponto de partida, não de chegada. Sua eventual implementação demandará ainda percorrer um caminho complexo e que envolve múltiplas etapas e atores:

- Amplo processo de consulta e deliberação com toda a comunidade escolar, incluindo famílias e estudantes, garantindo participação democrática e legitimidade social da proposta;
- Detalhamento dos instrumentos pedagógicos e elaboração de plano de formação continuada para educadores;
- Estimativa de custos e definição de fontes de financiamento;
- Elaboração de cronograma detalhado de implementação;
- Construção coletiva de novo projeto político-pedagógico para a escola;
- Tramitação no Conselho Municipal de Educação para regulamentação;
- Realização de investimentos em infraestrutura e contratação de pessoal;
- Implementação gradual com acompanhamento e avaliação processual.

A concretização deste percurso dependerá fundamentalmente da vontade política da gestão municipal e do engajamento continuado da comunidade escolar. Sem o compromisso efetivo de ambas as partes, a proposta corre o risco de permanecer como documento sem materialização prática.

Contudo, independentemente de sua implementação futura, a pesquisa já produziu resultados significativos ao problematizar uma questão urgente da Educação do Campo local. Além de promover a apropriação conceitual sobre Pedagogia da Alternância, fortalecer a capacidade reflexiva e propositiva dos educadores e demonstrar a viabilidade de processos participativos de construção de alternativas pedagógicas. Estes resultados, por si, já justificam o esforço investigativo e apontam caminhos para futuras pesquisas e intervenções no contexto da Educação do Campo em São Gabriel/RS e em realidades similares.

Por fim, este capítulo apresentou uma análise detalhada do processo de intervenção realizado na EMCEF Ernesto José Annoni, evidenciando que a Pedagogia da Alternância constitui alternativa viável e desejável para minimizar o

problema dos dias letivos perdidos e qualificar os processos educacionais nas escolas do campo de São Gabriel/RS. A proposta consolidada, construída coletivamente ao longo de cinco encontros, articula-se coerentemente com os fundamentos teóricos da alternância e com as especificidades do contexto estudado.

Contudo, a análise também evidenciou desafios significativos relacionados à apropriação dos instrumentos pedagógicos, participação comunitária efetiva, viabilidade político-institucional e compromisso orçamentário-financeiro. Estes desafios não invalidam a proposta, mas apontam para necessidade de aprofundamentos, cautela na implementação e engajamento continuado de todos os sujeitos envolvidos.

A contribuição mais significativa desta pesquisa talvez resida não apenas na proposta consolidada, mas no processo formativo e empoderador que possibilitou sua construção. Ao demonstrar que educadores e comunidades escolares podem ser protagonistas na elaboração de soluções para problemas concretos, a investigação aponta caminhos para o fortalecimento da autonomia pedagógica e política das escolas do campo, dimensão essencial para efetivação do direito à educação contextualizada e de qualidade no meio rural.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa nasceu de uma inquietação profissional acerca dos dias letivos que, ano após ano, são perdidos nas escolas do campo de São Gabriel/RS em função de condições climáticas adversas, precariedade das estradas no interior do município e outros fatores estruturais. Como professor que vivencia cotidianamente esta realidade na EMCEF Ernesto José Annoni há mais de uma década, não poderia permanecer indiferente diante de um problema instituído no contexto local e que prejudica sistematicamente os processos educacionais e tensiona as relações entre comunidade escolar, gestão e poder público.

O objetivo central deste estudo foi analisar a possibilidade de uma estratégia de calendário letivo para as escolas do campo de São Gabriel/RS, fundamentado nos conceitos do regime de alternância, com o propósito de minimizar os dias letivos perdidos. No curso das atividades inerentes à esta investigação, desenvolvida por meio da metodologia da pesquisa-ação, este objetivo foi plenamente alcançado.

Resultando em uma proposta concreta construída coletivamente com professores, gestores e conselho escolar da escola estudada.

A pesquisa confirmou que o problema dos dias letivos perdidos constitui uma questão instituída, carente de soluções eficazes e demanda urgência no cenário da Educação do Campo do município. Não se limitando tão somente a fatores climáticos isolados, mas inserindo-se em contexto mais amplo e relacionado à precariedade da infraestrutura rural. Os dados apresentados ao longo do estudo evidenciaram que, somente no ano de 2022, as cinco escolas municipais do campo com ensino fundamental completo perderam entre nove e trinta e um dias letivos, comprometendo significativamente o cumprimento do calendário escolar e prejudicando especialmente os estudantes em situação de maior vulnerabilidade.

Feito este diagnóstico, a Pedagogia da Alternância emergiu não apenas como solução para reorganização do calendário escolar, mas também como possibilidade de transformação qualitativa dos processos educacionais no campo. A investigação demonstrou que a Pedagogia da Alternância, ao articular tempos e espaços educativos diferenciados, valorizar saberes locais e promover participação da comunidade, responde simultaneamente ao problema específico dos dias letivos perdidos e aos anseios mais amplos de contextualização e qualificação da Educação do Campo.

O processo de apropriação conceitual sobre a Pedagogia da Alternância pelos sujeitos pesquisados foi significativo. Os cinco encontros realizados possibilitaram que professores e gestores compreendessem os fundamentos teórico-metodológicos da alternância, suas potencialidades e exigências, seus pressupostos legais e suas implicações práticas. Esta apropriação manifestou-se na capacidade dos sujeitos de se posicionarem de forma propositiva e crítica durante a construção da proposta, superando posições meramente receptivas ou passivas.

A proposta materializada ao final do processo contempla elementos essenciais para implementação da Pedagogia da Alternância na EMCEF Ernesto José Annoni. Tais como a periodicidade quinzenal para alternância entre tempo escola e tempo comunidade, a destinação aos estudantes dos anos finais do ensino fundamental (6º ao 9º ano), o funcionamento em regime de internato durante o tempo escola, a criação de componente curricular específico para integração de saberes locais, a implementação gradual iniciando pelo 9º ano, os investimentos

necessários em infraestrutura (alojamentos, banheiros, mobiliário), a contratação de profissionais para atendimento aos estudantes e estratégias diversificadas de participação familiar.

Trata-se, portanto de uma proposta pedagogicamente consistente, legalmente viável e contextualmente adequada. Sua implementação, contudo, dependerá de fatores que extrapolam o âmbito escolar, exigindo comprometimento da gestão municipal, investimentos financeiros significativos, engajamento continuado da comunidade escolar e superação de obstáculos institucionais e culturais. Sem estes elementos articulados, a proposta corre o risco de permanecer como documento sem materialização prática.

No tocante às limitações deste estudo é necessário reconhecer que a investigação concentrou-se predominantemente em dimensões pedagógicas e conceituais da Pedagogia da Alternância. Permanecendo lacunas quanto a aspectos financeiros, instrumentos pedagógicos específicos da alternância, cronogramas detalhados de implementação e mecanismos de avaliação processual. Ademais, a participação da comunidade ficou restrita aos representantes do conselho escolar, não sendo possível no curso pesquisa alcançar diretamente as famílias e estudantes.

Apesar das limitações descritas, a pesquisa produziu contribuições significativas que ultrapassam a proposta materializada. O processo de investigação desenvolvido ao longo dos encontros constituiu-se como experiência formativa e empoderadora para os participantes. Promovendo o fortalecimento de suas capacidades reflexivas, propositivas e de atuação coletiva. Independentemente da concretização futura da proposta, este processo já representa ganho importante, refletindo potencialmente em outras práticas e reflexões dos sujeitos envolvidos no processo.

Ademais, o processo investigativo demonstrou a viabilidade e produtividade da pesquisa-ação como metodologia de investigação e intervenção no contexto da Educação do Campo. Ao romper com a separação entre pesquisadores e pesquisados, a pesquisa-ação possibilitou uma construção coletiva de conhecimentos. Além de proporcionar a participação efetiva dos sujeitos em todas as etapas da pesquisa e a produção de resultados com legítimos e com potencial de aplicação prática.

Dito isto, a pesquisa ainda contribuiu para aprofundar a compreensão acerca das relações entre Pedagogia da Alternância e organização do calendário escolar no campo, temática ainda pouco explorada na literatura disponível. Compreende-se também que a ideia de articulação entre os fundamentos da Pedagogia da Alternância (sobretudo o entendimento dos tempos escola e tempos comunidade como letivos) com a problemática dos dias letivos perdidos pode ser replicada em contextos semelhantes ao ambiente pesquisado. Podendo, inclusive, inspirar outras iniciativas e estudos em municípios que enfrentem os mesmos transtornos.

Por outro lado, cabe mencionar que a Pedagogia da Alternância não deve ser compreendida como alternativa que venha a substituir a responsabilidade do poder público em garantir condições adequadas de infraestrutura e funcionamento das escolas do campo. A Pedagogia da Alternância, especialmente nesse caso, apresenta-se como solução viável para um problema específico e como possibilidade de qualificação pedagógica. Mas, de forma alguma, exime a gestão municipal de investimentos na manutenção de estradas rurais, adequação dos veículos que realizam o transporte escolar (incluindo-se linhas terceirizadas) e provimento das condições materiais adequadas ao trabalho educativo.

Neste sentido, a potencial implementação futura da proposta exigirá da gestão municipal compromisso com a Educação do Campo. Rompendo com a história desta modalidade de ensino em São Gabriel/RS, marcada por instabilidades administrativas, rotatividade de gestores e fragilidade das políticas públicas específicas para o meio rural, conforme evidenciado no referencial teórico desta dissertação. Romper com este padrão necessitará não apenas investimentos pontuais, mas construção de política educacional consistente, duradoura e participativa para o campo.

Quanto à questão da participação da comunidade, uma reflexão merece especial atenção nestas considerações finais. Embora reconhecida por todos os sujeitos como elemento central da Pedagogia da Alternância, a impossibilidade de envolver diretamente as famílias nas discussões, a incerteza quanto à receptividade da proposta e a predominância de sugestões que partem da escola em direção à comunidade (e não o contrário) sugerem a manutenção de relações verticalizadas que contradizem os princípios da alternância. Por isso há necessidade de, diante de

da potencial implementação da proposta em estudo, se realizar uma ampla consulta às famílias e estudantes envolvidos no processo.

A efetivação da Pedagogia da Alternância pressupõe horizontalidade nas relações entre escola e comunidade, reconhecimento dos saberes populares e dando protagonismo às famílias nos processos educacionais. Sem a devida atenção a estes aspectos a adoção da Pedagogia da Alternância corre o risco de não ter seus processos formativos efetivados de fato, reduzindo-se apenas a um mecanismo de reorganização do calendário escolar.

Em uma perspectiva de futuro, vislumbram-se múltiplos desdobramentos possíveis desta pesquisa. O mais imediato destes seria a continuidade e aprofundamento do processo iniciado. Com ampliação do debate com a comunidade escolar, detalhamento dos instrumentos pedagógicos, elaboração do novo projeto político-pedagógico e encaminhamento da proposta ao Conselho Municipal de Educação para regulamentação. Além de estabelecer mecanismos de acompanhamento e avaliação dos processos, de forma a permitir correções e aprimoramentos a partir de experiência inicial no caso das etapas anteriores terem sido concretizadas.

Um segundo desdobramento potencial seria a extensão da proposta às demais escolas municipais do campo de São Gabriel/RS que compartilham do mesmo problema dos dias letivos perdidos. A experiência desenvolvida na EMCEF Ernesto José Annoni poderia servir como referência e inspiração para processos similares nas outras quatro escolas polo do município, respeitando obviamente as especificidades de cada contexto e a autonomia de cada comunidade escolar.

Um terceiro e desejável desdobramento seria a produção de novas pesquisas sobre a temática, contemplando aspectos omissos neste estudo. Nesta linha, compreende-se que investigações futuras poderiam aprofundar questões relacionadas aos custos para a implementação e manutenção da Pedagogia da Alternância, aos impactos desta metodologia sobre a aprendizagem, às percepções das famílias e dos próprios estudantes sobre a proposta, aos processos de formação docente que potencialmente podem contribuir para atuação em escolas que tem suas atividades fundamentadas nos conceitos da Pedagogia da Alternância, entre outras possibilidades.

Ao encaminhar o término deste estudo registro que o processo de pesquisa desenvolvido durante o mestrado profissional contribuiu substancialmente para fortalecer ainda mais minha ligação e meu interesse sobre demandas relacionadas com a Educação do Campo. Com relação à Pedagogia da Alternância posso afirmar que o curso proporcionou uma ampliação no entendimento de uma metodologia que não se traduz simplesmente no rodízio de períodos. Traduz-se, todavia em uma metodologia criada e pensada para proporcionar uma educação alinhada aos contextos dos estudantes do campo e suas comunidades. Respeitando e inserindo em seus processos formativos os saberes populares, reconhecendo-os como conhecimentos legítimos na busca por soluções para problemas cotidianos e reais. De maneira a promover uma educação verdadeiramente de qualidade e voltada para a formação de cidadãos autônomos e críticos nos contextos em que se inserem.

O que iniciou como busca por solução técnica para problema operacional desdobrou-se em processo de formação política, de apropriação conceitual e de fortalecimento de convicções sobre a necessidade e possibilidade de uma educação contextualizada, participativa e transformadora no campo. Após muitos anos atuando na EMCEF Ernesto José Annoni aprendi que a Educação do Campo se fortalece pela construção cotidiana e coletiva de alternativas que façam sentido para os sujeitos envolvidos. Logo, esta pesquisa buscou seguir a mesma trilha, pois se constituiu como exercício de construção coletiva, reunindo professores, gestores e representantes comunitários em torno de problema comum e de busca compartilhada por soluções.

Finalizo estas considerações reafirmando minha convicção de que a Pedagogia da Alternância representa alternativa viável, desejável e necessária para as escolas do campo de São Gabriel/RS e de tantos outros municípios brasileiros que enfrentam desafios similares. Não se trata de solução mágica para todos os problemas da Educação do Campo no município de São Gabriel/RS, mas sim de uma alternativa concreta de organização dos processos educacionais de forma mais coerente com as especificidades da vida rural, mais respeitosa com os saberes das comunidades camponesas e mais efetiva na garantia do direito à educação de qualidade.

A implementação desta possibilidade, contudo, dependerá de múltiplos fatores que extrapolam o âmbito dos diálogos com os segmentos da comunidade

escolar. Necessitando de vontade política, investimentos financeiros, engajamento comunitário e superação de obstáculos institucionais e culturais. Um caminho longo e aparentemente nada fácil, porém necessário. Mas como afirma Paulo Freire, "mudar é difícil, mas é possível". Desta maneira, a pesquisa buscou pavimentar este caminho para tornar esta mudança um pouco mais possível, um pouco mais próxima, um pouco mais concreta. Se conseguimos avançar alguns passos nesta direção, os esforços já terão valido a pena.

E que as trocas realizadas ao longo deste processo contribuam para despertar e fortalecer ideais de um mundo mais justo, que se reflita em práticas educativas mais contextualizadas e humanizadoras nas escolas do campo de São Gabriel/RS e onde mais se fizerem necessárias. Esta é a vontade que permanece ao concluir esta dissertação, mas não como ponto final ou dando o assunto por encerrado, mas como um convite à continuidade de uma caminhada coletiva por uma Educação do Campo que verdadeiramente faça jus a este nome.

REFERÊNCIAS

ARROYO, Miguel Gonzale; CALDART, Roseli Salete; MOLINA, Mônica Castagna. (Org). **Por uma educação do campo**. 5 ed. Petrópolis – RJ: Editora Vozes, 2011. 214p.

ARROYO, Miguel Gonzalez; FERNANDES, Bernardo Mançano. A educação básica e o movimento social do campo. Brasília: **articulação nacional por uma educação básica do campo**, v. 2, 1999. Disponível em: <<http://educampo.miriti.com.br/arquivos/Biblioteca/0081.pdf>>. Acesso em: 10/12/2024.

BRASIL, Constituição de Lei de 15 de outubro de 1827. Lei do Ensino de Primeiras Letras. Brasília: **CDES**, 2011. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/LIM-15-10-1827.htm>. Acesso em: 21/12/2024.

_____. Documento Orientador. Programa Nacional de Educação do Campo. PRONACAMPO. Brasília: **Ministério da Educação**, jan 2013. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=13214-documento-orientador-do-pronacampo-pdf&Itemid=30192>. Acesso em: 11/12/2024.

_____. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: **Ministério da Educação**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm>. Acesso em: 13/08/2024.

_____. Lei nº 13005/2014, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Brasília: **Ministério da Educação**, 2014. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/_Ato2011-2014/2014/Lei/L13005.htm>. Acesso em 21/12/2024.

_____. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Diretrizes Curriculares da Pedagogia da Alternância na Educação Básica e na Educação Superior, 2023. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=170051-pcp022-20-1&category_slug=janeiro-2021-pdf&Itemid=30192>. Acesso em: 29/11/2024.

Clima e condições meteorológicas médias em São Gabriel no ano todo. **Weather spark**, 2026. Disponível em: <<https://pt.weatherspark.com/y/29469/Clima-caracter%C3%ADstico-em-S%C3%A3o-Gabriel-Brasil-durante-o-ano>>. Acesso em: 22/07/2024.

Climatologia em São Gabriel, BR. Climatedpo, 2026. Disponível em: <<https://www.climatedpo.com.br/climatologia/368/saogabriel-rs>>. Acesso em: 22/07/2026.

CONTE, Isaura Isabel. Pedagogia da alternância na educação do campo em uma

escola pública. **Revista de Educação Pública**, v. 31, 2022. Disponível em: <http://educa.fcc.org.br/scielo.php?pid=S2238-20972022000100102&script=sci_arttext>. Acesso em: 29/12/2024.

DA SILVA OLIVEIRA, Diana Nara; DOS SANTOS FEITOSA, Adriana Madja; RIBEIRO, Luís Távora Furtado. EDUCAÇÃO DO CAMPO E A INTER-RELAÇÃO COM A PEDAGOGIA DA ALTERNÂNCIA: A EXPERIÊNCIA DE VIDA COMO PONTO DE PARTIDA E DE CHEGADA DOS PROCESSOS ESCOLARES. *Humanidades & Inovação*, v. 7, n. 12, p. 124-137, 2020. Disponível em: <<https://revista.unitins.br/index.php/humanidadesinovacao/article/view/2572>>. Acesso em: 08/10/2024.

Dados educacionais de São Gabriel. **Qedu**, 2024. Disponível em: <<http://cdn.novo.qedu.org.br/municipio/4318309-sao-gabriel/censo-escolar>>. Acesso em 01/11/2024.

DE LIMA ARAUJO, Ronaldo Marcos. Origens da Pedagogia da Alternância no Brasil. 2015. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/tes/a/mVp3R6ZBdX7LyJb8g8n3r5z/>>. Acesso em: 29/12/2024.

DE SOUZA, Donaldo Bello. Avaliações finais sobre o PNE 2001-2010 e preliminares do PNE 2014-2024. **Estudos em Avaliação Educacional**, v. 25, n. 59, p. 104-170, 2014. Disponível em: <<https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=5910394>>. Acesso em: 08/12/2024.

DIAS, Regina Arruda. Pedagogia da Alternância: participação da sociedade civil na construção de uma educação sustentável e cidadã. In: QUEIROZ, João Batista Pereira; COSTA E SILVA, Virgínia; PACHECO, Zuleika. Pedagogia da Alternância: construindo a Educação do Campo. Goiânia: Editora UCG; Brasília: Universa, 2006.

DOS SANTOS, Anderson Luiz Machado; DE DAVID, Cesar. LUTA PELA TERRA E DISPUTAS TERRITORIAIS NA REGIÃO DA CAMPANHA GAÚCHA: O PROCESSO DE FORMAÇÃO DO ASSENTAMENTO CONQUISTA DO CAIBOATÉ EM SÃO GABRIEL-RS (Struggle for land and territorial disputes in the region of the campanha gaúcha: the process of for...). **REVISTA NERA**, n. 20, p. 175-192, 2012. Disponível em: <<https://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/view/1855/1755>> Acesso em: 27/09/2024.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. Editora Paz e terra, 2014.

GADOTTI, Moacir. Educação popular, educação social, educação comunitária. In: *Congresso Internacional de Pedagogia Social*. 2012. Disponível em: <<http://www.proceedings.scielo.br/pdf/cips/n4v2/13.pdf>>. Acesso em: 25/12/2024.

GIMONET, Jean-Claude. **Praticar e compreender a pedagogia da alternância dos CEFFAs**. 2007.

HAGE, Salomão A. Mufarrej. **A multissérie em pauta: para transgredir o paradigma seriado nas escolas do campo**. Belém: Geperuaz, 2008. Disponível

em:

<https://faced.ufba.br/sites/faced.ufba.br/files/multisserie_pauta_salomao_hage.pdf>. Acesso em: 25/12/2024.

LIMA, Iranete Maria da Silva; HAGE, Salomão Antônio Mufarrej; SOUZA, Dilenio Dustan Lucas de. O legado de Paulo Freire em marcha na Educação e na Escola do Campo. **Praxis educativa**, v. 16, 2021. Disponível em:

<http://educa.fcc.org.br/scielo.php?pid=S1809-43092021000100229&script=sci_arttext>

Acesso em: 24/09/2024.

MANCINI, Ana Paula Gomes; MONARCHA, Carlos. A escola rural no Brasil (1930-1950). O Oitavo Congresso Brasileiro de Educação. *Cadernos de História da Educação*, 2017, 16.3: 700-715. Disponível em:

<<http://www.seer.ufu.br/index.php/che/article/view/40898>>. Acesso em: 21/12/2024.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

MOLINA, Mônica Castagna; DE ABREU FREITAS, Helana Célia. Avanços e desafios na construção da Educação do Campo. **Em Aberto**, v. 24, n. 85, 2015. Disponível em:

<https://scholar.google.com.br/scholar?hl=pt-BR&as_sdt=0%2C5&q=MOLINA%2C+M%C3%B4nica+Castagna%3B+DE+ABREU+FREITAS%2C+Helana+C%C3%A9lia.+Avan%C3%A7os+e+desafios+na+constru%C3%A7%C3%A3o+da+Educa%C3%A7%C3%A3o+do+Campo.+Em+Aberto%2C+v.+24%2C+n.+85%2C+2015.&btnG=>>. Acesso em: 07/12/2024.

NETTO, Daiane et al. A construção histórica das práticas escolares das escolas Família Agrícola do Rio Grande do Sul. **Revista Brasileira de Educação do Campo. Tocantinópolis, TO. Vol. 9 (2024), e16739, p. 1-24**, 2024. Disponível em:

<https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/281483/001210142.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 31/03/2025.

NOSELLA, Paolo. **Origens da pedagogia da alternância no Brasil**. Edufes, 2013.

Disponível em: <<https://core.ac.uk/download/pdf/161364338.pdf>> Acesso em: 23/10/2024.

OLIVEIRA, Dalila Andrade, et al. Por um Plano Nacional de Educação (2011-2020) como política de Estado. *Revista Brasileira de Educação*, 2011, 16.47: 483-492.

Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/rbedu/v16n47/v16n47a11.pdf>>. Acesso em: 25/12/2024.

PASTÓRIO, Eduardo et al. Nucleação das escolas do campo: o caso do município de São Gabriel/RS. 2015. Disponível em: <<https://repositorio.ufsm.br/handle/1/9444>> Acesso em: 28/10/2024.

RANGEL, Mary; CARMO, Rosângela Branca. Da educação rural à educação do campo: revisão crítica. **Revista da FAEEBA-Educação e Contemporaneidade**, v. 20, n. 36, 2013. Disponível em:

<<http://www.revistas.uneb.br/index.php/faeeba/article/view/404/348>>. Acesso em:

10/12/2024.

RIBEIRO, Marlene. TERRA, TRABALHO, EDUCAÇÃO: RELAÇÕES QUE PROJETAM DESAFIOS À EDUCAÇÃO DO CAMPO. *Educação em Perspectiva*, 2015, 6.2. Disponível em: <<https://periodicos.ufv.br/educacaoemperspectiva/article/view/6773/2761>>. Acesso em: 25/12/2024.

RIO GRANDE DO SUL. [Constituição (1989)]. **Constituição do Estado do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, 2023. Disponível em: <<https://www2.al.rs.gov.br/dal/LinkClick.aspx?fileticket=liPguzuGBtw%3d&tabid=3683&mid=5358>>. Acesso em: 10/12/2024.

RODRIGUES, Anny Camila Lima; OLIVEIRA, Fábio Freire de; COSTA, Odaléia Alves da. Conhecendo a pedagogia da alternância. **São Luís: IFMA**, 2020. Disponível em: <https://educapes.capes.gov.br/bitstream/capes/573442/5/CONHECENDO_A_PEDAGOGIA_DA_ALTERN%C3%82NCIA.pdf> Acesso em: 26/12/2024.

ROCHA, Jefferson Marçal da et al. As relações entre pobreza e exclusão social: Uma análise das vulnerabilidades no município de São Gabriel/RS. In: IX SEMINÁRIO INTERNACIONAL SOBRE DESENVOLVIMENTO REGIONAL: PROCESSOS, POLÍTICAS E TRANSFORMAÇÕES TERRITORIAIS, 9, 2019, Santa Cruz do Sul, RS, Brasil: 11 a 13 de Setembro de 2019. Disponível em: <<https://online.unisc.br/acadnet/anais/index.php/sidr/article/viewFile/19265/1192612688>> Acesso em: 25/03/2025.

ROCHA, Jefferson Marçal da; VALENTINI, Lydia Maria Assis Brasil. **Escola do Campo**: desafios para o enraizamento de uma prática educacional democrática. Jundiaí: Paco Editorial, 2015.

SAMPIERI, Roberto Hernández; COLLADO, Carlos Fernández; LUCIO, Pilar Baptista. **Metodología de la investigación**. McGrawhill, México, DF. 2010.

SANTOS, Anderson Luiz Machado dos et al. O emergir de um novo território camponês: conquistas e transformações nos domínios do latifúndio o caso de São Gabriel-RS. 2012. Disponível em: <<https://repositorio.ufsm.br/handle/1/9354>> Acesso em: 28/10/2024.

SÃO GABRIEL, Prefeitura municipal de. Economia. São Gabriel, 2024. Disponível em: <[https://www.saogabriel.rs.gov.br/pagina/economia#:~:text=A%20Produ%C3%A7%C3%A3o%20Agr%C3%ADcola%20%C3%A9%20bastante,Ovinocultura%20\(130.000%20cabe%C3%A7as\)%20aproximadamente](https://www.saogabriel.rs.gov.br/pagina/economia#:~:text=A%20Produ%C3%A7%C3%A3o%20Agr%C3%ADcola%20%C3%A9%20bastante,Ovinocultura%20(130.000%20cabe%C3%A7as)%20aproximadamente)>. Acesso em 16/10/2024.

_____. **Lei 4.066/19**. Reestrutura o Conselho Municipal de Educação e dá outras providências. São Gabriel, 2019. Disponível em: <https://9d89ecb9-8819-4913-9682-2f607d6280dd.filesusr.com/ugd/72d99e_7430c46c0b624abc973b760b7053d083.pdf>. Acesso em: 27/12/2024.

_____. **Lei Ordinária 3.629/14.** Cria e organiza o Sistema Municipal de Ensino de São Gabriel e dá outras providências. São Gabriel, 2014. Disponível em: <https://9d89ecb9-8819-4913-9682-2f607d6280dd.filesusr.com/ugd/72d99e_89f7f329163641f5b7450dee4607c86b.pdf>. Acesso em: 27/12/2024.

_____. **Lei Orgânica do Município de São Gabriel – RS.** São Gabriel, 1990. Disponível em: <https://view.officeapps.live.com/op/view.aspx?src=https%3A%2F%2Fs3.amazonaws.com%2Fmunicipais%2Foriginais%2Fsao_gabriel%2Fmunicipal%2Fcamara%2F1990%2FORG-1-1990-sao%2520gabriel-RS.doc%3FX-Amz-Algorithm%3DAWS4-HMAC-SHA256%26X-Amz-Credential%3DAKIAI4GGM64DHHZJ3HAA%252F20250108%252Fus-east-1%252Fs3%252Faws4_request%26X-Amz-Date%3D20250108T232038Z%26X-Amz-Expires%3D900%26X-Amz-SignedHeaders%3Dhost%26response-content-disposition%3Dinline%253B%2520filename%253DORG-1-1990-sao%2520gabriel-RS.doc%26X-Amz-Signature%3Daba948c0b1dd86a4522598dfec945b19cc3439e22b66abd4a891e4322ad58a14&wdOrigin=BROWSELINK>. Acesso em: 27/12/2024.

SOUZA, Maria Deuselena Dias de. Do terreiro de casa ao chão da escola: um caminho de práticas pedagógicas e práticas sociais construídas à luz da pedagogia da alternância. O caso da Escola Família Agrícola Dom Frágoso. 2015. Disponível em: <https://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/14368/1/2015_dis_mddsouza.pdf>. Acesso em: 28/03/2025.

THIOLLENT, Michel Jean Marie; COLETTE, Maria Madalena. Pesquisa-ação, universidade e sociedade. **Revista Mbote**, v. 1, n. 1, p. 042-066, 2020. Disponível em: <<https://www.revistas.uneb.br/index.php/mbote/article/view/9382>>. Acesso em: 15/10/2024

THIOLLENT, Michel. Metodologia da pesquisa-ação/Michel Thiollent. 1986.

TRIPP, David. Pesquisa-ação: uma introdução metodológica. **Educação e pesquisa**, v. 31, p. 443-466, 2005. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ep/a/3DkbXnqBQqyg5bV4TCL9NSH/?format=html>>. Acesso em: 06/02/202.

VALENTINI, Lydia Maria Assis Brasil. Gestão nas escolas polo do município de São Gabriel/RS: pelo enraizamento da prática democrática no processo educacional. 2014. Disponível em: <<https://dspace.unipampa.edu.br/handle/riu/355>>. Acesso em: 04/04/2025

APÊNDICES

Apêndice A: Termo de Consentimento Livre e Esclarecido



Programa de Pós-Graduação em Educação – PPGEdu

Mestrado Profissional em Educação

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Título do Projeto: CALENDÁRIO LETIVO DAS ESCOLAS DO CAMPO: UMA PROPOSTA PARA A REALIDADE DE SÃO GABRIEL/RS

Pesquisadores responsáveis:

Mestrando: Dinarte Teixeira Júnior

Orientador: Prof. Dr. Jefferson Marçal da Rocha

Instituição: Universidade Federal do Pampa – Unipampa

Contatos dos responsáveis

Celular do pesquisador: (55) 99612-3635

E-mail: dinarteteixeira.aluno@unipampa.edu.br

Celular do Orientador: (55) 99148-1585

E-mail: jeffersonrocha@unipampa.edu.br

Você está sendo convidado (a) para participar, como voluntário, da pesquisa que tem como objetivo analisar as alternativas de melhorias do calendário escolar nas escolas do campo na cidade de São Gabriel/RS mediante a utilização da Pedagogia da Alternância. Pesquisa esta que será realizada juntamente com a comunidade escolar da EMCEF Ernesto José Annoni.

Esta discussão se justifica por diferentes aspectos: Primeiramente se aponta o problema dos dias letivos perdidos ao longo do ano em função das chuvas. Mais além, acredita-se que a utilização de um calendário letivo no qual seja utilizado o regime de alternância poderia atenuar tal problema e

potencializar as relações dos estudantes com as escolas nas quais estão inseridos. Outro fator relevante para este texto diz respeito a um tema recorrente nas publicações acerca da Educação do Campo: a necessidade de contextualização do ensino

Este documento esclarece que a qualquer tempo você poderá solicitar esclarecimentos adicionais sobre o estudo em qualquer aspecto que desejar. Também poderá retirar seu consentimento ou interromper a participação a qualquer momento, sem sofrer qualquer tipo de penalidade ou prejuízo.

Após ser esclarecido (a) sobre as informações a seguir, no caso de aceitar fazer parte do estudo, assine ao final deste documento, que está em duas vias. Uma delas é sua e a outra será arquivada pelo pesquisador responsável.

A metodologia utilizada está baseada no método interventivo de pesquisa, e prevê sua participação em questionários e/ou depoimentos que se realizarão conforme o calendário de reuniões pedagógicas da instituição de ensino. Os registros serão feitos ao longo do processo pelo pesquisador e as informações coletadas serão utilizadas apenas como material de análise.

Para participar deste estudo você não terá nenhum custo, nem receberá qualquer vantagem financeira. Seu nome e identidade serão mantidos em sigilo. As informações resultantes do estudo só poderão ser divulgadas em publicações científicas. Asseguramos que as conclusões da pesquisa poderão ser apresentadas para seus participantes, após a sua conclusão.

Participante da Pesquisa

Prof. Dr. Jefferson Marçal Rocha - Orientador

Dinarte Teixeira Júnior – Mestrando

São Gabriel/RS, ____/____ de 2025.

Apêndice B: Texto de Apoio

Pedagogia da Alternância: Um breve resumo

O objetivo desta pesquisa é analisar as alternativas de melhorias do calendário escolar nas escolas do campo na cidade de São Gabriel/RS. O estudo parte da ideia de que a adoção e regulamentação do regime de alternância no município viabilizaria a qualificação dos processos educacionais nestas escolas. Além de promover de maneira prática a contextualização da educação para os moradores do campo deste município. Desta maneira, busca-se por meio deste estudo apresentar uma proposta de calendário letivo para a EMCEF Ernesto José Annoni, uma das escolas do campo de São Gabriel/RS.

Mas o que é Pedagogia da Alternância?

A Pedagogia da Alternância se apresenta como uma possibilidade de formação escolar e humana de acordo com as especificidades do campo, podendo ser definida como “mais que um simples método, devendo ser considerada como um verdadeiro sistema educativo” (GIMONET, 2007, p. 17). Defende a formação global do alternante, valorizando as vivências dos mesmos em diferentes espaços sociais. A Pedagogia da Alternância pode ser caracterizada pela organização do processo de ensino-aprendizagem em espaços diferenciados, mas, sobretudo, são os princípios que demonstram a essência da educação defendida nos CEFFAs (Centros Educativos Familiares de Formação por Alternância).

A Pedagogia da Alternância é uma proposta destinada aos sujeitos do campo com o intuito de garantir o direito à educação dos camponeses, bem como a oferta de condições para que esses se desenvolvam como sujeitos críticos e participativos em suas comunidades sem a necessidade de migrarem para centros urbanos em busca de melhores condições de vida.

Diante do exposto, a alternância se apresenta como proposta adequada às especificidades do povo camponês, tendo em vista que a organização dos estudos acontece na instituição escolar e no seio familiar, havendo equivalência de importância dos dois espaços para a formação integral do alternante.

Como funciona a Pedagogia da Alternância?

A pedagogia da alternância é uma metodologia educacional que combina períodos de aprendizado teórico em sala de aula com experiências práticas em ambientes comunitários ou familiares. Essa abordagem surgiu na França na década de 1930, com o objetivo de atender às necessidades de jovens que viviam em áreas rurais e que precisavam conciliar trabalho e estudo.

Princípios Fundamentais

Integração entre Teoria e Prática: Os alunos aplicam os conhecimentos adquiridos em sala de aula em situações reais, o que torna o aprendizado mais significativo.

Alternância entre Espaços Educativos: Os estudantes alternam entre períodos de estudo em uma escola ou internato e períodos em suas comunidades, onde

aplicam o que aprenderam.

Protagonismo dos Estudantes: Os alunos têm um papel ativo em seu processo de aprendizado, participando da construção do conhecimento.

Engajamento da Comunidade: A educação envolve a participação de familiares e membros da comunidade, fortalecendo as conexões sociais e culturais.

Quem pode estudar em escolas que adotam a Pedagogia da alternância?

No Brasil, a legislação prevê que estudantes dos anos finais do ensino fundamental em diante possam estar matriculados nestas escolas. Sendo que o período de internato pode variar de acordo com a organização escolar e as especificidades locais. Respeitando-se intempéries climáticas, períodos de maior ou menor demanda de trabalho no campo entre outros aspectos.

Normalmente os períodos que os estudantes permanecem nas escolas varia entre uma semana, 15 dias ou 1 mês. Respeitando-se, inclusive, a faixa etária dos alunos e as condições de permanência nas escolas (disponibilidade de pessoal - monitores, infraestrutura, alimentação,...)

O que mudaria na rotina dos professores e estudantes?

O trabalho presencial DIÁRIO deve ser organizado de acordo com os períodos de alternância, seja semanal, quinzenal ou mensal. Nos períodos em que os estudantes permanecem nas comunidades não há necessidade do trabalho presencial DIÁRIO na escola. Por outro lado, o tempo comunidade é reconhecido como letivo e na impossibilidade de deslocamento dos docentes durante o tempo escola existe a presença de profissionais que acompanham os estudantes nas rotinas diárias. Criando-se, inclusive, a possibilidade de eventuais trabalhos remotos síncronos.

O(a) professor(a) devem acompanhar e contribuir de maneira efetiva para a construção da autonomia do aluno, de modo que este encontre subsídios para se desenvolver enquanto sujeito possuidor de direitos e deveres. Nessa perspectiva, os(as) professores(as) devem acompanhar diariamente os alternantes nas atividades propostas em sala de aula, bem como no desenvolvimento de tarefas referentes à organização do ambiente escolar.

Ainda nesta perspectiva são atribuições específicas do educador (a), além das atividades de rotina de:

- \ Integrar-se à vida da comunidade escolar;
- \ Colaborar com as atividades de articulação da CFR com a família e a comunidade;
- \ Colaborar com a formação integral dos alunos (as);
- \ Colaborar nas atividades de orientação dos alunos. Desse modo, ficam evidenciadas particularidades inerentes ao papel dos/das professores/professoras, devendo ser profissionais detentores de saberes que os tornem competentes para a missão que lhes é atribuída dentro das instituições escolares que seguem a organização por alternância dentro do campo.

Apêndice C: Questionário Aplicado no Terceiro Encontro



Programa de Pós-Graduação em Educação – PPGEduc

Mestrado Profissional em Educação

Este questionário anônimo é parte da pesquisa intitulada “Calendário letivo das escolas do campo: Uma proposta para a realidade de São Gabriel/RS” e pode ser respondido de maneira dissertativa e sem limites ou restrições relativas às percepções e posicionamentos quanto à temática do estudo. Preferencialmente, responda-o à mão, com caneta e papel, deixando seus mais sinceros pensamentos e impressões sobre o tema...

1. Partindo da sua experiência profissional e/ou familiar qual sua percepção sobre o problema dos dias letivos perdidos ao longo do ano e seu respectivo impacto nos processos educacionais dos estudantes?
2. De acordo com as informações obtidas e seus conhecimentos prévios qual sua compreensão sobre a Pedagogia da Alternância e suas possibilidades e formas de implementação (periodicidade)?
3. Você considera viável articular os saberes locais (empíricos) e problemáticas cotidianas (reais) com os conhecimentos adquiridos na escola? Como fazer isso?
4. Como você entende a relação estabelecida pela pesquisa entre Pedagogia da Alternância e calendário escolar como proposta para solucionar ou minimizar o problema dos dias letivos perdidos nas escolas do campo de São Gabriel/RS?
5. Você considera viável a utilização da Pedagogia da Alternância na EMCEF Ernesto José Annoni como proposta pedagógica?
6. Como você acredita que seria a aceitação da comunidade escolar caso fosse adotada a Pedagogia da Alternância na EMCEF Ernesto José Annoni como proposta pedagógica?
7. Considerando a realidade local, qual seria a periodicidade ideal (semanal, quinzenal ou mensal) para utilização da Pedagogia da Alternância na EMCEF Ernesto José Annoni?
8. Considerando a faixa etária dos estudantes e a maturidade para permanecerem distantes das famílias, a partir de que ano você pensa ser adequada a utilização da Pedagogia da Alternância?
9. Com relação à presença das famílias na escola, como você pensa que poderia ser promovida essa participação durante os períodos em que os estudantes estivessem internos?
10. Qual(ais) seria(am) sua(s) sugestão(ões) de alteração do calendário escolar com ênfase na solução do problema dos dias letivos perdidos e potencial utilização da Pedagogia da Alternância na EMCEF Ernesto José Annoni?

ANEXOS

Anexo 1: Ideias e Percepções dos Sujeitos em Resposta ao Questionário

os tornem competentes para a missão que lhes é atribuída dentro das instituições escolares que seguem a organização por alternância dentro do campo.

Respostas ao questionário:

1. A perda de dias letivos ao longo do ano prejudica a continuidade do ensino, o cumprimento do planejamento e o desenvolvimento das aprendizagens. Essas interrupções afetam principalmente os alunos com mais dificuldades, pois quebram o ritmo dos estudos e enfraquecem o vínculo com a escola.
2. A pedagogia da alternância combina períodos de estudo na escola com vivências práticas na comunidade, integrando teoria e prática. Essa metodologia valoriza os saberes locais e torna o aprendizado mais significativo. Sua implementação pode ocorrer com semanas alternadas entre escola e comunidade, conforme o projeto pedagógico e a realidade dos alunos.
3. Sim e pode ser feito por meio de projetos, pesquisas e atividades que relacionem os conteúdos escolares às vivências e problemas da comunidade, valorizando os saberes locais.
4. A pesquisa mostra que a pedagogia da alternância pode reorganizar o calendário escolar das escolas do campo, alternando estudo e prática na comunidade, o que ajuda a reduzir o impacto dos dias letivos perdidos e manter a aprendizagem contínua.
5. Sim, pois pode adequar o ensino à realidade dos alunos, valorizando seus saberes e permitindo conciliar o tempo de estudo com as atividades da comunidade, sem prejudicar a aprendizagem.
6. Acredito que seria positiva, uma vez que valoriza a realidade e os saberes da comunidade, tornando o ensino mais próximo da vida dos alunos. No entanto, poderia haver resistência inicial por parte de algumas famílias e professores, exigindo diálogo, esclarecimento e adaptação gradual à nova proposta.
7. Seria quinzenal, com uma semana de atividades na escola e outra na comunidade, garantindo equilíbrio entre teoria e prática, facilitando a organização das famílias rurais e mantendo a continuidade do processo de aprendizagem.
8. A partir do 6º ano do ensino fundamental, quando os estudantes já possuem maior autonomia e capacidade de responsabilidade para participar das atividades fora do ambiente familiar.
9. Através de encontros periódicos, canais de comunicação contínuos e envolvimento em projetos e atividades escolares.
10. Sugiro um calendário com alternância quinzenal, combinando uma semana de aulas na escola e outra de atividades na comunidade, para compensar dias perdidos e manter o aprendizado contínuo.

1) A partir da minha experiência como professor vejo que os dias perdidos, no nosso caso por condições climáticas, criam lacunas que vão além do conteúdo (faltante).

2) Pelo pouco que entendo sobre pedagogia da alternância, é que o aluno coloca em prática o que aprende na escola, até porque a teoria orienta, mas é na prática que as coisas acontecem.

3) Ao meu ver não sei se é viável.

4) Para que isso aconteça teríamos que mudar muitas coisas, principalmente a grade curricular. A realidade das escolas do campo não é a mesma da cidade.

5. Sinceramente não tenho uma resposta formada.

6. Para aqueles que realmente ~~se interessam~~ tivessem interesse poderia dar certo, mas às vezes nem os temas os pais ajudam seus filhos.

7. Não tenho uma opinião.
8. A partir de Fundamental II.
9. Tem pais participativos, outros não.
10. Muitas vezes quantidade não quer dizer qualidade

1. Partindo da sua experiência profissional e/ou familiar qual sua percepção sobre o problema dos dias letivos perdidos ao longo do ano e seu respectivo impacto nos processos educacionais dos estudantes?

Assim como descrito no enunciado da questão, também considero como um “problema” e, no caso do município de São Gabriel, como uma situação histórica. Considerando todas as características e dificuldades quanto as distâncias, condições de trafegabilidade, períodos de maior humidade, trata-se de um contexto permanente, que deve ser pensado alternativas, sem que haja prejuízo no processo educativo e formativo dos alunos.

2. De acordo com as informações obtidas e seus conhecimentos prévios qual sua compreensão sobre a Pedagogia da Alternância e suas possibilidades e formas de implementação (periodicidade)?

A Pedagogia da Alternância é um conceito relevante e de grande importância ao cenário educacional do campo. Dentro da história foi um importante aliado para a solução de problemas que envolvem distâncias e dificuldades ao acesso e permanência as Escolas do Campo.

Mas considerando sua implantação no cenário da Educação Básica em escola regular, apesar de considerar uma alternativa, precisaria ser bastante planejada. Devemos ter cuidado para não implantar a Pedagogia da Alternância como algo para mascarar a dificuldade de cumprimento do calendário letivo atual, como uma forma de dizer que está sendo feito algo no lugar das horas que não estão sendo cumpridas. A Pedagogia da Alternância exige um aprofundamento teórico sobre o assunto e diversos cuidados na sua execução. Exigiria bastante da equipe pedagógica no entendimento, planejamento e execução.

Uma observação importante é que dentro do tempo-escola, os problemas com estradas, distâncias e chuvas continuarão a existir, e seguirão gerando prejuízos no cumprimento dos dias letivos. Já no contexto do tempo-comunidade, considerando que muitos alunos possuem dificuldades como, por exemplo, a alfabetização e desinteresse, como se daria o suporte aos alunos durante esse período.

3. Você considera viável articular os saberes locais (empíricos) e problemáticas cotidianas (reais) com os conhecimentos adquiridos na escola? Como fazer isso?

Viável e necessário. Isso exige muito da gestão e dos professores, em conseguir conhecer sua comunidade escolar e todos os aspectos que os envolvem. Acredito que conhecer os saberes locais e as problemáticas cotidianas deveriam ser procedimentos comuns ao contexto escolar, sendo base para todo e qualquer planejamento pedagógico.

4. Como você entende a relação estabelecida pela pesquisa entre Pedagogia da Alternância e calendário escolar como proposta para solucionar ou minimizar o problema dos dias letivos perdidos nas escolas do campo de São Gabriel/RS?

Reforço o citado na resposta da questão 2. Acredito que a Pedagogia da Alternância deveria ser pensada como caminho para conhecer mais a comunidade escolar e aproveitar de todo os

saberes locais para o contexto escolar. E, em segundo plano, para minimizar os problemas dos dias letivos.

Outro ponto importante é não pensar a implantação da Pedagogia da Alternância dentro da carga horária mínima exigida por lei. Hoje, a maior dificuldade do cumprimento dos dias letivo e, consequentemente do calendário escolar, é que o próprio calendário escolar já é planejado e executado seguindo apenas a exigência mínima por lei, sendo os 200 dias letivos ou 800 horas (como aplicado na realidade de São Gabriel).

O calendário escolar, que já adaptado e consegue atender pontos importantes quanto ao tempo de permanência do estudante no transporte escolar, deveria ser planejado com ampliação de dias letivos e carga horária, com início e término do ano letivo flexíveis, respeitando possíveis períodos de chuvas ou de plantio/colheitas.

Desta forma, a Pedagogia da Alternância poderia se uma facilitadora para ampliar a relação do conhecimento empírico ao conhecimento científico, para os saberes locais serem aproveitados dentro do contexto escolar e os saberes científicos levados até o contexto familiar.

5. Você considera viável a utilização da Pedagogia da Alternância na EMCEF Ernesto José Annoni como proposta pedagógica?

Considerando a resposta do item 2 e item 4, acredito ser viável e interessante, pensado como proposta pedagógica e não unicamente cumprimento de calendário escolar.

6. Como você acredita que seria a aceitação da comunidade escolar caso fosse adotada a Pedagogia da Alternância na EMCEF Ernesto José Annoni como proposta pedagógica?

Inicialmente o conceito precisaria ser profundamente apropriado pelas equipes pedagógicas da mantenedora e da escola, havendo clareza da proposta, com planejamento cuidadoso e com objetivos concretos, com destaque os benefícios da implantação. Depois disso, realizar um trabalho com participação ativa da comunidade escolar, de consultas, debates e construção coletiva da proposta, para que juntos, possam definir os caminhos de implantação (ou não) da nova proposta.

7. Considerando a realidade local, qual seria a periodicidade ideal (semanal, quinzenal ou mensal) para utilização da Pedagogia da Alternância na EMCEF Ernesto José Annoni?

Não consigo pensar uma periodicidade. Talvez poderia apenas dias, sem que haja um distanciamento por tanto tempo do estudante com a escola, o que gera uma descontinuidade de coisas importantes. Deveria ser melhor pensado essa periodização.

8. Considerando a faixa etária dos estudantes e a maturidade para permanecerem distantes das famílias, a partir de que ano você pensa ser adequada a utilização da Pedagogia da Alternância?

O foco seria aos estudantes dos anos finais do Ensino Fundamental, podendo ser com propostas diferentes para cada ano, de acordo com a idade, o currículo e os conteúdos

programáticos, mas sem descartar uma implantação, em menor carga horária, aos anos iniciais.

9. Com relação à presença das famílias na escola, como você pensa que poderia ser promovida essa participação durante os períodos em que os estudantes estivessem internos?

Pensar a implantação da Pedagogia da Alternância, em regime de internato na escola, seria um grande desafio. O maior deles, inicialmente, ao contexto da infraestrutura. Caso fosse estruturado, teria uma componente curricular que seria ministrado pelos membros da comunidade escolar. Poderia ser uma disciplina como “Ação Integradora” ou “Família na Escola”, que após um amplo debate com a comunidade escolar, selecionaria os temas que seria debatidos e convidaria membros da comunidade para contribuir no processo formativo.

10. Qual(ais) seria(am) sua(s) sugestão(ões) de alteração do calendário escolar com ênfase na solução do problema dos dias letivos perdidos e potencial utilização da Pedagogia da Alternância na EMCEF Ernesto José Annoni?

Como sugestão, basicamente um planejado com ampliação de dias letivos e carga horária, com início e término do ano letivo flexíveis, respeitando possíveis períodos de chuvas ou de plantio/colheitas. A proposta da Pedagogia da Alternância seria para que, nos dias sem aula, houve a execução de ações pedagógica pelos estudantes nos lugares de atuação familiar (casa ou comunidade), que seriam aproveitados na escola, podendo ser entre componentes curriculares, de forma interdisciplinar, ou a criação de um componente curricular específico, que dê suporte a essas ações.

① A ausência dos dias letivos compromete a aprendizagem, a organização escolar, o vínculo pedagógico e o desenvolvimento integral dos estudantes. Garantir a regularidade do calendário é essencial para que os processos educativos tenham qualidade e continuidade.

②. Compreendo que a Pedagogia da Alternância amplia as possibilidades educativas ao promover uma formação mais integral, contextualizada e significativa, fortalecendo o vínculo entre escola, família e comunidade. Sobre a periodicidade, esta varia de acordo com o projeto pedagógico de acordo com objetivos e a realidade da instituição de modo que a aprendizagem teórica e prática se complementem continuamente.

③. Sim, considero viável e extremamente importante articular os saberes locais e empíricos com os conhecimentos escolares. Essa integração promove uma aprendizagem mais significativa, pois valoriza a cultura, a realidade e as experiências que os estudantes trazem de seus contextos familiares e comunitários.

④. Entendo que a pesquisa defende a Pedagogia da Alternância não é apenas uma metodologia, mas uma forma de reorganizar o tempo escolar, criando um

calendário mais flexível, contextualizado e que reconhece as especificidades da vida rural em São Gabriel/RS. Dessa forma, ela se apresenta como uma solução concreta para minimizar as interrupções do ano letivo e garantir a continuidade da aprendizagem, mesmo diante das limitações próprias do território.

5. Sim, considero viável, essa metodologia dialoga diretamente com as características das escolas do campo e com as necessidades específicas enfrentadas pela comunidade escolar, como dificuldades de transporte, longas distâncias, condições climáticas adversas, ela pode se tornar não apenas uma solução para minimizar dias letivos perdidos, mas também uma oportunidade de fortalecer uma educação mais viva, contextualizada e significativa para todos os estudantes.

6. Acredito que a aceitação da comunidade escolar seria marcada por diversas reações, variando de acordo com o papel e a vivência de cada grupo. Para as famílias que enfrentam dificuldades pode ser vista como uma solução concreta e acolhedora.

7. Considero a realidade local da EMCEF, Ernesto José Ammon, a periodicidade quinzenal e a mais equilibrada, ela atende a realidade geográfica, climática, produtiva e

comunitária, sem abrir mão da continuidade da aprendizagem.

Semanal pode ser pouco viável; mensal pode afastar demais aluno e escola.

A quinzenal, oferece o melhor ponto de equilíbrio entre teoria, prática e contexto rural.

8. A partir do 6º ano do ensino fundamental com ciclos quinzenais, devido à autonomia, maturidade e capacidade de organização dos estudantes dessa idade.

Nos anos iniciais seria período mais curto e com fortes participação das famílias.

9. mesmo que os estudantes estejam internos é totalmente possível e desejável promover a participação das famílias, desde que a escola crie ações contínuas e colaborativas que valorizem o conhecimento local, fortaleçam o diálogo e integrem a comunidade ao processo formativo.

10. Sugiro um calendário mais flexível, organizado em ciclos quinzenais de alternância, alinhado às condições climáticas, com semanas reservas, atividades orientadas e participação da comunidade no processo. Essa reorganização reduz significativamente os dias letivos perdidos coerente com a realidade do campo.

- ① Quanto aos dias letivos "perdidos" ao longo do ano letivo é perceptível que há um impacto significativo no processo de ensino aprendizagem, principalmente no que tange a continuidade e organização dos conteúdos. Isso afeta a falta de rotina, algo que considero importante nesse processo, tanto para os estudantes quanto para os professores.
- ② A Pedagogia da Alternância é um modelo educativo que integra o tempo de estudo na escola com tempo de trabalho e vivência na comunidade, direcionado ao público do campo. Tem como objetivo oferecer uma formação integral e contextualizada e permitir que os alunos consigam conciliar as necessidades da vida rural com os estudos. A periodicidade deve ser elaborada de acordo com as necessidades e condições ~~das~~ específicas da comunidade.
- ③ Sim. Conciliar a teoria e a prática, valorizando as experiências prévias dos alunos e promover maiores conhecimentos no meio rural é uma forma de tornar significativa e instigar um maior interesse dos alunos pela educação escolar. Trazer exemplos nos conteúdos desenvolvidos de situações cotidianas, relacionando a aplicabilidade do que está sendo aprendido com a prática é uma das diversas formas de articulação.
- ④ A Pedagogia da Alternância permite uma flexibilidade maior na organização do calendário escolar em relação aos espaços e tempos de aprendizagem, o que poderia ser relevante na problemática dos dias letivos perdidos.
- ⑤ Sim, porém seria um grande desafio, já que implica em uma mudança de perspectiva institucional e requer várias especificidades, que incluem desde formação e disponibilidades, que incluem até a organização de atividades que efetivamente articulem o tempo de estudo e trabalho.
- ⑥ Quanto a aceitação da comunidade, acredito que haveria uma certa resistência, onde a crença de que não daria certo, por ser algo culturalmente novo, prevaleceria.

- ⑦ Acredito que quinzenal seria uma boa periodicidade.
- ⑧ Penso que a partir do 4º ano é possível organizar atividades significativas nessa modalidade de ensino.
- ⑨ Para que as famílias tivessem uma maior participação e envolvimento penso que a elaboração de projetos visando a integração de familiares precisam ser elaborados e considerar também a disponibilidade e sugestões dos envolvidos.
- ⑩ Considero a utilização da Pedagogia da Alternância uma proposta plausível para adequação do calendário escolar às particularidades do campo, já que traz alternativas e possibilidades que oferece formação integral do educando através de um currículo integrado sem a dependência da imprevisibilidade das intempéries climáticas.

Respostas

1- Esta questão se arrasta por muitos anos nas escolas do campo, em virtude do não planejamento da mantenedora e do diálogo com os envolvidos diretamente no processo: a comunidade camponesa. Desta forma, constatamos o despreparo dos alunos, acomodação da equipe gestora, professores e a inércia da comunidade escolar.

2- A Pedagogia da Alternância é um caminho para que os alunos do campo sejam protagonistas do conhecimento local, agregando com as tecnologias do mundo contemporâneo.

3- Os saberes locais são essenciais para a formação pedagógica dos alunos do campo, proporcionando uma troca de experiências e valorizando a vivência em que a escola está inserida.

4- Partindo da pesquisa é identificado a origem (climática e ou de gestão) para solucionar e apresentar iniciativas na forma de recuperar os dias letivos.

5- Sim. Creio que seria uma iniciativa viável para impulsionar e garantir o aprendizado dos alunos.

6- Sim. Seria de grande importância o envolvimento da escola e da comunidade, desenvolvendo o sentimento de pertencimento.



7. Semanal

8. A partir do 5º Ano dos anos iniciais.

9. A participação familiar é um suporte para garantir segurança e afeto para os alunos.

10. Oficializar um documento que regularize a Pedagogia de Alternância e o calendário escolar junto aos órgãos competentes;

Planejamento de recursos humanos e materiais.

- ① Penso que eles impactam negativamente no processo de ensino e aprendizagem, principalmente nos anos iniciais, quando a rotina é fundamental. Entendo que as condições de tempo não podem ser previstas ou evitadas, porém, as condições de transporte e estradas sim.
- ② Penso que falar sobre a pedagogia da alternância ainda não é algo que eu domine ou tenha propriedade. Existem possibilidades de implementação desde que conte com um grupo de professores e gestores com formação teórico-prática bem consolidada.
- ③ Com certeza é viável sim. Não é um trabalho fácil pois exige "muitas conversas" que só serão possíveis com o domínio das habilidades desenvolvidas, da inserção na comunidade e de objetivos bem claros.
- ④ Entendo como uma relação necessária, como uma alternativa viável diante de uma problemática que persiste sem solução.
- ⑤ Sim.

- ⑥ Acredito que seria muito boa e além disso, contribuiria com a comunidade como um todo: valorização, resgate.
- ⑦ Semanal
- ⑧ A partir do 6º ano
- ⑨ Através de palestras, oficinas, rodas de conversa, atividades de integração, contatos via grupos de whatsapp.
- ⑩ Que eles levassem em consideração o período de chuvas, plantio e colheita.



Programa de Pós-Graduação em Educação – PPGEdu

Mestrado Profissional em Educação

Este questionário anônimo é parte da pesquisa intitulada “Calendário letivo das escolas do campo: Uma proposta para a realidade de São Gabriel/RS” e pode ser respondido de maneira dissertativa e sem limites ou restrições relativas às percepções e posicionamentos quanto à temática do estudo. Preferencialmente, responda-o à mão, com caneta e papel, deixando seus mais sinceros pensamentos e impressões sobre o tema...

1. Partindo da sua experiência profissional e/ou familiar qual sua percepção sobre o problema dos dias letivos perdidos ao longo do ano e seu respectivo impacto nos processos educacionais dos estudantes?

Os dias letivos perdidos em dias de chuva prejudicam a continuidade escolar com conteúdos, atrasados afetam o desenvolvimento de aprendizagem e aumenta desigualdade, especialmente em comparação com escolas da cidade.

2. De acordo com as informações obtidas e seus conhecimentos prévios qual sua compreensão sobre a Pedagogia da Alternância e suas possibilidades e formas de implementação (periodicidade)?

A Pedagogia da Alternância integra tempos de formação na escola e na comunidade. Geralmente é implementado as alternancias a penas em escolas multicriadas vizando a distância percorrida do aluno.

3. Você considera viável articular os saberes locais (empíricos) e problemáticas cotidianas (reais) com os conhecimentos adquiridos na escola? Como fazer isso?

Sim. Projetos, práticas agrícolas, entrevistas e integração de saberes tradicionais com o currículo tornam isso possível, sempre visando a realidade de cada comunidade

4. Como você entende a relação estabelecida pela pesquisa entre Pedagogia da Alternância e calendário escolar como proposta para solucionar ou minimizar o problema dos dias letivos perdidos nas escolas do campo de São Gabriel/RS?

. A Alternância permite reorganizar o calendário e minimizar perdas ao adequar períodos de estudo às realidades locais, pois os dias perdidos ficam nas sextas e sabados letivos para um ajuste dos dias que ficam faltando.

5. Você considera viável a utilização da Pedagogia da Alternância na EMCEF Ernesto José Annoni como proposta pedagógica?

Sim, pois a escola possui características do campo e a proposta aproxima a teoria e prática, visando sempre a continuidade do aluno fique na sua região

6. Como você acredita que seria a aceitação da comunidade escolar caso fosse adotada a Pedagogia da Alternância na EMCEF Ernesto José Annoni como proposta pedagógica?

A comunidade pode aceitar gradualmente, com diálogo e participação no processo ajudando com sua opinião dos dias.

7. Considerando a realidade local, qual seria a periodicidade ideal (semanal, quinzenal ou mensal) para utilização da Pedagogia da Alternância na EMCEF Ernesto José Annoni?

A periodicidade quinzenal tende a equilibrar presença escolar e vivências comunitárias

8. Considerando a faixa etária dos estudantes e a maturidade para permanecerem distantes das famílias, a partir de que ano você pensa ser adequada a utilização da Pedagogia da Alternância?

A partir do 6º ano, quando há mais autonomia.

9. Com relação à presença das famílias na escola, como você pensa que poderia ser promovida essa participação durante os períodos em que os estudantes estivessem internos?

A participação pode ocorrer com reuniões, visitas, oficinas e comunicação contínua.

10. Qual(ais) seria(am) sua(s) sugestão(ões) de alteração do calendário escolar com ênfase na solução do problema dos dias letivos perdidos e potencial utilização da Pedagogia da Alternância na EMCEF Ernesto José Annoni?

Respostas do Questionário

Ajustar calendário aos períodos agrícolas, prever semanas de alternância e integrar atividades comunitárias ao planejamento.

② É preciso de dois eixos de trabalho: o impacto o processo educacional de forma significativa, em níveis reais, efetivos e de impacto dos estudantes, o desenvolvimento educacional e a futura dos alunos. São alguns impactos que considero de suma importância: - desseguir na aprendizagem, - aumento de auto-estima e de referência, - melhoria no desenvolvimento socioeconômico, - comprometimento de rotina, - desenvolvimento dos desequilíbrios, - recursos para professores e alunos, - perda de rendimento e produtividade.

③ A Pedagogia de Alternância é uma proposta educacional voltada para o ensino de campo que tem, entre os seus pilares, o desenvolvimento de meios e a formação integral do educando. Para tanto, uma com vários parâmetros pedagógicos, organizados em um Plano de Formação, entendido como reflexo de um Currículo Integrado. É preciso definir claramente os períodos de permanência no ensino e o período de vivência no comunidade, garantindo os 200 dias.

Tempo Escola } Tempo Comunidade

Quem? / Liberdade de expressão climática

④ Sim.

Atuais das experiências relatadas, preservação de herança cultural das comunidades fortalecendo as identidades culturais.

⑤ Para q. a Pedagogia de Alternância e calendário escolar minimizem o problema dos dois eixos, pois não são os de campo, tem que ter professores que atuam exclusivamente no campo, engajados para organizar a qualidade da aprendizagem no ensino de campo. Ter um currículo adaptado para o campo, nos dias em q. o aluno não comparece de fora do ensino, aplica-se os seus conhecimentos em campo através.

projetos, dando retorno para a escola. Acredito q a vida no campo também ensino e q estudos e discussões sejam no valorizados, desde q acompanhados pelo professor.

5) Sim. Desde q haja muito estudo, várias discussões e passar por todos os segmentos q estão direto ou indiretamente ligados ao campo, antes de se encaminhado para qualquer aprovação do CME.

6) Sempre bem polêmica, porque os pais desconhecem a Pedagogia do Alternância. Para que seja aceito, preciso-se vender muito bem esse "produto", ninguém ou pouco tomam remédio, sem ler a bula ou ver os efeitos colaterais.

7) Acredito que quinzenal seria muito bom.

8) Acredito que desde a Educação Infantil, pois é brincando que se aprende.

9) Strutura de projetos que envolvem a participação de famílias. Ex. A horta.

10) Tempo - escola e Tempo - comunidade quinzenal. Organizado a partir das premissas metodológicas.

Envolvimento de projetos, respeitando o ciclo agrícola de comunidade inserido.

Horários de inverno.

Horários de verão.

Questionário - Resp

1 - Considerando que é um grande prejuízo ao aluno. Não devemos desartar a proposta de readaptação do calendário escolar.

2 - Considero sim viável, pois é um modelo pedagógico para o campo que separa os estudos em dois tempos: O da escola e o da comunidade à vivência da vida rural, vai em busca o desenvolvimento integral do aluno e sua comunidade, articulando teoria e prática para a transformação da realidade.

3 - Sim - Estimulando a participação dos alunos, valorizando suas contribuições e incentivando a compartilhar suas idéias e conhecimentos. Relacionando o conhecimento de senso comum dos alunos, com conteúdos mais acadêmicos, ajudando a conectar o que eles já sabem com novos conceitos.

4 - Adotar projetos de intervenção pedagógica com diferentes estratégias de leitura para abordar dificuldades do aprendizado de forma mais direta. Promovendo a colaboração com ambientes colaborativo em que os alunos se ajudem mutuamente. Nós professores devemos enxergar o aluno como único, cada um deles,

Identificando as barreiras que cada um deles enfrentam e buscar eliminar, adaptar as atividades ao estilo de aprendizado de cada um.

Sobre o calendário: integrar atividades extracurriculares na organização do ano letivo.

Atualizar calendário sempre que necessário.

5 - Com certeza. (sim)

6 - Para que a comunidade aceite a pedagogia de alternância é necessário e fundamental um processo de diálogo, envolvendo a construção coletiva valorizando os saberes locais e demonstrando os benefícios práticos do método.

Praticar ações - Promover reuniões desmistificar a ideia de que o ~~tempo~~ tempo comunidade é menos importante que o tempo escola.

Construir e desenvolver senso de propriedade e pertinência, garantindo que a educação responda às necessidades e interesses reais da comunidade.

Contribuir para o desenvolvimento social e econômico da própria região, e a fixação do jovens no meio rural.

Integrar o conhecimento prático e as experiências vividas pelas famílias e agricultores no currículo escolar, elevar a autoestima da comunidade

mostrar que seus saberes são importantes para a formação dos alunos -
Promover parcerias, ...

7- O tempo ideal não se refere a uma duração e sim a um equilíbrio dinâmico entre tempo na escola e o tempo na comunidade / o campo que deve ser adaptado ao contexto local e aos objetivos de formação.

8- Para o meu entendimento do 6º ao 9º ano.

9- Formalizar regras - Ter reuniões periódicas, visitas específicas, comunicação regular, visando sempre equilibrar a formação educacional e a manutenção dos vínculos familiares.

10 → Criar um calendário flexível. Estruturar atividades que permitam aos alunos aplicar conhecimentos em objetos práticos e significativos.

Incentivar a colaboração e a criatividade promovendo trabalho em equipe na resolução de problemas reais

Obs.: item-resposta - (4)